

Doc. 19

Demonstrações Financeiras

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Salto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Recuperabilidade do ativo intangível

A Companhia possui registrado ativo intangível referente principalmente ao direito de outorga da concessão e ao direito da exploração da infraestrutura no montante de R\$1.153.969 mil, conforme divulgado na nota 10. Devido a não realização dos volumes de tráfego previstos para o exercício, aos prejuízos acumulados e ao prejuízo apurado pela Companhia no exercício, o teste para determinação do valor recuperável do ativo intangível foi realizado pela Administração.

A recuperabilidade desse ativo é significativa para nossa auditoria devido à complexidade e à subjetividade do processo de avaliação da Administração, o qual é baseado em premissas, como a taxa de crescimento do volume de tráfego, os percentuais futuros de reajuste tarifário, a previsão de investimentos e manutenção da rodovia, os custos e as despesas operacionais previstos e a taxa de desconto dos fluxos de caixa projetados, que são afetadas pelas condições futuras esperadas de mercado ou econômicas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos procedimentos de elaboração do orçamento da e das premissas dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados da Companhia. Avaliamos a precisão do cálculo e suas principais premissas, descritas no parágrafo anterior. Envolvemos nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão da adequação da taxa de desconto, taxa de crescimento do volume de tráfego e a taxa de crescimento das receitas, custos e despesas de longo prazo, bem como na avaliação geral do plano de negócios da Companhia. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo fiscal diferido é reconhecido para o registro de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais tais créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. A Companhia possui registrado imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$119.235 mil, conforme divulgado na nota 8.

A recuperabilidade desses tributos diferidos foi considerado significativa para nossa auditoria, uma vez que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexa e envolve a utilização de diversas premissas para se estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações da Companhia. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela Administração, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia atua.



Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas de impostos para análise da apuração dos tributos diferidos, o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na revisão das premissas e metodologias utilizados pela Administração na preparação das projeções dos resultados tributáveis futuros; a avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; revisão retrospectiva das projeções anteriores em comparação aos resultados realizados para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; e realização de cálculo independente de sensibilidade das principais premissas utilizadas.; Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Conforme divulgado na nota 10, o direito de exploração da infraestrutura prevê a obrigação de construir e o direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no Contrato de Concessão. O direito de operar a infraestrutura é representado contabilmente pelo ativo intangível da concessão.

A determinação do custo da infraestrutura é considerada significativa para a nossa auditoria, uma vez que a definição de quais gastos são elegíveis a capitalização no ativo intangível envolvem premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da Administração, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão ou de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Durante o ano de 2016, a Companhia contabilizou gastos em infraestrutura no montante de R\$54.558 mil.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a contabilização dos gastos com infraestrutura, as normas da Companhia para tal contabilização e a natureza dos gastos passíveis de capitalização, avaliação com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais suportes, recálculo de juros e encargos capitalizados e inspeção física em base amostral das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam, as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.680	39.512
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	600	27.842
Contas a receber (Nota 6)	16.715	18.342
Despesas antecipadas	1.645	1.569
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.433	273
Outros ativos	906	1.362
	30.979	88.900
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	234.281	182.058
Impostos a recuperar (Nota 7)	16.075	18.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.a)	119.235	98.630
Despesas antecipadas	263	400
Depósitos judiciais (Nota 12)	23.170	876
Outros ativos	4.200	-
Imobilizado (Nota 9)	11.059	11.265
Intangível (Nota 10)	1.153.969	1.110.845
	1.562.252	1.422.915
 Total do ativo	 1.593.231	 1.511.815

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	24.879	32.551
Debêntures (Nota 13)	14.076	4.324
Credor pela concessão	719	287
Obrigações tributárias	2.921	2.647
Obrigações trabalhistas	3.296	3.548
Provisões (Nota 12)	1.787	1.500
Outros passivos	427	229
	48.105	45.086
Não circulante		
Provisões (Nota 12)	93.285	79.293
Debêntures (Nota 13)	1.298.401	1.217.714
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	89.220	74.348
Outros passivos	2.013	2.263
	1.482.919	1.373.618
Total do passivo	1.531.024	1.418.704
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(241.371)	(210.467)
Total do patrimônio líquido	62.207	93.111
Total do passivo e patrimônio líquido	1.593.231	1.511.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por ação)

	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida (Nota 15)	237.589	253.886
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	(124.264)	(189.927)
Lucro bruto	113.325	63.959
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(10.955)	(15.702)
Outras receitas operacionais, líquidas	20.613	24
	9.658	(15.678)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	122.983	48.281
Despesas financeiras (Nota 17)	(214.163)	(239.330)
Receitas financeiras (Nota 17)	39.671	33.539
	(174.492)	(205.791)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.509)	(157.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.b)	20.605	52.423
Prejuízo do exercício	(30.904)	(105.087)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 19)	(0,001018)	(0,0038001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>32/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(30.904)	(105.087)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(30.904)</u>	<u>(105.087)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	248.578	(105.380)	143.198
Integralização de capital	55.000	-	55.000
Prejuízo do exercício	-	(105.087)	(105.087)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	303.578	(210.467)	93.111
Prejuízo do exercício	-	(30.904)	(30.904)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	303.578	(241.371)	62.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(30.904)	(105.087)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	(20.605)	(52.423)
Depreciação e amortização (Nota 16)	14.474	23.236
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenção em rodovias (Nota 12)	9.454	8.873
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos (Nota 17)	196.407	225.951
Rendimento de aplicações financeiras	(29.686)	(28.270)
Perda na baixa de ativo imobilizado (Nota 9)	144	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 17)	14.872	12.119
Provisão contingências cíveis (Nota 16)	1.085	2.415
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 12c)	3.740	21.149
	158.981	107.963
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	1.627	(124)
Despesas antecipadas	61	(23)
Tributos a recuperar	(6.394)	(5.490)
Depósitos judiciais	(22.294)	-
Outros ativos	(3.744)	(1.450)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(7.672)	(2.184)
Credor pela concessão - ônus variável	432	20
Obrigações tributárias	274	736
Obrigações trabalhistas	(252)	(875)
Outros passivos	(52)	(205)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	120.967	98.368
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(14.552)	(2.647)
Resgate de aplicações financeiras	19.257	57.903
Investimentos no ativo imobilizado (Nota 9)	(1.697)	(2.311)
Investimentos no ativo intangível (Nota 10)	(55.839)	(67.622)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(52.831)	(14.677)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	55.000
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	(105.968)	(111.145)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(105.968)	(56.145)
Acréscimo (decréscimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	(37.832)	27.546
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.512	11.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.680	39.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Nota 15)		
Receitas de pedágio	207.770	204.413
Receita dos serviços de construção	43.281	62.239
Receitas acessórias	7.398	6.646
	258.449	273.298
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção (Nota 16)	(43.281)	(62.239)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.267)	(95.869)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente (Nota 17)	(806)	(433)
Custo da concessão - ônus variável (Nota 16)	(3.550)	(3.269)
Valor adicionado bruto	178.545	111.488
Depreciação e amortização (Nota 16)	(14.474)	(23.236)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	164.071	88.252
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 17)	39.671	33.539
	39.671	33.539
Valor adicionado total a distribuir	203.742	121.791
Pessoal		
Salários e remunerações		
Benefícios	(15.744)	(16.141)
	(4.127)	(3.706)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	9.995	43.330
Municipais	(10.572)	(10.326)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 17)	(14.872)	(12.119)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures (Nota 17)	(196.008)	(225.951)
Juros sobre demais operações financeiras	(1.534)	-
Aluguéis	(1.784)	(1.965)
Prejuízo do exercício	30.904	105.087
Total do valor distribuído	(203.742)	(121.791)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("CRT", "Concessionária" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP" ou "Poder Concedente"). A Companhia tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$901 milhões (R\$2.345 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2015 era de R\$934 milhões (R\$2.401 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2017.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirmou que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia avaliou que os pronunciamentos e interpretações de CPC e/ou IFRS que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 não causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras apresentadas.

A seguir apresentamos o resumo das principais práticas contábeis, deixando em evidência as informações consideradas relevantes pela Administração.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis-- Continuação

2.1. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se toma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Esses ativos financeiros são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias a pagar, credor pela concessão, mútuos a pagar, e debêntures. Esses passivos classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	99.536	93.829
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(85.097)	(72.190)
Ajuste a valor presente	14.439	21.639

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de IPCA + 8% a.a. em 31 de dezembro de 2016 (8% a.a. em 31 de dezembro de 2015) que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.4. Segmento de negócios

A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação, que consiste na exploração de concessão pública de rodovia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros	A IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i>. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. Exceto para contabilidade de <i>hedge</i>, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de <i>hedge</i> .
CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.	A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas, visto que as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016 - Continuação

Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de <i>arrendamento mercantil</i>.
IAS 7 - Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7	As alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016 - Continuação

Norma	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas – Alterações à IAS 12	As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. Contudo, na adoção inicial das alterações, a mudança no patrimônio líquido inicial do período comparativo mais antigo pode ser reconhecida nos lucros acumulados iniciais (ou em outro componente do patrimônio líquido, conforme o caso), sem alocação da mudança entre os lucros acumulados iniciais e outros componentes do patrimônio líquido. As entidades que adotarem essa isenção devem divulgar tal fato. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.	A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta norma, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. As análises são feitas individualmente para cada concessionária e são calculados os montantes recuperáveis dos ativos com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

b) Impostos

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

		31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades			
Aplicações financeiras		260	222
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	(i)	1.420	39.290
		1.680	39.512

- (i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras vinculadas

Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria.

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	600	27.842
Não circulante	234.281	182.058
	234.881	209.900

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (nota 13). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	31/12/2016	31/12/2015
Pedágio eletrônico a receber	9.947	12.299
Cartões de pedágio a receber	686	639
Receitas acessórias	5.429	4.934
Valores em trânsito	653	470
	16.715	18.342

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de dezembro de 2016. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. Impostos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicações financeiras	25.286	18.841
PIS e COFINS a recuperar	-	45
ISSQN a recuperar	8	64
Outros impostos a recuperar	214	164
	25.508	19.114
Circulante	9.433	273
Não circulante	16.075	18.841
	25.508	19.114

8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferido estão compostos conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	118.224	101.549
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	333	1.392
Provisão para participação nos lucros	-	458
Provisão para manutenção de rodovias	28.933	24.545
Provisão para investimentos em rodovias	1.631	1.533
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	4.611	2.951
	153.732	132.428
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(34.497)	(33.798)
	(34.497)	(33.798)
Líquido	119.235	98.630

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$347.717 (R\$298.674 em 31 de dezembro de 2015). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2016 nos seguintes exercícios sociais:

	31/12/2016
2022	722
2023	2.824
2024	4.391
2025	9.899
2026	15.945
2027	20.078
2028	24.928
2029	28.438
2030	31.023
2031	15.484
	<u>153.732</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) *Imposto de renda e contribuição social no resultado*

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.509)	(157.510)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	17.513	53.553
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	3.092	(1.130)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	<u>20.605</u>	<u>52.423</u>
Alíquota efetiva	40%	33%

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.205	(406)	799	567
Equipamentos de informática	20	4.401	(3.374)	1.027	1.373
Equipamentos de telefonia	20	206	(198)	8	28
Terrenos	-	377	-	377	84
Edifícios	3,8	6.380	(1.020)	5.360	5.615
Automóveis/caminhões	5	2.350	(1.179)	1.171	1.563
Outros	10 a 20	3.469	(1.152)	2.317	2.035
		<u>18.388</u>	<u>(7.329)</u>	<u>11.059</u>	<u>11.265</u>

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	871	334	-	1.205
Equipamentos de informática	4.207	194	-	4.401
Equipamentos de telefonia	197	9	-	206
Terrenos	84	293	-	377
Edifícios	6.380	-	-	6.380
Automóveis/caminhões	2.221	383	(254)	2.350
Outros	2.985	484	-	3.469
	16.945	1.697	(254)	18.388
Depreciação				
Móveis e utensílios	(304)	(102)	-	(406)
Equipamentos de informática	(2.834)	(540)	-	(3.374)
Equipamentos de telefonia comercial	(169)	(29)	-	(198)
Edifícios	(765)	(255)	-	(1.020)
Automóveis/caminhões	(658)	(631)	110	(1.179)
Outros	(950)	(202)	-	(1.152)
	(5.680)	(1.759)	110	(7.329)
Líquido	11.265	(62)	(144)	11.059
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	726	145	-	871
Equipamentos de informática	3.483	724	-	4.207
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Terrenos	84	-	-	84
Edifícios	6.380	-	-	6.380
Automóveis/caminhões	1.878	343	-	2.221
Outros	1.886	1.099	-	2.985
	14.634	2.311	-	16.945
Depreciação				
Móveis e utensílios	(227)	(77)	-	(304)
Equipamentos de informática	(2.293)	(541)	-	(2.834)
Equipamentos de telefonia	(131)	(38)	-	(169)
Edifícios	(510)	(255)	-	(765)
Automóveis/caminhões	(238)	(420)	-	(658)
Outros	(620)	(330)	-	(950)
	(4.019)	(1.661)	-	(5.680)
Líquido	10.615	650	-	11.265

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

a) Composição

		31/12/2016		31/12/2015
		Custo	Amortização	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(68.896)	473.348
Direito de exploração da infraestrutura				478.578
Gastos iniciais da concessão	(ii)	158.429	(16.111)	142.318
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	532.287	(20.989)	511.298
Serviços de construção - em andamento	(iii)	16.437	-	16.437
Outros	(iv)	7.839	(884)	6.955
Direito de uso de software		6.585	(2.972)	3.613
		1.263.821	(109.852)	1.153.969
				1.110.845

(i) Refere-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.

(ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".

(iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. A principal obra concluída em 2016 foi o Contorno de Piracicaba.

(iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente, a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

b) Movimentação

	Taxa anual de amortização	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		147.170	8.130	3.129	158.429
Serviços de construção - obras concluídas		399.827	30.406	102.054	532.287
Serviços de construção - em andamento		105.598	16.022	(105.183)	16.437
Outros		7.434	405	-	7.839
Direito de uso de software		5.709	876	-	6.585
		1.207.982	55.839	-	1.263.821
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(63.666)	(5.230)	-	(68.896)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(14.630)	(1.481)	-	(16.111)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(16.178)	(4.811)	-	(20.989)
Outros	(*)	(811)	(73)	-	(884)
Direito de uso de software	20%	(1.852)	(1.120)	-	(2.972)
		(97.137)	(12.715)	-	(109.852)
Líquido		1.110.845	43.124	-	1.153.969

(*) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 1,92% em 2016 (2,41% em 2015).

	Taxa anual de amortização	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		140.403	2.856	3.911	147.170
Serviços de construção - obras concluídas		224.569	25.058	150.200	399.827
Serviços de construção - em andamento		222.702	37.077	(154.111)	105.598
Outros		7.434	-	-	7.434
Direito de uso de software		3.008	2.701	-	5.709
		1.140.360	67.622	-	1.207.982
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(51.994)	(11.672)	-	(63.666)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(*)	(11.525)	(3.105)	-	(14.630)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(10.362)	(5.816)	-	(16.178)
Outros	(*)	(649)	(162)	-	(811)
Direito de uso de software	20%	(1.032)	(820)	-	(1.852)
		(75.562)	(21.575)	-	(97.137)
Líquido		1.064.798	46.047	-	1.110.845

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil.

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$349 (R\$1.465 em 31 de dezembro de 2015). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 31 de dezembro de 2016, foi de 1,58% a.a., (2,47% a.a. em 31 de dezembro de 2015) que representa a taxa efetiva de juros das debêntures no exercício, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

11. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração fixa (1)	1.199	1.252
Remuneração variável (2)	-	699
	1.199	1.951

(1) Incluem salários e honorários da Administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota 18.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 18.

Na Assembléia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.500. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	Mútuos a pagar	
			31/12/2016	31/12/2015
AB Concessões.	0,5% a.m. + CDI	Indeterminado	80.876	67.394
Ascendi International Holding B.V.	0,5% a.m. + CDI	Indeterminado	8.344	6.954
			89.220	74.348

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para demandas judiciais	5.178	4.093
Provisão para investimentos em rodovias	4.797	4.510
Provisão para manutenção em rodovias	85.097	72.190
	95.072	80.793
Parcela classificada no passivo circulante	(1.787)	(1.500)
Não circulante	93.285	79.293

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$267 (R\$267 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$4.911 (R\$3.826 em 31 de dezembro de 2015) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o equivalente a R\$11.134 (R\$5.482 em 31 de dezembro de 2015) de causas trabalhistas, R\$31.414 (R\$29.609 em 31 de dezembro de 2015) de causas cíveis, e R\$67.555 (R\$49.736 em 31 de dezembro de 2015) de processos administrativos com a ARTESP referente a manutenção da rodovia, o qual a Companhia está discutindo em esfera administrativa, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$23.170 (R\$876 em 31 de dezembro de 2015) são compostos por R\$16.239 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas de uma empresa de Nanuque - Minas Gerais do setor de plantio/coleta de cana e álcool. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento de que todas as empresas rés envolvidas no processo (inclusive a CRT) fazem parte daquele grupo econômico. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$427 estão relacionados a discussões cíveis (R\$738 em 31 de dezembro de 2016), R\$1.922 relacionados a discussões tributárias (R\$0 em 31 de dezembro de 2015) e R\$4.280 relacionados a processos com a ARTESP (R\$0 em 31 de dezembro de 2015).

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi como segue:

	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	4.510	287	4.797
	4.510	287	4.797

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias --Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	1.787
2018	3.010
	<u>4.797</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2016</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para manutenção	93.829	27.003	(26.439)	5.143	99.536
Ajuste a valor presente (AVP)	(21.639)	(4.711)	7.887	4.024	(14.439)
Saldo	<u>72.190</u>	<u>22.292</u>	<u>(18.552)</u>	<u>9.167</u>	<u>85.097</u>

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi utilizada a taxa de IPCA + 8%.

No exercício de 2016 a Companhia revisou a estimativas de provisões com base na sua melhor estimativa de gastos futuros para as provisões constituídas de recapeamento, sinalizações e controle de tráfego, arrecadação e telecomunicações. As premissas utilizadas pela Companhia em sua revisão foram com base nas exigências do contrato de concessão e histórico de manutenção e investimentos realizados durante o período da concessão. A estimativa atualizada considerou os investimentos para a melhoria dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação e telecomunicações realizados de 2014 a 2016, e as manutenções realizadas periodicamente, o que levou a uma reversão líquida de R\$18.552 no montante da provisão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos) e sinalização de rodovias (a cada oito anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/12/2016
2017	28.090
2018	34.829
2019	17.653
2020	3.721
2021	483
2022	-
2023	220
2024	101
	85.097

13. Debêntures

a) Descrição da operação

Debêntures não conversíveis	Valor principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Principal corrigido pelo IPCA	1.370.422	1.284.951
Remuneração (juros a pagar)	5.032	4.324
Custo com emissão a apropriar	(62.977)	(67.237)
	1.312.477	1.222.038
Circulante	(14.076)	(4.324)
Não circulante	1.298.401	1.217.714

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

a) Descrição da operação--Continuação

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não são conversíveis em ações, e são da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações semestrais do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	% Amortização	Valor
2017	1%	9.045
2018	4%	48.102
2019	5%	74.003
2020	6%	87.844
2021	7%	96.615
2022	8%	115.938
2023	11%	144.442
2024	11%	156.776
2025	13%	175.140
2026	14%	185.692
2027	14%	187.885
2028	6%	88.940
	100%	1.370.422

b) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia.

Em 17 de dezembro de 2015 foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), a qual dispensou a Companhia do cumprimento do índice financeiro de relação Dívida Financeira e Capital Total em até 85/15 para 31 de dezembro de 2015, e alterou os índices financeiros referentes à relação Dívida Financeira e Capital Total e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para 30 de junho e 31 de dezembro de 2016, para, respectivamente, relação Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10 e o ICSD igual ou superior a 1. Em 31 de dezembro de 2016 os indicadores foram cumpridos pela Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
Atlantia Bertin Concessões S.A.	50%	15.178.923.798
Ascendi International Holding B.V.	50%	15.178.923.798
		30.357.847.596

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital autorizado da Companhia era de R\$303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada pela Companhia é zero.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços (ISS) (de 2% a 5%), Programa de Integração Social (PIS) (0,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (3%).

	31/12/2016	31/12/2015
Receita com arrecadação de pedágio	207.770	204.413
Receita de serviços de construção	43.281	62.239
Receitas acessórias	7.398	6.646
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(20.860)	(19.412)
	237.589	253.886

O valor de outras receitas operacionais em R\$ 20.613 trata-se de indenização de sinistro de seguro por perda de arrecadação nas praças de pedágio devido a interdição da SP300 no trecho de Botucatu e Anhembi após o deslizamento da serra e bloqueio da rodovia em janeiro de 2016 e indenização de sinistro de seguro da queda da ponte do contorno de Piracicaba em 2013. Os valores foram recebidos em 2016.

16. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2016	31/12/2015
Com pessoal	18.672	17.896
Serviços de terceiros	5.519	8.969
Depreciação e amortização	14.474	23.236
Ônus variável da concessão	3.539	3.269
Custo de serviços de manutenção e conservação	28.377	48.953
Custo dos serviços de construção	43.281	62.239
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 12.c)	12.907	29.589
Provisão para demandas judiciais	1.085	2.415
Seguros e garantias	2.563	2.505
Honorários da Administração (Nota 11.a)	1.199	1.951
Outros	3.603	4.607
	135.219	205.629
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	124.264	189.927
Despesas gerais e administrativas	10.955	15.702
	135.219	205.629

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

17. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre financiamentos ou debêntures	(196.407)	(225.951)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 11.b)	(14.872)	(12.119)
Outras	(2.884)	(1.260)
	(214.163)	(239.330)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	33.263	33.496
Atualização de impostos a recuperar	5.291	-
Outras	1.117	43
	39.671	33.539
Resultado financeiro	(174.492)	(205.791)

18. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e encargos sociais	15.744	16.141
Benefícios previstos em lei	2.317	2.191
Benefícios adicionais (a)	1.810	1.515
	19.871	19.847

(a) Refere-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

19. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(30.904)	(105.087)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	27.653.177.266
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,001018)	(0,0038001)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2016, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 14,00% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2016, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 6,29% nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2016, divulgada pela BM&FBovespa.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	12.491	15.614	18.736
Debêntures	Aumento do IPCA	187.553	208.192	228.830
Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	8.244	10.305	12.366
Debêntures	Aumento do IPCA	123.785	137.406	151.028
Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	32.883	24.663	16.442
Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	21.703	16.277	10.852

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está registrado na rubrica "Contas a receber", no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está registrado na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e de "Aplicações financeiras vinculadas", no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	24.879	-	-	24.879
Debêntures	-	14.076	1.298.401	1.312.477
Credor pela concessão	719	-	-	719
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	-	-	89.220	89.220
Total	25.598	14.076	1.387.621	1.427.295

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras (inclui equivalentes de caixa)	236.301	249.190
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	260	222
Contas a receber de clientes	16.715	18.342
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.312.477	1.222.038
Contas a pagar a fornecedores	24.879	32.551
Outras contas a pagar	2.440	2.492
Partes relacionadas - mútuo a pagar	89.220	74.348
Obrigações com o poder concedente	719	287

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/12/2016	31/12/2015
Mútuos a pagar a partes relacionadas	89.220	74.348
Debêntures	1.312.477	1.222.038
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.680)	(39.512)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(234.881)	(209.900)
Dívida líquida	1.165.136	1.046.974
Patrimônio líquido	62.207	93.111
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.227.343	1.140.085

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 13) (i)	1.375.452	1.308.655	1.289.275	1.254.297

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - Continuação

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	104.143
	Responsabilidade civil geral	31.527
	Riscos civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

(*) Vigente a partir do dia 1º de julho de 2016.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

23. Informações complementares dos fluxos de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	349	1.465

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.



2016

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2016

28 de Março de 2017 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do ano de 2016.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26 – Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamento Técnico, da deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS 1 - Presentation of Financial Statements.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Principais Obras e Investimentos	Página 15
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

Nuno Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

Gerente de Controladoria

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

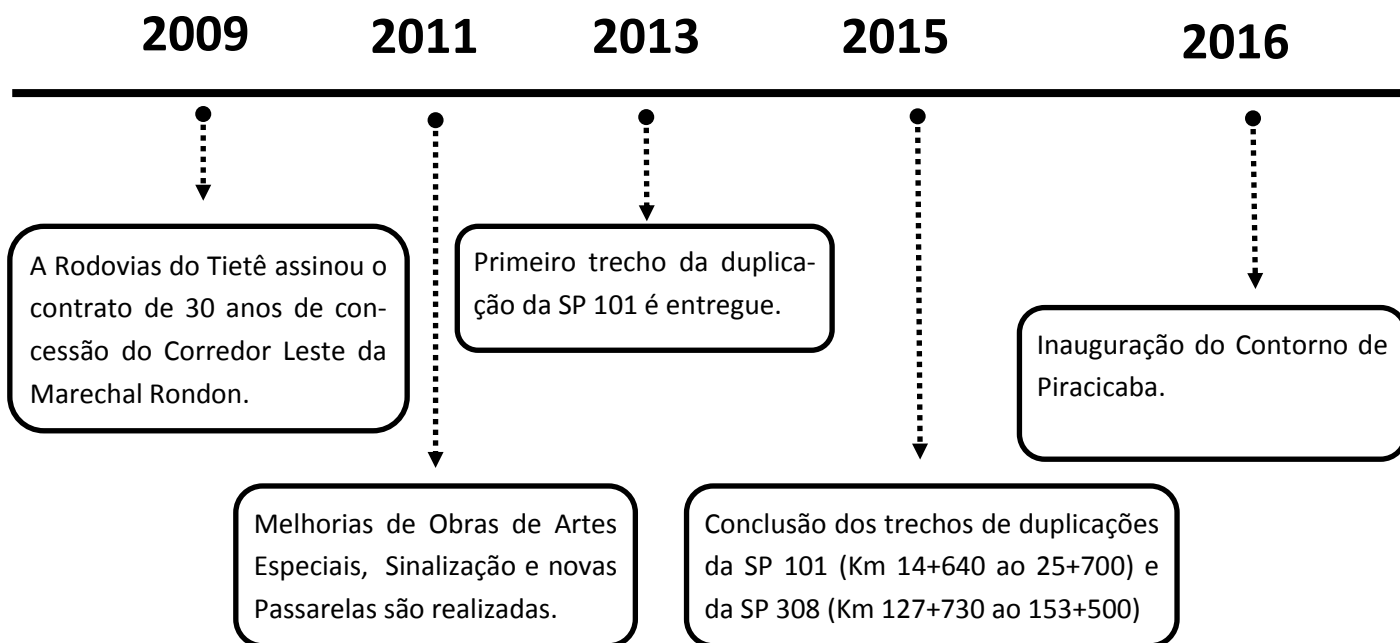


Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

- ✓ R\$ 238 milhões de receita líquida.

Tráfego

- ✓ Abertura da Serra de Botucatu para tráfego de todos os veículos em ambos os sentidos.

Obras

- ✓ Inauguração do Contorno de Piracicaba;
- ✓ Finalização dos serviços de reparação da Serra de Botucatu em 30/09;
- ✓ Entrega de 12 pontos de ônibus na SP-101.



Sumário Executivo

O ano de 2016 apresentou muitas alterações macroeconômicas no Brasil. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 13,65% a.a em 2016, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 6,29% no acumulado entre Janeiro e Dezembro. Já o Produto Interno Bruto (PIB) teve retração por dois anos seguidos chegando a uma redução histórica de 3,8% em 2015 e de 3,6% em 2016, segundo o IBGE.

Em 2016 houve uma redução de aproximadamente 5,29% no tráfego de veículos, quando comparado ao ano anterior, essa redução deve-se, principalmente pelo acidente geológico ocorrido em Janeiro de 2016 na Serra de Botucatu, cujas obras foram concluídas no dia 30/09/2016, liberando totalmente a rodovia para tráfego nos dois sentidos.

Com relação às obras, o Contorno de Piracicaba foi entregue em 27 de junho de 2016, trazendo desenvolvimento e fluidez de tráfego para a região. No terceiro e no quarto trimestres de 2016 as principais obras realizadas foram recuperação do pavimento da SP-308, melhorias nos dispositivos da SP-300, serviços de recuperação da Serra de Botucatu e Implantação de pontos de ônibus na SP-101.



Tráfego

No ano de 2016 o volume de tráfego sofreu uma redução de 5,29% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu redução de 4,04%, enquanto comerciais leves e pesados recuou em 8,31% e 10,40% respectivamente.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2016*	2015*	Variação
Passeio	19.508.869	20.330.589	-4,04%
Comercial Leve	3.303.545	3.602.952	-8,31%
Comercial Pesado	2.545.808	2.841.237	-10,40%
Total	25.358.222	26.774.778	-5,29%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

Em 2016 o volume de tráfego de eixos equivalentes sofreu uma redução de 7,59% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu redução de 4,10%, enquanto comerciais leves e pesados recuou em 8,51% e 11,20% respectivamente.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2016*	2015*	Variação
Passeio	19.218.675	20.039.593	-4,10%
Comercial Leve	8.252.339	9.020.101	-8,51%
Comercial Pesado	15.155.323	17.066.480	-11,20%
Total	42.626.337	46.126.174	-7,59%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

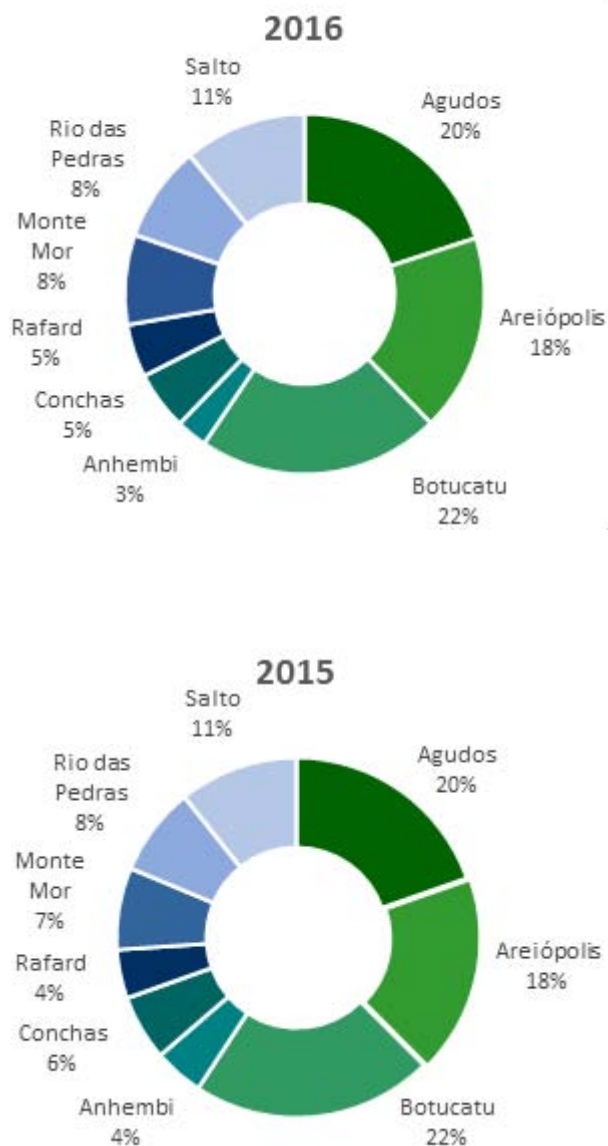
A redução foi impactada pela interdição na SP300 no trecho de Serra, no município de Botucatu. A Serra ficou fechada de 11/01/2016 a 30/09/2016. O tráfego de veículos leves foi liberado em 31/03/2016 e de veículos pesados em 02/10/2016. A perda de arrecadação foi ressarcida através de sinistro pago pela seguradora em R\$ 11,6 milhões.



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP 300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 59% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 41% da receita.





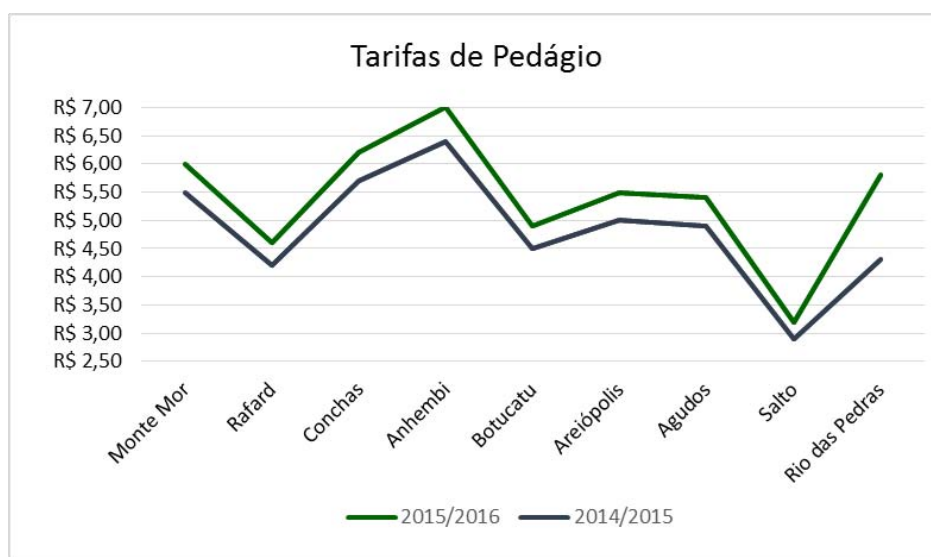
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2016 houve reajuste das tarifas de pedágio em 9,32% em linha com o IPCA divulgado pelo IBGE, além da reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Rio das Pedras em função do término da 1ª fase de duplicação da SP-308.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente é de R\$ 5,40, contra R\$ 4,82 em 2014/2015.

Praça de pedágio	2015/2016	2014/2015
Monte Mor	R\$ 6,00	R\$ 5,50
Rafard	R\$ 4,60	R\$ 4,20
Conchas	R\$ 6,20	R\$ 5,70
Anhembi	R\$ 7,00	R\$ 6,40
Botucatu	R\$ 4,90	R\$ 4,50
Areiópolis	R\$ 5,50	R\$ 5,00
Agudos	R\$ 5,40	R\$ 4,90
Salto	R\$ 3,20	R\$ 2,90
Rio das Pedras	R\$ 5,80	R\$ 4,30
Tarifa Média	R\$ 5,40	R\$ 4,82





Receitas

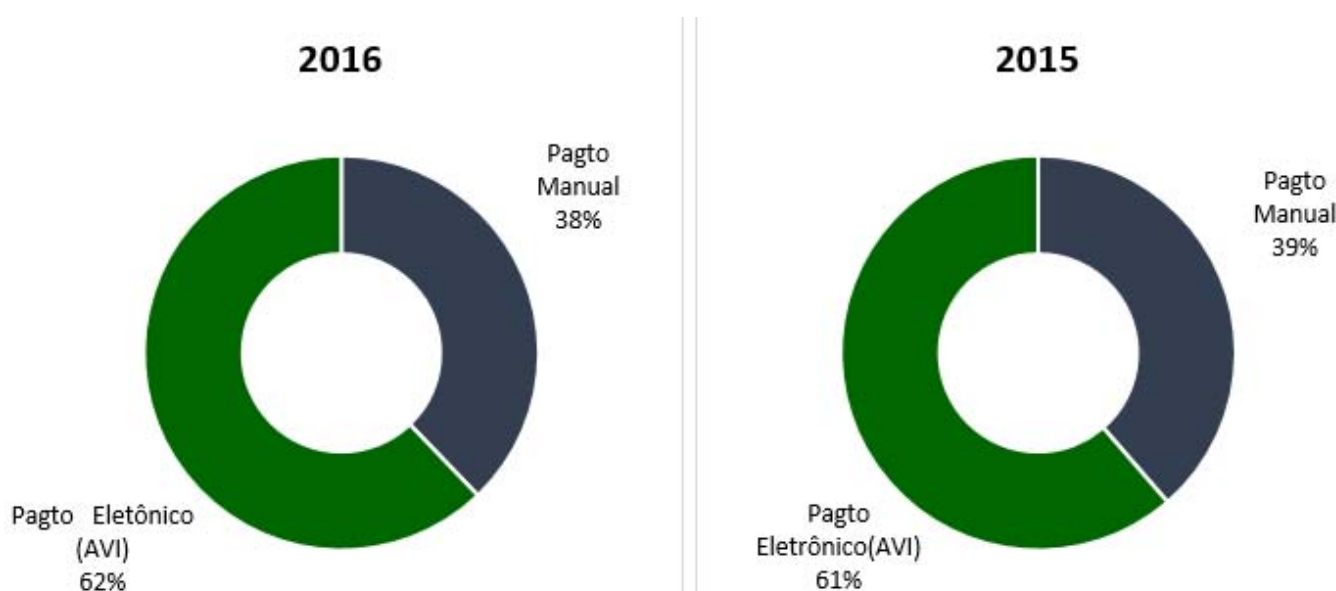
Receitas (em R\$ mil)	2016*	2015*	Variação
Receitas de Pedágio	207.770	204.413	1,64%
Receitas Acessórias	7.398	6.646	11,32%
Impostos sobre Receitas	(20.860)	(19.412)	7,46%
Receitas Operacionais	194.308	191.647	1,39%
Receitas de Construção	43.281	62.239	-30,46%
TOTAL	237.589	253.886	-6,42%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

A Concessionária obteve, no ano de 2016, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 207.770 mil (R\$ 204.413 mil no mesmo período de 2015) e arrecadou R\$ 7.398 mil (R\$ 6.646 mil em 2015) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS, PIS e COFINS totalizando R\$ 20.860 mil no período (R\$ 19.412 mil no ano anterior).

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 43.281 mil de receita de construção contra R\$ 62.239 mil em 2015 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2016*	2015*	Variação
Com pessoal	(18.672)	(17.896)	4,34%
Serviços de terceiros	(5.519)	(8.969)	-38,47%
Ônus variável da concessão	(3.539)	(3.269)	8,26%
Manutenção e conservação	(28.377)	(48.953)	-42,03%
Provisão para demandas judiciais	(1.085)	(2.415)	-55,07%
Seguros e garantias	(2.563)	(2.505)	2,32%
Honorários da administração	(1.199)	(1.951)	-38,54%
Outros	(3.603)	(4.607)	21,79%
Subtotal	(64.557)	(90.565)	-28,72%
Depreciação e amortização	(14.474)	(23.236)	-37,71%
Custo dos serviços de construção	(43.281)	(62.239)	-30,46%
Serviços de manutenção em rodovias	(12.907)	(29.589)	-56,38%
Total	(135.219)	(205.629)	-34,24%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Dezembro

No ano de 2016, houve redução de 34,24% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 205.629 mil em 2015 para R\$ 135.219 mil em 2016. As principais variações foram:

- ⇒ Provisão para demandas judiciais: reversão de processos cíveis prováveis em 2015 (R\$ 1,3 milhões);
- ⇒ Manutenção e conservação: reversão de cauções (R\$ 8 milhões), renegociação de contratos com fornecedores (R\$ 2 milhões) e custos esporádicos de manutenção que ocorreram no primeiro semestre de 2015 (R\$ 10,5 milhões);
- ⇒ Depreciação e amortização: devido à revisão da curva de tráfego que é base para o cálculo das amortizações e depreciações; e
- ⇒ Serviços de manutenção de rodovias: revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura.



EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2016*	2015*	Variação
Resultado Líquido do Período	(30.904)	(105.087)	-70,59%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(20.605)	(52.423)	-60,69%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	174.492	205.791	-15,21%
(+/-) Depreciação e Amortização	14.474	23.236	-37,71%
EBITDA	137.457	71.517	92,20%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	12.907	29.589	-56,38%
EBITDA AJUSTADO (a)	150.364	101.106	48,72%
Receitas Operacionais (b)	194.308	191.647	1,39%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	77,38%	52,76%	24,63 p.p

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

No ano de 2016, houve aumento de 48,72% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 101.106 mil em 2015 para R\$ 150.364 mil em 2016, principalmente pelas variações nos custos operacionais, detalhados na página anterior.

Já a margem EBITDA teve um aumento de 24,63 p.p., resultado do maior EBITDA, compensando a queda nas receitas, ocasionadas principalmente, pelo acidente na Serra de Botucatu.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2016, comparado ao de 2015, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2016*	2015*	Variação
Debêntures	(196.407)	(225.951)	-13,08%
Mútuo	(14.872)	(12.119)	22,72%
Outras Despesas Financeiras	(2.884)	(1.260)	128,89%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(214.163)	(239.330)	-10,52%
Receitas Financeiras	39.671	33.539	18,28%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(174.492)	(205.791)	-15,21%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

No ano de 2016, houve redução de 15,21% no resultado financeiro que passou de menos R\$ 205.791 mil em 2015 para menos R\$ 174.492 mil em 2016. As principais variações foram:

- ⇒ Debêntures: menor IPCA incidente sobre o principal; e
- ⇒ Receitas Financeiras: Atualização de impostos a recuperar pela SELIC (R\$ 5,3 milhões).



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados cinco pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil e em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil.



Debêntures - (continuação)

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram aprovados os seguintes condicionantes:

- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34



Obras e Investimentos

Contorno de Piracicaba - SPI 162/308

Com início em abril de 2011 e inauguração em 27/06/2016, o Contorno de Piracicaba proporciona para o município uma nova e importante realidade, já que era uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão, a obra melhora significativamente o tráfego na região já que parte dos caminhões têm outra opção de trajeto por fora do município. A mudança facilitou também o escoamento de produções e a fluidez dos veículos da cidade. O valor investido na obra foi de R\$ 90 milhões.



Melhorias de Dispositivos - SP-300

Melhoria de 20 dispositivos na SP-300. O custo das melhorias foi de R\$ 8,1 milhões.



Serra de Botucatu - SP-300

Em função das fortes chuvas de Dez/15 e Jan/16 ocorreram diversos sinistros no trecho da SP-300 na Serra de Botucatu que levaram, inclusive, à interdição da mesma por 3 meses. Os sinistros descrevem-se por vários processos de ruptura e escorregamentos de talude, razão pela qual a Concessionária se viu obrigada a realizar diversas obras de contenção provisória com recurso a estacas raiz em balanço por forma a liberar ao tráfego leve. O tráfego de veículos leves foi liberado em 31/03/2016 e de veículo pesados em 02/10/2016. O custo de reparação foi de 5,8 milhões.



Pontos de Ônibus - SP-101

Com o objetivo de oferecer mais segurança aos usuários, a Concessionária implementou pontos de ônibus na SP-101 entre os Km 16 ao Km 22 em ambos os sentidos nos quilômetros 16+400, 16+900, 17+700, 18+300, 19+800, 22+400 e SPA 022-101.





Obras e Investimentos - (continuação)

Recuperação de Pavimento - SP-308



Houve restauro do pavimento da rodovia SP-308, entre os quilômetros 127 ao 153, no sentido Norte. A obra em questão passou pela fresagem da faixa 02, ao longo dos 25 quilômetros, e a respectiva recomposição foi feita através de pavimento invertido com revestimento asfáltico, base granular e sub-base cimentada. Para isso foi necessário executar um desvio de todo o tráfego para a pista Sul em segmentos de 5 km, proporcionando, excelentes condições de segurança tanto para o usuário como para os profissionais de obra. O custo incorrido foi de R\$ 3,6 milhões.



Responsabilidade Socioambiental



Campanha

Foram distribuídos 19 folhetos da campanha “Sua casa longe do Aedes”, realizada pela Secretaria da Saúde do Estado em parceria com a Artesp, durante o feriado do dia nove de julho, em todas as praças de pedágio da Rodovias do Tietê. A campanha orienta como evitar o aparecimento de criadouros do mosquito transmissor da dengue.



Mensagens em Painéis

A Rodovias do Tietê divulgou durante todo o mês de julho, mensagens em seus PMV's (Painel de Mensagem Variável) em incentivo à redução de acidentes nas rodovias. Trata-se da Campanha Educativa da ANFAEVA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), em parceria da Artesp e a Concessionária. O foco da iniciativa é a conscientização sobre os riscos da utilização do celular ao volante e da importância do uso de segurança nos bancos dianteiros e traseiros. As mensagens vão desde o alerta sobre a obrigatoriedade do uso do farol baixo durante o dia nas rodovias, até a conscientização do não uso do celular ao dirigir.



Café na Passarela

O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, o que é o correto e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários foram conscientizados pela Concessionária Rodovias do Tietê com o apoio da Artesp, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares.



Dia do Caminhoneiro

Todos os motoristas que passaram pelo km 131 - sentido sul, da SP-308, no dia 26/07, puderam celebrar o Dia do Caminhoneiro - que é celebrado durante toda a última semana do mês de julho. No local, foram entregues panfletos educativos, orientações com dicas de saúde e cuidados no trânsito, serviços de beleza, atendimento médico com aferição de pressão.



Responsabilidade Socioambiental - (continuação)



Publicação

O Contorno de Piracicaba deu vida a capa da revista Vias, da Secretaria de Transportes do Estado. A revista fala sobre os contornos que retiram os caminhoneiros das vias urbanas, trazem economia, redução de tempo de viagem e incentivam o desenvolvimento. Edição de julho/2016.



Doações

Foram distribuídos 5 gabinetes para a Casa da Arte e Cultura de Capivari, a fim de fazer a inclusão digital dos alunos. Os equipamentos irão incluir o projeto de oficina gratuita de desenhos gráficos e criação de filmes da cidade. Além disso, foram entregues cerca de 1.350 peças de agasalhos para o município de Monte Mor, além de 100 cobertores e 50 toalhas de banho. As doações foram revertidas para as comunidades carentes do município.



Projeto Abrace o Trânsito #Escola

O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, simulação de resgate e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto e Capivari foram beneficiadas com o programa.



Programa de Prevenção de Acidentes no Trabalho

A Rodovias do Tietê realizou a 7ª edição da SIPAT, nos dias 18 e 20 de outubro em Botucatu e na Sede Administrativa em Salto. Os colaboradores participaram de palestras com distribuição de materiais informativos sobre saúde e trânsito. Além das palestras internas, a Concessionária promove também essa ação em empresas lindeiras às rodovias que administra. Esta atividade faz parte do Plano de Redução a Acidentes (PRA).



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.680	39.512
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	600	27.842
Contas a receber (Nota 6)	16.715	18.342
Despesas Antecipadas	1.645	1.569
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.433	273
Outros ativos	906	1.362
	30.979	88.900
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	234.281	182.058
Tributos a recuperar (Nota 7)	16.075	18.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.a)	119.235	98.630
Despesas antecipadas	263	400
Depósitos judiciais	23.170	876
Outros ativos (Nota 8)	4.200	-
Imobilizado (Nota 10)	11.059	11.265
Intangível (Nota 11)	1.153.969	1.110.845
	1.562.252	1.422.915
Total do ativo	1.593.231	1.511.815



Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	24.879	32.551
Debêntures (Nota 13)	14.076	4.324
Credor pela concessão	719	287
Obrigações tributárias	2.921	2.647
Obrigações trabalhistas	3.296	3.548
Provisões (Nota 12)	1.787	1.500
Outros passivos	427	229
	48.105	45.086
Não circulante		
Provisões (Nota 12)	93.285	79.293
Debêntures (Nota 13)	1.298.401	1.217.714
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 11.b)	89.220	74.348
Outros passivos	2.013	2.263
	1.482.919	1.373.618
Total do passivo	1.531.024	1.418.704
Patrimônio líquido		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(241.371)	(210.467)
Total do patrimônio líquido	62.207	93.111
Total do passivo e patrimônio líquido	1.593.231	1.511.815



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida (Nota 15)	237.589	253.886
Custos dos serviços prestados (Nota 16)	(124.264)	(189.927)
Lucro bruto	113.325	63.959
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(10.955)	(15.702)
Outras receitas operacionais, líquidas	20.613	24
	9.658	(15.678)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	122.983	48.281
Despesas financeiras (Nota 17)	(214.163)	(239.330)
Receitas financeiras (Nota 17)	39.671	33.539
	(174.492)	(205.791)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(51.509)	(157.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.b)	20.605	52.423
Prejuízo do período	(30.904)	(105.087)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 19)	(0,001018)	(0,0038001)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(30.904)	(105.087)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	(20.605)	(52.423)
Depreciação e amortização (Nota 16)	14.474	23.236
Variação monetária e reversão do AVP s/ provisão para investimentos em rodovias (Nota 17)	9.454	8.873
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e empréstimos (Nota 17)	196.407	225.951
Rendimento de aplicações financeiras	(29.686)	(28.270)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	144	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 17)	14.872	12.119
Provisão contingências cíveis (Nota 16)	1.085	2.415
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 16)	3.740	21.149
	158.981	107.963
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	1.627	(124)
Despesas antecipadas	61	(23)
Tributos a recuperar	(6.394)	(5.490)
Depósitos judiciais	(22.294)	-
Outros ativos	(3.744)	(1.450)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(7.672)	(2.184)
Credor pela concessão - ônus variável	432	20
Obrigações tributárias	274	736
Obrigações trabalhistas	(252)	(875)
Outros passivos	(52)	(205)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	120.967	98.368
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(14.552)	(2.647)
Resgate de aplicações financeiras	19.257	57.903
Investimentos no ativo imobilizado (Nota 9)	(1.697)	(2.311)
Investimentos no ativo intangível (Nota 10)	(55.839)	(67.622)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(52.831)	(14.677)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	55.000
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(105.968)	(111.145)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(105.968)	(56.145)
Decréscimo (acrécimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	(37.832)	27.546
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	39.512	11.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.680	39.512



Relacionamento com o Auditor

No período findo em 31/12/2016, a Concessionária contratou a Ernst Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da EY para auditar as demonstrações contábeis e revisar as informações trimestrais (ITR’s) relativas ao exercício de 2016.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Salto, 28 de Março de 2017.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Salto, 28 de Março de 2017.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

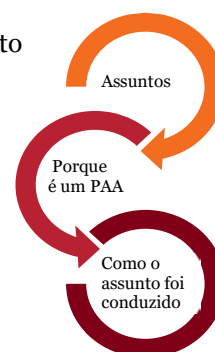
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Porque é um PAA

Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis e na realização de tributos diferidos

Notas “3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “8. Imposto de renda e contribuição social”, “9. Imobilizado” e “10. Intangível” às demonstrações financeiras.

As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, a fim de determinar uma adequada mensuração do valor recuperável dos ativos intangíveis e dos ativos imobilizados, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos.

Focamos nossos trabalhos nessas projeções da administração em virtude do significativo grau de julgamento e determinação de premissas relevantes e nem sempre objetivas, tais como curva de crescimento de tráfego, percentuais futuros de reajuste de tarifa de pedágio pela ampliação de rodovias, entre outras. Variações na realização dessas premissas podem impactar significativamente a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas em avaliação para entendimento do modelo de avaliação aplicado pela administração e testamos a consistência entre as principais premissas utilizadas, comparando-as com os orçamentos atuais aprovados e com dados e expectativas do setor em que a Companhia atua. Também comparamos as projeções realizadas pela administração nos anos anteriores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em contraposição ao resultado efetivamente realizado de modo a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando determinados intervalos e cenários de taxas de crescimento e de descontos, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.

Quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, adicionalmente, e com o apoio de nossos especialistas, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados pela administração na projeção do resultado são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Capitalização de gastos no ativo intangível Notas “3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas” e “10. Intangível” às demonstrações financeiras. Os gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura usada para prestar um serviço público, para operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo e para obter o direito de exploração da concessão são representados contabilmente pelo ativo intangível da concessão e apresentam valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações financeiras da Companhia. Focamos nossos trabalhos na adequação das adições dos gastos elegíveis de serem capitalizados, uma vez que essas adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.	Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos capitalizados no ativo intangível, bem como avaliamos o desenho e eficácia dos controles internos relevantes que suportam as adições registradas nas demonstrações financeiras. Ademais, com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, bem como observamos selecionadas obras realizadas por meio de inspeções físicas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto. Os resultados de nossos procedimentos nos demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.
Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Endividamento e processo de reestruturação financeira Notas “1.1. Contexto operacional”, “13. Debêntures” e “20. (c) Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – risco de liquidez” às demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 49.980 mil e prejuízo do exercício findo nessa	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: Obtivemos informações da administração sobre as estratégias tomadas e planejadas para suprir a necessidade de caixa e fazer face aos compromissos firmados. Também obtivemos o plano de negócio elaborado pela administração para o período de



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

data de R\$ 35.527 mil. Nesse contexto, a Companhia propôs aos seus debenturistas um plano de reestruturação financeira, com o objetivo de readequar o perfil de seu endividamento ao seu fluxo de caixa em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures ("AGD") ocorrida em 13 de dezembro de 2017, a maioria dos debenturistas votou por não aceitar o plano nos termos propostos pela administração. Aguarda-se a realização de nova "AGD" até o dia 30 de abril de 2018, quando nova proposta de reestruturação será apresentada pela administração aos debenturistas.

A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de continuar gerando recursos de suas atividades operacionais e, portanto, liquidez, visando suprir as atuais necessidades de caixa e cumprir com compromissos junto a terceiros no curto prazo, mesmo em caso de não aprovação do plano de reestruturação financeira pelos debenturistas.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos esse um dos principais assuntos de nossa auditoria.

doze meses após a data base das demonstrações financeiras e as explicações da administração em relação às premissas relevantes.

Efetuamos leitura das atas de reunião de debenturistas, de acionistas e do Conselho de Administração ocorridas até a data de nosso relatório.

Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao cumprimento das cláusulas restritivas dos contratos de debêntures.

Também analisamos os eventos subsequentes ocorridos até a emissão deste relatório.

Como resultado de nossos procedimentos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes das reclassificações descritas na Nota 1.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de março de 2017, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2017, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 1.3 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 2016, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2016 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

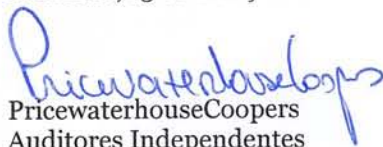
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

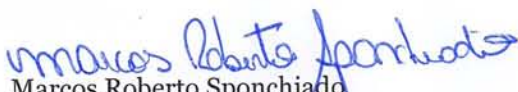
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba, 15 de março de 2018.


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"


Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5

Índice

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa.....	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
1.1 Contexto operacional	8
1.2 Base de preparação	9
1.3 Reapresentação das cifras comparativas	10
2 Resumo das principais práticas contábeis	13
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	18
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	20
5. Aplicações financeiras vinculadas	21
6. Contas a receber	21
7. Impostos a recuperar	22
8. Imposto de renda e contribuição social	22
9. Imobilizado.....	25
10. Intangível.....	26
11. Fornecedores	27
12. Partes relacionadas	28
13. Provisões.....	29
14. Debêntures	32
15. Patrimônio líquido	34
16. Receita operacional líquida	35
17. Custos e despesas por natureza	36
18. Despesas e receitas financeiras	36
19. Benefícios a empregados	37
20. Resultado por ação.....	38
21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro	38
22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros.....	42
23. Seguros.....	43
24. Informações complementares dos fluxos de caixa	44

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado (Nota 1.3))	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado (Nota 1.3))
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	32.301	1.680	Fornecedores e prestadores de serviços (11)	22.011	24.879
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)		600	Debêntures (Nota 14)	51.137	13.888
Contas a receber (Nota 6)	20.066	16.715	Credor pela concessão	327	719
Despesas antecipadas	1.536	1.645	Obrigações tributárias	2.742	2.921
Impostos a recuperar (Nota 7)	10.570	9.433	Obrigações trabalhistas	5.404	3.296
Outros ativos	1.450	906	Provisões (Nota 13)	34.041	1.787
	65.923	30.979	Outros passivos	241	427
				115.903	47.917
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	188.716	234.281	Não circulante		
Impostos a recuperar (Nota 7)	6.529	16.075	Debêntures (Nota 14)	1.287.738	1.298.589
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	135.180	119.235	Provisões (Nota 13)	89.824	93.285
Despesas antecipadas	100	263	Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	103.246	89.220
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	25.316	23.170	Outros passivos	1.785	2.013
Outros ativos	4.740	4.200		1.482.593	1.483.107
Imobilizado (Nota 9)	9.722	11.059			
Intangível (Nota 10)	1.188.950	1.153.969	Total do passivo	1.598.496	1.531.024
	1.559.253	1.562.252			
			Patrimônio líquido (Nota 15)		
			Capital social	303.578	303.578
			Prejuízos acumulados	(276.898)	(241.371)
			Total do patrimônio líquido	26.680	62.207
Total do ativo	1.625.176	1.593.231	Total do passivo e patrimônio líquido	1.625.176	1.593.231

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida (Nota 16)	275.874	237.589
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(172.454)	(124.264)
Lucro bruto	103.420	113.325
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(16.342)	(10.955)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.260	20.613
	(14.082)	9.658
Lucro operacional	89.338	122.983
Despesas financeiras (Nota 18)	(167.366)	(214.163)
Receitas financeiras (Nota 18)	26.556	39.671
Despesas financeiras, líquidas	(140.810)	(174.492)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(51.472)	(51.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	15.945	20.605
Prejuízo do exercício	(35.527)	(30.904)
Prejuízo básico e diluído por ação – em R\$ (Nota 20)	(0,00117)	(0,00102)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(35.527)	(30.904)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(35.527)	(30.904)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	303.578	(210.467)	93.111
Prejuízo do exercício		(30.904)	(30.904)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>303.578</u>	<u>(241.371)</u>	<u>62.207</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	303.578	(241.371)	62.207
Prejuízo do exercício		(35.527)	(35.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>303.578</u>	<u>(276.898)</u>	<u>26.680</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado (Nota 1.3))
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(35.527)	(30.904)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.945)	(20.605)
Depreciação e amortização	35.050	14.474
Rendimentos de aplicações financeiras	(23.476)	(29.686)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	186	304
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	146.709	196.058
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.026	14.872
Provisões para demandas judiciais	611	1.085
Provisões para manutenção em rodovias	23.799	3.740
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.900	9.167
Variação monetária sobre provisão para investimentos	155	287
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(3.351)	1.627
Despesas antecipadas	272	61
Tributos a recuperar	8.409	(6.394)
Depósitos judiciais	(2.146)	(22.294)
Outros ativos	(1.084)	(3.744)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(2.868)	(7.672)
Credor pela concessão - ônus variável	(392)	432
Obrigações tributárias	(179)	274
Obrigações trabalhistas	2.108	(252)
Outros passivos	127	(52)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	148.384	120.778
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(64.834)	(19.117)
Resgate de aplicações financeiras	134.475	23.822
Investimentos no ativo imobilizado	(228)	(1.697)
Investimentos no ativo intangível	(60.072)	(55.650)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	9.341	(52.642)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	(9.283)	
Pagamento de juros e prêmios sobre financiamentos e debêntures	(117.821)	(105.968)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(127.104)	(105.968)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	30.621	(37.832)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.680	39.512
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	32.301	1.680

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2017	31/12/2016 (Reapresentado (Nota 1.3))
Receitas (Nota 16)		
Receitas de pedágio	235.347	207.770
Receita dos serviços de construção	44.133	43.281
Receitas acessórias	19.838	7.398
Outras receitas	70.278	76.283
	<u>369.596</u>	<u>334.732</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção	(44.024)	(43.281)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(142.719)	(108.162)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	(2.056)	(806)
Custo da concessão – ônus variável	(3.917)	(3.539)
Valor adicionado bruto	<u>176.880</u>	<u>178.944</u>
Depreciação e amortização	<u>(35.050)</u>	<u>(14.474)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>141.830</u>	<u>164.470</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26.556	39.671
	<u>26.556</u>	<u>39.671</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>168.386</u></u>	<u><u>204.141</u></u>
Pessoal (Nota 19)		
Salários e remunerações	20.048	14.949
FGTS	1.140	795
Benefícios	4.892	4.127
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	(4.888)	(9.995)
Municipais	12.599	10.572
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	14.026	14.872
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	153.502	196.407
Juros sobre demais operações financeiras	832	1.534
Aluguéis	1.762	1.784
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	<u>(35.527)</u>	<u>(30.904)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u><u>168.386</u></u>	<u><u>204.141</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.127 milhões (R\$ 3.111 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.196 milhões (R\$ 3.180 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo no montante de (R\$ 35.527) (2016 – (R\$ 30.904)), um capital circulante líquido negativo de (R\$ 49.980) (2016 – (R\$ 16.938)) e patrimônio líquido em R\$ 26.680 (2016 - R\$ 62.207) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional - (continuação)

Em 31 de julho, a Companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta da Administração para a sua reestruturação financeira (“Proposta da Administração”), a fim de readequar o perfil de endividamento ao seu fluxo de caixa (“Plano Financeiro”).

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Em 29 de setembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou a suspensão da assembleia por 60 dias, ou seja, até a data de 28 de novembro de 2017.

A AGD de 28 de novembro de 2017 não foi realizada, sendo que foi realizada uma outra AGD no dia 13 de dezembro de 2017 a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou por não aceitar a reestruturação, nos termos da Proposta da Administração. Na mesma AGD a Companhia assumiu a obrigação de apresentar aos debenturistas até o dia 30 de abril de 2018, uma nova proposta de reestruturação das Debêntures, com a finalidade de readequar o endividamento da Companhia ao seu fluxo de caixa.

É convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada durante o primeiro semestre de 2018, sendo que, na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso, a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia, em garantia dada em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de março de 2018.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Base de preparação – (continuação)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia avaliou que os pronunciamentos e interpretações de CPC e/ou IFRS que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 não causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras apresentadas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

1.3 Reapresentação das cifras comparativas

(a) Reclassificações de cifras do exercício anterior

Em 2017, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados a reclassificações de cifras do exercício anterior decorrentes de segregação entre circulante e não circulante dos saldos de debêntures, no montante de R\$ 188, em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, foram identificados ajustes relacionados a reclassificações decorrentes de saldos de “Outras receitas”, anteriormente registrados na demonstração do valor adicionado como “Materiais, energia, serviços de terceiros e outros”, no montante de R\$ 75.934, representado por R\$ 20.614, substancialmente relacionados a indenizações de seguros e R\$ 55.320, relacionados a gastos com construção de ativos. Outros ajustes, no valores líquidos de R\$ 399 e R\$ 189, foram efetuados para melhor comparabilidade das demonstrações do valor adicionado e do fluxo de caixa, respectivamente. Cabe destacar que os ajustes efetuados e descritos acima não impactaram o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 nem o resultado do exercício findo nessa data. Foram também realizadas reclassificações na nota explicativa de “Intangível” referente a saldos de custo e amortização acumulada no montante de R\$ 24.654 (Nota 10) e ajustes na nota explicativa de remuneração da administração no montante de R\$ 312 (Nota 12), anteriormente apresentada líquida dos encargos incidentes.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Reapresentação das cifras comparativas – (continuação)

(b) Efeitos da reapresentação

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

31 de dezembro de 2016			
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	30.979		30.979
Não circulante	1.562.252		1.562.252
Total do ativo	1.593.231		1.593.231
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Debêntures	14.076	(188)	13.888
Outros passivos circulantes (i)	34.029		34.029
Não circulante			
Debêntures	1.298.401	188	1.298.589
Outros passivos não circulantes (i)	184.518		184.518
Patrimônio líquido	62.207		62.207
Total do passivo e patrimônio líquido	1.593.231		1.593.231

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Reapresentação das cifras comparativas – (continuação)

(b) Efeitos da reapresentação – (continuação)

	31 de dezembro de 2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração dos fluxos de caixa			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	120.967	(189)	120.778
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(52.831)	189	(52.642)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(105.968)		(105.968)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(37.832)		(37.832)
Demonstração do valor adicionado			
Receitas			
Outras receitas		76.283	76.283
Demais receitas	258.449		258.449
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.267)	(75.895)	(108.162)
Demais insumos adquiridos de terceiros	(47.637)	11	(47.626)
Depreciação e amortização	(14.474)		(14.474)
Receitas financeiras	39.671		39.671
Valor adicionado total a distribuir	203.742		204.141
Distribuição do valor adicionado	(203.742)	399	(204.141)
Nota explicativa 12. Partes relacionadas			
Remuneração da administração			
Remuneração fixa	(1.199)	(312)	(1.511)
Nota explicativa 10. Intangível			
Custo	1.263.821	24.654	1.288.475
Amortização acumulada	(109.852)	(24.654)	(134.506)

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, credor pela concessão, mútuos a pagar, e debêntures. Esses passivos classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como seguem:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais práticas contábeis – (continuação)

2.3 Instrumentos financeiros

- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	123.335	99.536
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(110.796)	(85.097)
Ajuste a valor presente	12.539	14.439

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.5 Segmento de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. Todo o serviço de exploração da Concessão é regulado por um mesmo regulador.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais práticas contábeis – (continuação)

2.6 Novas normas contábeis ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Listamos, a seguir, os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor.

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros	A IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i>. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. Exceto para contabilidade de <i>hedge</i>, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de <i>hedge</i> .

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais práticas contábeis – (continuação)

2.6 Novas normas contábeis ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017 – (continuação)

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.	A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera ter efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação preliminar referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas, visto que as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Resumo das principais práticas contábeis – (continuação)

2.6 Novas normas contábeis ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017 – (continuação)

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.	A Companhia está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. A Companhia atualmente não utiliza contabilidade de arrendamento mercantil.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período da Concessão.

As premissas-chave, a taxa de crescimento e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como segue:

- Taxa de crescimento do volume de tráfego médio ao ano de 2,54% para veículos leves e 4,08% de veículos pesados.
- Preço da tarifa de pedágio e os custos e despesas foram reajustados conforme índices futuros do IPCA, que é o indicador de reajuste de preço conforme o edital de Concessão. O índice futuro do IPCA médio ao ano é de 4,11%.
- A taxa de desconto utilizada no cálculo foi de 11,25%.
- Os custos de manutenção e conservação e de investimentos foram calculados com base nos custos previstos no cronograma de obras e reajustados conforme índices futuros do IPCA.

Análise de sensibilidade

Se a taxa de desconto estimada aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 12,25% ao invés de 11,25%), a Companhia não teria necessidade de reconhecer perda (*impairment*).

Se a taxa de crescimento de volume de tráfego estimada fosse 1% menor que as estimativas da administração (por exemplo, 1,54% para veículos leves ao invés de 2,54% e 3,08% para veículos pesados ao invés de 4,08%), a Companhia não teria necessidade de reconhecer perda (*impairment*), mesmo quando considerando a redução também na taxa de desconto conforme acima.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – (continuação)

b) Impostos

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

As premissas-chave utilizadas pela administração são em linha com as premissas-chave utilizadas para a análise do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – (continuação)

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	2.043	260
Aplicação compromissada de debêntures (i)	30.258	
Certificados de Depósito Bancários – CDB (ii)		1.420
	<u>32.301</u>	<u>1.680</u>

(i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

(ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Aplicações financeiras vinculadas

Compreendem aplicações com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e, as que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento, são classificadas nessa categoria.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		600
Não circulante	<u>188.716</u>	<u>234.281</u>
	<u>188.716</u>	<u>234.881</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico a receber	12.422	9.947
Cartões de pedágio a receber	497	686
Receitas acessórias	6.013	5.429
Valores em trânsito	<u>1.134</u>	<u>653</u>
	<u>20.066</u>	<u>16.715</u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de dezembro de 2017. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF sobre aplicações financeiras	17.099	25.286
ISSQN a recuperar		8
Outros impostos a recuperar		214
	17.099	25.508
Circulante	10.570	9.433
Não circulante	6.529	16.075
	17.099	25.508

8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	123.548	118.224
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	540	333
Provisão para participação nos lucros	661	
Outras provisões	793	
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	37.671	28.933
Provisão para investimentos em rodovias	3.225	4.507
AVP Outorga	1.694	1.735
	<u>168.132</u>	<u>153.732</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização – curva de tráfego	<u>(32.952)</u>	<u>(34.497)</u>
Líquido	<u>135.180</u>	<u>119.235</u>

- (i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos – (continuação)

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 363.376 (R\$ 347.717 em 31 de dezembro de 2016). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2017 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>31/12/2017</u>
2028	6.109
2029	14.983
2030	16.323
2031	22.462
2032	27.259
2033	20.325
2034	25.392
2035	<u>2.327</u>
	<u>135.180</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(51.472)	(51.509)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>17.500</u>	<u>17.513</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(1.555)	3.092
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	<u>15.945</u>	<u>20.605</u>
Alíquota efetiva	<u>31%</u>	<u>40%</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2016							
Saldo inicial	567	1.831	1.401	1.605	84	5.777	11.265
Aquisições	334	284	206	170	293	410	1.697
Alienações				(144)			(144)
Depreciação	(102)	(263)	(569)	(460)		(365)	(1.759)
Saldo contábil, líquido	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	1.205	2.459	4.627	2.350	377	7.378	18.396
Depreciação acumulada	(406)	(607)	(3.589)	(1.179)		(1.556)	(7.337)
Saldo contábil, líquido	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Aquisições	102	22	81			23	228
Depreciação	(126)	(258)	(443)	(433)		(305)	(1.565)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	1.307	2.474	4.708	2.350	377	7.401	18.617
Depreciação acumulada	(532)	(858)	(4.032)	(1.612)		(1.861)	(8.895)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 3.336.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

	Direito de Outorga da Concessão (i)	Obras e Serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em Andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2016						
Saldo inicial	495.178	465.747	36.659	109.385	3.876	1.110.845
Aquisições (vii)		46.172	2.139	6.948	740	55.999
Alienações		(62)		(98)		(160)
Amortização (vi)	(4.554)	(5.571)	(1.470)		(1.120)	(12.715)
Transferências		95.863	12	(96.011)	136	
Saldo contábil, líquido	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	542.244	665.412	54.010	20.224	6.585	1.288.475
Amortização acumulada	(51.620)	(63.263)	(16.670)		(2.953)	(134.506)
Saldo contábil, líquido	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Em 31 de dezembro de 2017						
Saldo inicial	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Aquisições (vii)		49.809	656	17.530	657	68.652
Alienações		(186)				(186)
Transferências		4.850	2.302	(7.152)		
Amortização (vi)	(13.659)	(17.477)	(1.103)		(1.246)	(33.485)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	542.244	719.885	56.968	30.602	7.242	1.356.941
Amortização acumulada	(65.279)	(80.740)	(17.773)		(4.199)	(167.991)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível – (continuação)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 2,82% em 2017 (1,92% em 2016), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 6.793 (R\$ 349 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	11.783	13.739
Cauções e retenções contratuais (i)	10.228	11.140
	<u>22.011</u>	<u>24.879</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> (Reapresentado (Nota 1.3))
Remuneração fixa (1)	1.752	1.511
Remuneração variável (2)	<u>745</u>	<u> </u>
	<u>2.497</u>	<u>1.511</u>

(1) Incluem salários da Administração, FGTS, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participações nos resultados dos exercícios de 2015 e 2016 pagas no ano de 2017 e o provisionamento do exercício de 2017 (Nota 19).

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.650.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	93.588	80.876
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	<u>9.658</u>	<u>8.344</u>
			<u>103.246</u>	<u>89.220</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no exercício de 2017 foram de R\$ 14.026 (2016 – R\$ 14.872) (Nota 18).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para demandas judiciais	6.330	5.178
Provisão para investimentos em rodovias	6.739	4.797
Provisão para manutenção em rodovias	110.796	85.097
	123.865	95.072
Circulante	34.041	1.787
Não circulante	89.824	93.285

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 225 (R\$ 267 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 6.105 (R\$ 4.911 em 31 de dezembro de 2016) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui o equivalente a R\$ 45.637 (R\$ 11.134 em 31 de dezembro de 2016) de causas trabalhistas, R\$ 98.020 (R\$ 31.414 em 31 de dezembro de 2016) de causas cíveis, e R\$ 86.907 (R\$ 67.555 em 31 de dezembro de 2016) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 25.316 (R\$ 23.170 em 31 de dezembro de 2016) incluem R\$16.706 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (R\$ 16.239 em 31 de dezembro de 2016). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 417 estão relacionados a discussões cíveis (R\$ 427 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 527 relacionados a outros processos trabalhistas (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 3.252 relacionados a discussões tributárias (R\$ 1.922 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 4.414 relacionados a processos com a ARTESP (R\$ 4.280 em 31 de dezembro de 2016).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões - (continuação)

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2016	Provisão	Atualização monetária (passiva)	Atualização monetária (ativa)	31/12/2017
Provisão para investimentos	4.797	1.797	156	(11)	6.739
	4.797	1.797	156	(11)	6.739
	31/12/2015	Provisão	Atualização monetária (passiva)	Atualização monetária (ativa)	31/12/2016
Provisão para investimentos	4.510		287		4.797
	4.510		287		4.797

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/12/2017
2018	1.899
2019	1.899
2021	1.471
2022	1.470
	6.739

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões – (continuação)

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2016	Adição	Transferência (i)	31/12/2017
Provisão para manutenção	99.536	23.799		123.335
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.439)	1.900		(12.539)
	85.097	25.699		110.796
Circulante			32.142	32.142
Não circulante	85.097	25.699	(32.142)	78.654

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para início no primeiro semestre de 2018 foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/12/2017
2018	32.142
2019	37.413
2020	23.326
2021	15.378
2022	2.537
	110.796

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures

a) Descrição da operação

Debêntures não conversíveis	Principal R\$	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	31/12/2017	31/12/2016
		(Reapresentado (Nota 1.3))
Principal corrigido pelo IPCA	1.400.505	1.370.422
Remuneração (juros)	4.284	5.032
Custos com emissão	(65.914)	(62.977)
	1.338.875	1.312.477
Circulante	(51.137)	(13.888)
Não circulante	1.287.738	1.298.589

c) Movimentação das debêntures:

31/12/2016	Juros no exercício	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2017
1.312.477	153.502	(117.821)	(9.283)	1.338.875

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures – (continuação)

a) Descrição da operação –(continuação)

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2018	3,51%	49.484
2019	5,40%	76.130
2020	6,41%	90.369
2021	7,05%	99.392
2022	8,46%	119.270
2023	10,54%	148.594
2024	11,44%	161.282
2025	12,78%	180.174
2026	13,55%	191.029
2027	13,71%	193.285
2028	6,49%	91.496
	99,34%	1.400.505

b) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 os indicadores propostos na assembleia geral de debenturistas (AGD) em 13 de dezembro foram cumpridos pela Companhia.

Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)

Em 13 de dezembro de 2017 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 seja de até 94/6.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures - (continuação)

b) Cláusulas restritivas e garantias – (continuação)

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14 de dezembro 2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 30 de Abril de 2018.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 19 de junho de 2017, foi realizada a alteração do nome de um dos acionistas, passando de Ascendi International Holding B.V. para Lineas International Holding. B.V.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada é de 3,65%, em média, das aquisições de materiais faturados diretamente para a Companhia e empregados nos ativos que geram receitas.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio	235.347	207.770
Receita de serviços de construção	44.133	43.281
Receitas acessórias	19.838	7.398
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(23.444)	(20.860)
	<u>275.874</u>	<u>237.589</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Com pessoal	(23.583)	(18.672)
Honorários da administração	(2.497)	(1.199)
Manutenção e conservação	(40.316)	(28.377)
Serviços de terceiros	(7.545)	(5.519)
Ônus variável da concessão	(3.917)	(3.539)
Seguros e garantias	(2.467)	(2.563)
Custo dos serviços de construção	(44.024)	(43.281)
Provisão para demandas judiciais	(611)	(1.085)
Provisão para manutenção em rodovias	(23.799)	(12.907)
Depreciação e amortização	(35.050)	(14.474)
Outros	(4.987)	(3.603)
	<u>(188.796)</u>	<u>(135.219)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(172.454)	(124.264)
Despesas gerais e administrativas	(16.342)	(10.955)
	<u>(188.796)</u>	<u>(135.219)</u>

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras - (continuação)

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(146.709)	(196.058)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(14.026)	(14.872)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(2.055)	(806)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(89)	(60)
Juros sobre demais operações financeiras	(832)	(1.534)
Outras despesas financeiras	(3.655)	(833)
	(167.366)	(214.163)
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	23.981	33.263
Atualização de impostos a recuperar	1.820	5.291
Outras receitas financeiras	755	1.117
	26.556	39.671
Resultado financeiro	(140.810)	(174.492)

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos sociais	(18.016)	(15.744)
Benefícios previstos em lei	(2.516)	(2.317)
Benefícios adicionais (i)	(2.376)	(1.810)
Plano de Participação nos Resultados (ii)	(3.172)	
	(26.080)	(19.871)

(i) Referem-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

(ii) Referem-se à participações nos resultados de 2015 e 2016, pagas em 2017 e o provisionamento do exercício de 2017.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	<u>(35.527)</u>	<u>(30.904)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00117)</u>	<u>(0,00102)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

a) Risco de mercado - (continuação)

Risco de taxa de juros – (continuação)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2017, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 6,89% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2017, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 2,95% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2017, divulgada pelo IBGE.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	7.114	8.892	10.670
Debêntures	Aumento do IPCA	146.607	156.481	166.355
Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.695	5.869	7.043
Debêntures	Aumento do IPCA	96.760	103.277	109.794
Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	13.003	9.752	6.501
Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	8.582	6.436	4.291

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	22.011			22.011
Debêntures		51.137	1.287.738	1.338.875
Credor pela concessão	327			327
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)			103.246	103.246
Total	22.338	51.137	1.390.984	1.464.459

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	188.716	234.881
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	32.301	1.680
Contas a receber de clientes	20.066	16.715
Depósitos judiciais	25.316	23.170
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.338.875	1.312.477
Contas a pagar a fornecedores	22.011	24.879
Outras contas a pagar	2.026	2.440
Partes relacionadas - mútuo a pagar	103.246	89.220
Obrigações com o poder concedente	327	719

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa 23% do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/12/2017	31/12/2016
Mútuos a pagar a partes relacionadas	103.246	89.220
Debêntures	1.338.875	1.312.477
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(32.301)	(1.680)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(188.716)	(234.881)
Dívida líquida	1.221.104	1.165.136
Total do patrimônio líquido	26.680	62.207
Total da capital	1.247.784	1.227.343
Índice de alavancagem financeira - %	97,86%	94,93%

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.404.789	880.300	1.375.452	1.300.018

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros – (continuação)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	105.307
	Responsabilidade civil geral	34.935
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	6.793	349

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

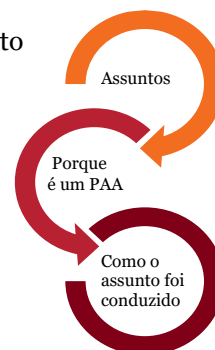
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Porque é um PAA

Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis e na realização de tributos diferidos

Notas “3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “8. Imposto de renda e contribuição social”, “9. Imobilizado” e “10. Intangível” às demonstrações financeiras.

As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, a fim de determinar uma adequada mensuração do valor recuperável dos ativos intangíveis e dos ativos imobilizados, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos.

Focamos nossos trabalhos nessas projeções da administração em virtude do significativo grau de julgamento e determinação de premissas relevantes e nem sempre objetivas, tais como curva de crescimento de tráfego, percentuais futuros de reajuste de tarifa de pedágio pela ampliação de rodovias, entre outras. Variações na realização dessas premissas podem impactar significativamente a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, obtivemos o entendimento, em conjunto com nossos especialistas, do modelo de avaliação aplicado pela administração e testamos a consistência entre as principais premissas utilizadas, comparando-as com os orçamentos atuais e com dados e expectativas do setor em que a Companhia atua. Também, comparamos as projeções realizadas pela administração nos anos anteriores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em contraposição ao resultado efetivamente realizado de modo a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções futuras.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando determinados intervalos e cenários de taxas de crescimento e de descontos, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.

Quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, analisando com o apoio de especialistas a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados pela administração na projeção do resultado são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Endividamento e processo de reestruturação financeira

Notas “1.1. Contexto operacional”, “14. Debêntures” e “20. (c) Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – risco de liquidez” às demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 1.319.261 mil e prejuízo de R\$ 58.844 mil. Parte substancial desse capital circulante líquido negativo é em virtude da reclassificação dos saldos de debêntures do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 1.272.081 mil, ocorridas em 31 de dezembro de 2018, em virtude do não cumprimento dos índices financeiros previstos nas cláusulas restritivas da escritura de debêntures.

Em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) realizada em 12 de fevereiro de 2019, a Companhia obteve “*waiver*” para dispensa de cumprimento desses índices financeiros. Portanto, o referido valor será reclassificado novamente para o passivo não circulante em 2019. A Companhia tem proposto aos seus debenturistas planos de reestruturação financeira, com o objetivo de readequar o perfil de seu endividamento ao seu fluxo de caixa.

Focamos nosso trabalho nas propostas apresentadas aos debenturistas para reestruturação da dívida e na análise das projeções de geração de caixa da Companhia para os próximos doze meses a partir da data do balanço, para continuar gerando recursos de suas atividades operacionais visando suprir as necessidades de caixa e cumprir com os compromissos junto a terceiros no curto prazo.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Obtivemos informações da administração sobre as estratégias tomadas e planejadas para suprir a necessidade de caixa e fazer face aos compromissos firmados. Também obtivemos o plano de negócio elaborado pela administração para cumprir com os compromissos junto a terceiros no o período de doze meses após a data base das demonstrações financeiras e as explicações da administração em relação às premissas relevantes.

Efetuamos leitura das atas de reunião de debenturistas, de acionistas e do Conselho de Administração ocorridas até a data de nosso relatório e também analisamos os eventos subsequentes ocorridos até a emissão deste relatório.

Como resultado de nossos procedimentos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com os dados e informações obtidos.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Dadas as circunstâncias acima descritas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Capitalização de gastos no ativo intangível	
Notas “3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas” e “10. Intangível” às demonstrações financeiras. Os gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura usada para prestar um serviço público, para operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo e para obter o direito de exploração da concessão são representados contabilmente pelo ativo intangível da concessão e apresentam valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações financeiras da Companhia. Focamos nossos trabalhos na análise das adições capitalizadas, uma vez que essas adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.	Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos capitalizados no ativo intangível, bem como avaliamos o desenho dos controles internos relevantes que suportam as adições registradas nas demonstrações financeiras. Ademais, com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, bem como avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto. Os resultados de nossos procedimentos nos demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Sorocaba, 28 de março de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rodrigo de Camargo'.

Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1

Índice

Balanco patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	5
Demonstração dos fluxos de caixa.....	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1.1 Contexto operacional	8
1.2 Base de preparação	9
1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.....	10
2 Resumo das principais políticas contábeis.....	11
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.....	20
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	22
5. Aplicações financeiras vinculadas	22
6. Contas a receber	23
7. Impostos a recuperar	23
8. Imposto de renda e contribuição social.....	24
9. Imobilizado	26
10. Intangível	27
11. Fornecedores e prestadores de serviços	28
12. Partes relacionadas	28
13. Provisões	29
14. Debêntures	32
15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	34
16. Receita operacional líquida	35
17. Custos e despesas por natureza	35
18. Despesas e receitas financeiras.....	36
19. Benefícios a empregados	36
20. Resultado por ação.....	37
21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro	37
22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	41
23. Seguros.....	42
24. Informações complementares dos fluxos de caixa.....	42
25. Eventos subsequentes	42

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	47.698	32.301	Fornecedores (11)	16.873	22.011
Contas a receber (Nota 6)	19.305	20.066	Debêntures (Nota 14)	1.348.182	51.137
Despesas antecipadas	1.356	1.536	Credor pela concessão	318	327
Impostos a recuperar (Nota 7)	3.023	10.570	Obrigações tributárias	2.590	2.742
Outros ativos	890	1.450	Obrigações trabalhistas	5.324	5.404
Total do ativo circulante	72.272	65.923	Provisões (Nota 13)	18.018	34.041
			Outros passivos	228	241
Não circulante			Total do passivo circulante	1.391.533	115.903
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	108.326	188.716	Não circulante		
Impostos a recuperar (Nota 7)		6.529	Debêntures (Nota 14)		1.287.738
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	165.286	135.180	Provisões (Nota 13)	134.975	89.824
Despesas antecipadas	32	100	Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	116.068	103.246
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	29.690	25.316	Outros passivos	1.557	1.785
Outros ativos	3.907	4.740	Total do passivo não circulante	252.600	1.482.593
	307.241	360.581			
Imobilizado (Nota 9)	8.448	9.722	Total do passivo	1.644.133	1.598.496
Intangível (Nota 10)	1.224.008	1.188.950	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Nota 15)		
Total do ativo não circulante	1.539.697	1.559.253	Capital social	303.578	303.578
			Prejuízos acumulados	(335.742)	(276.898)
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(32.164)	26.680
Total do ativo	1.611.969	1.625.176	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.611.969	1.625.176

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida (Nota 16)	296.960	275.874
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(210.133)	(172.454)
Lucro bruto	86.827	103.420
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(14.402)	(16.342)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.176	2.260
	(9.226)	(14.082)
Lucro operacional	77.601	89.338
Despesas financeiras (Nota 18)	(187.221)	(167.366)
Receitas financeiras (Nota 18)	20.669	26.556
Despesas financeiras, líquidas	(166.552)	(140.810)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(88.951)	(51.472)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	30.107	15.945
Prejuízo do exercício	(58.844)	(35.527)
Prejuízo básico e diluído por ação – em R\$ (Nota 20)	(0,00194)	(0,00117)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em
Em milhares de reais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(58.844)	(35.527)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(58.844)</u>	<u>(35.527)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	303.578	(241.371)	62.207
Prejuízo do exercício		(35.527)	(35.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	303.578	(276.898)	26.680
Prejuízo do exercício		(58.844)	(58.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	303.578	(335.742)	(32.164)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em
Em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(58.844)	(35.527)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.107)	(15.945)
Depreciação e amortização	38.161	35.050
Rendimentos de aplicações financeiras	(10.452)	(23.476)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	30	186
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	165.149	146.709
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	12.822	14.026
Provisões para demandas judiciais	(1.395)	611
Provisões para manutenção em rodovias	31.953	23.799
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(1.682)	1.900
Variação monetária sobre provisão para investimentos	252	155
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	81	
 Variação no capital circulante		
Contas a receber	680	(3.351)
Despesas antecipadas	248	272
Tributos a recuperar	14.076	8.409
Depósitos judiciais	(4.374)	(2.146)
Outros ativos	1.393	(1.084)
Fornecedores e prestadores de serviços	(5.138)	(2.868)
Credor pela concessão - ônus variável	(9)	(392)
Obrigações tributárias	(152)	(179)
Obrigações trabalhistas	(79)	2.108
Outros passivos	(241)	127
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	152.372	148.384
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(16.281)	(64.834)
Resgate de aplicações financeiras	107.123	134.475
Investimentos no ativo imobilizado	(130)	(228)
Investimentos no ativo intangível	(62.880)	(60.072)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	27.832	9.341
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	(51.029)	(9.283)
Pagamento de juros e prêmios sobre financiamentos e debêntures	(113.779)	(117.821)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(164.808)	(127.104)
 Aumento de caixa e equivalentes de caixa	15.397	30.621
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.301	1.680
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	47.698	32.301

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em
Em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas (Nota 16)		
Receitas de pedágio	237.887	235.347
Receita dos serviços de construção	69.793	44.133
Receitas acessórias	11.902	19.838
Outras receitas	5.176	2.260
	324.758	301.578
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção	(69.535)	(44.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(82.553)	(74.701)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	(4.382)	(2.056)
Custo da concessão – ônus variável	(3.825)	(3.917)
Valor adicionado bruto	164.463	176.880
Depreciação e amortização	(38.161)	(35.050)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	126.302	141.830
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	20.669	26.556
Valor adicionado total a distribuir	146.971	168.386
Pessoal (Nota 19)		
Salários e remunerações	17.815	20.048
FGTS	1.300	1.140
Benefícios	5.322	4.892
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	(19.596)	(4.888)
Municipais	12.242	12.599
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	12.822	14.026
Juros e variações monetárias sobre debêntures	174.115	153.502
Juros sobre demais operações financeiras	75	832
Aluguéis	1.720	1.762
Remuneração de capital próprio		
Prejuízo do exercício	(58.844)	(35.527)
Distribuição do valor adicionado	146.971	168.386

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 6 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.071 milhões (R\$ 3.055 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2.127 milhões (R\$ 3.111 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 58.844 (2017 – R\$ 35.527), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.319.261 (2017 – R\$ 49.980) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 32.164 (2017 - patrimônio positivo de R\$ 26.680) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

O capital circulante líquido representado acima está considerando a totalidade das debêntures classificada no passivo circulante conforme determinação das normas internacionais de contabilidade, devido a não aprovação da dispensa de cumprimento dos Índices Financeiros assumidos pela Companhia na emissão das Debêntures. Em adição, a Companhia informa que continua enviando seus melhores esforços para a renegociação de sua dívida, permitindo adequar seu fluxo de caixa para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Diretoria da Companhia informou aos Debenturistas que, conforme fato relevante divulgado em 24 de maio de 2018, os acionistas da Companhia celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda de Ações"), para consolidação do controle acionário da Companhia pela AB Concessões S.A., por meio da aquisição de todas as ações de titularidade da Lineas International Holding B.V., representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia ("Operação").

A transferência das ações no âmbito da Operação somente poderá ser levada a efeito após o cumprimento de determinadas condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, entre elas: (i) deverá ter sido obtida a aprovação pelos titulares das Debêntures, pelo quórum aplicável e reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, quanto aos termos e condições da Reestruturação (Nota 25); e (ii) a AB Concessões S.A. deverá ter obtido todas as aprovações societárias necessárias para a aprovação conjunta dos termos finais da Reestruturação e da Operação.

É convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada durante o exercício de 2019, sendo que, na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso, a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia, em garantia dada em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2019.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2 e nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.
- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

No que se refere à interpretação IFRIC 22/ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

(a) Ajustes IFRS 9/CPC 48

(a.1) Classificação e mensuração

Em 1º de janeiro de 2018, data da adoção inicial do IFRS 9/CPC 48, a administração avaliou quais modelos de negócio se aplicavam aos ativos financeiros mantidos pela Companhia e classificou os instrumentos financeiros nas devidas categorias da nova norma. Os principais efeitos provenientes dessa reclassificação são demonstrados a seguir:

	Classificação	
	Até 31 de dezembro de 2017	A partir de 1º de janeiro de 2018
Ativos conforme balanço patrimonial		
Aplicações financeiras	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (*)
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)

(*) não há impacto na classificação e/ou mensuração.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(**) sob o ponto de vista prático, não houve qualquer impacto na mensuração desses ativos financeiros decorrente desta alteração, uma vez que seus ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis já estavam registrados ao custo amortizado e os passivos financeiros já vinham sendo mensurados pelo custo amortizado.

(a.2) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo IFRS 9.

- . Contas a receber por serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio.
- . Contratos de ativos relacionados a prestação de serviços de aluguel de faixa de domínio.
- . Investimentos em títulos de dívida registrados ao custo amortizado.

Com o IFRS 9, a Companhia teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada uma dessas classes de ativos. O impacto da mudança na metodologia de *impairment* nos lucros acumulados está apresentado a seguir.

No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do IFRS 9, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

(a.2.1) Contas a receber

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes. O impacto sobre a provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018 foi imaterial.

(a.2.2) Instrumentos de dívida

Outros ativos financeiros ao custo amortizado

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem depósitos judiciais. A aplicação do modelo de risco de crédito esperado resultou em impactos imateriais.

(b) Ajustes IFRS 15/CPC 47

A Companhia optou por aplicar o método prospectivo do IFRS 15/CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" a partir de 1º de janeiro de 2018, o que não resultou em mudanças nas políticas contábeis e ajustes materiais nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por serviços de cobrança de pedágios no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.4 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

(a) Ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais são classificados e mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, credor pela concessão, mútuos a pagar e debêntures. Esses passivos classificados são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.3.2 Impairment de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.3.4 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo dos principais impactos apresentamos a seguir:

Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como seguem:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	151.441	123.335
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(142.435)	(110.796)
Ajuste a valor presente	<u>9.006</u>	<u>12.539</u>

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.7 Segmento de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

significativa para as receitas da Companhia. Todo o serviço de exploração da Concessão é regulado por um mesmo regulador.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Direitos de uso dos serviços públicos

O ativo intangível é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição. É reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis aos ativos serão gerados em favor da companhia.

A Companhia reconhece um ativo intangível a medida em que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos (Nota 16 (a)). Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço público.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefícios econômico estimado, até o limite do prazo da concessão.

(b) Direito de outorga ou de concessão

O direito de outorga ou de concessão, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda do valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste do valor recuperável. (Nota 2.9)

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos, limitados ao prazo da concessão.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, quando incorridos podem incluir os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas ao prazo da concessão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.15 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Serviços de construção ou de melhoria

A receita da prestação de serviços de construção ou de melhoria, segundo o ICPC 01 (R1), é reconhecida ao valor justo no período contábil durante o qual os serviços são prestados. A remuneração desses serviços corresponde ao direito de cobrar os usuários dos serviços públicos e são ativados no ativo intangível e amortizadas conforme o prazo de concessão. As receitas e os custos relacionados a esses serviços são registrados no resultado do exercício. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As estimativas de receitas, custos ou progresso até a conclusão são revisados quando as circunstâncias sofrem alterações. Quaisquer aumentos ou diminuições nas receitas ou custos estimados são refletidos no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(b) Serviços de operação - Receitas de pedágios

As receitas de pedágios são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. O pagamento do preço da transação se torna devido e a obrigação de desempenho é cumprida assim que o cliente passa pelas praças de pedágio.

2.18 Arrendamentos operacionais

A Companhia arrenda para clientes direito de uso de faixas de domínio. Os recebimentos de arrendamentos são reconhecidos como receita pelo método linear. Os custos, quando incorridos, são reconhecidos como despesa.

2.19 Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais. A Companhia está avaliando os impactos da nova norma.

- ICPC 22 – “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”: essa interpretação explica como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza, ou seja, posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o CPC 32 quanto a nova interpretação ICPC 22 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A ICPC 22 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia estima não haver impacto em suas demonstrações financeiras quando da adoção dessa interpretação.

Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda.

Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) da concessão foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base nas estimativas abaixo. A Companhia possui somente uma UGC.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período da Concessão.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso são como segue:

- Taxa de crescimento do volume de tráfego médio ao ano de 3,5% (2017 - 2,54%) para veículos leves e 3,6% (2017 - 4,08%) para veículos pesados.
- Preço da tarifa de pedágio e os custos e despesas foram reajustados conforme índices futuros do IPCA, que é o indicador de reajuste de preço conforme o edital de Concessão. O índice futuro do IPCA médio ao ano é de 3,80% (2017 - 4,11%).
- A taxa de desconto antes dos impostos utilizada no cálculo foi de 12,42% (2017 - 11,25%).
- Os custos de manutenção e conservação e de investimentos foram calculados com base nos custos previstos no cronograma de obras e reajustados conforme índices futuros do IPCA.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos uma possível e razoável mudança de 1% para mais ou para menos no índice futuro do IPCA médio ao ano (maior em 1% - 4,80%; menor em 1% - 2,80%). Nesse cenário a Companhia não teria necessidade de reconhecer perda (*impairment*).

b) Impostos diferidos ativos

Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

As premissas-chave utilizadas pela administração são em linha com as premissas-chave utilizadas para a análise do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são gastos relacionados com manutenção e outros que não geram receitas futuras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Disponibilidades	1.043	2.043
Aplicação compromissada de debêntures (i)	<u>46.655</u>	<u>30.258</u>
	<u>47.698</u>	<u>32.301</u>

(i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independentemente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Não circulante	<u>108.326</u>	<u>188.716</u>
	<u>108.326</u>	<u>188.716</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI em 2018 e em 2017.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico a receber	11.882	12.422
Cartões de pedágio a receber	626	497
Receitas acessórias	6.063	6.013
Valores em trânsito	815	1.134
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(81)	
	<u>19.305</u>	<u>20.066</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.023	17.099
	<u>3.023</u>	<u>17.099</u>
Circulante	3.023	10.570
Não circulante		6.529
	<u>3.023</u>	<u>17.099</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	141.944	123.548
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	349	540
Provisão para participação nos lucros	569	661
Outras provisões	1002	793
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção de rodovias	47.963	37.671
Provisão para investimentos em rodovias	3.225	3.225
AVP Outorga	1.642	1.694
	196.694	168.132
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização – curva de tráfego (i)	(31.408)	(32.952)
Líquido	165.286	135.180

- (i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 417.482 (2017 - R\$ 363.376). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados nos seguintes exercícios sociais:

Ano	31/12/2018	31/12/2017
2024	2.880	
2025	4.030	
2026	2.529	
2027	5.875	
2028	12.394	6.109
2029	21.964	14.983
2030	21.829	16.323
2031	26.142	22.462
2032	29.102	27.259
2033	19.196	20.325
2034	19.345	25.392
2035		2.327
	<u>165.286</u>	<u>135.180</u>

O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(88.950)	(51.472)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>30.243</u>	<u>17.500</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(136)	(1.555)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	<u>30.107</u>	<u>15.945</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>31%</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Aquisições	102	22	81			23	228
Depreciação	(126)	(258)	(443)	(433)		(305)	(1.565)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	1.307	2.474	4.708	2.350	377	7.401	18.617
Depreciação acumulada	(532)	(858)	(4.032)	(1.612)		(1.861)	(8.895)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Aquisições	34	19	76				129
Depreciação	(131)	(260)	(281)	(426)		(305)	(1.403)
Saldo contábil, líquido	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	1.341	2.493	4.784	2.350	377	7.401	18.746
Depreciação acumulada	(663)	(1.118)	(4.313)	(2.038)		(2.166)	(10.298)
Saldo contábil, líquido	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 4.257 (2017 - R\$ 3.336).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Saldo inicial	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Aquisições (vii)		49.809	656	17.530	657	68.652
Alienações		(186)				(186)
Transferências		4.850	2.302	(7.152)		
Amortização (vi)	(13.659)	(17.477)	(1.103)		(1.246)	(33.485)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	542.244	719.885	56.968	30.602	7.242	1.356.941
Amortização acumulada	(65.279)	(80.740)	(17.773)		(4.199)	(167.991)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Em 31 de dezembro de 2018						
Saldo inicial	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Aquisições (vii)		35.613	1.503	33.625	1.105	71.846
Alienações		(30)				(30)
Transferências		23		(68)	45	
Amortização (vi)	(14.417)	(19.693)	(1.197)		(1.451)	(36.758)
Saldo contábil, líquido	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	542.244	755.578	58.471	64.159	8.392	1.428.844
Amortização acumulada	(79.696)	(100.520)	(18.970)		(5.650)	(204.836)
Saldo contábil, líquido	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,07% em 31 de dezembro de 2018 (2017 - 2,82%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 8.966 (2017 - R\$ 6.793).

11. Fornecedores e prestadores de serviços

No exercício e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o total de fornecedores foi como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	8.648	11.783
Cauções e retenções contratuais (i)	8.225	10.228
	<u>16.873</u>	<u>22.011</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração fixa	1.685	1.752
Remuneração variável	393	745
	<u>2.078</u>	<u>2.497</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.800.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	105.210	93.588
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	10.858	9.658
			116.068	103.246

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no exercício foram de R\$ 12.822 (Nota 18) (2017 – R\$ 14.026).

13. Provisões

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para demandas judiciais	4.935	6.330
Provisão para investimentos em rodovias	6.991	6.739
Provisão para manutenção em rodovias	141.067	110.796
	152.993	123.865
Circulante	18.018	34.041
Não circulante	134.975	89.824

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 63 (2017 - R\$ 225) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 965 (2017 - R\$ 6.105) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o equivalente a R\$ 55.700 (2017 - R\$ 45.637) de causas trabalhistas, R\$ 35.257 (2017 - R\$ 98.020) de causas cíveis, e R\$ 119.770 (2017 - R\$ 86.907) de

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 29.690 (2017 - R\$ 25.316) incluem R\$ 17.961 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (2017 - R\$ 16.706). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 865 estão relacionados a discussões cíveis (2017 - R\$ 417), R\$ 322 relacionados a outros processos trabalhistas (2017 - R\$ 527), R\$ 4.496 relacionados a discussões tributárias (2017 - R\$ 3.252) e R\$ 6.046 relacionados a processos com a ARTESP (2017 - R\$ 4.414).

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2017	Provisão	Atualização monetária	31/12/2018
Provisão para investimentos	6.739		252	6.991
	6.739		252	6.991

	31/12/2016	Provisão	Atualização monetária	31/12/2017
Provisão para investimentos	4.797	1.797	145	6.739
	4.797	1.797	145	6.739

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018		1.899
2019	3.941	1.899
2020	1.525	1.471
2021	1.525	1.470
	<u>6.991</u>	<u>6.739</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência (i)</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para manutenção	123.335	31.953		155.288
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.539)	(1.682)		(14.221)
	<u>110.796</u>	<u>30.271</u>		<u>141.067</u>
Circulante	32.142		(16.094)	16.048
Não circulante	78.654	30.271	16.094	125.019
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência (i)</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para manutenção	99.536	23.799		123.335
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.439)	1.900		(12.539)
	<u>85.097</u>	<u>25.699</u>		<u>110.796</u>
Circulante			32.142	32.142
Não circulante	85.097	25.699	(32.142)	78.654

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para o segundo exercício de 2018 e o primeiro exercício de 2019 foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018		32.142
2019	16.048	37.413
2020	90.308	23.326
2021	32.376	15.378
2022	2.435	2.537
	<u>141.167</u>	<u>110.796</u>

14. Debêntures

a) Descrição da operação

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.403.435	1.400.505
Remuneração (juros)	3.863	4.284
Custos com emissão	(59.115)	(65.914)
	<u>1.348.182</u>	<u>1.338.875</u>
Circulante	<u>(1.348.182)</u>	<u>(51.137)</u>
Não circulante	<u>1.287.738</u>	<u>1.287.738</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Movimentação das debêntures

31/12/2017	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2018
1.338.875	174.117	(2.463)	(111.316)	(51.030)	1.348.182
31/12/2016	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2017
1.312.477	153.502	(8.484)	(109.337)	(9.283)	1.338.875

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2019	5,40%	79.083
2020	6,41%	93.875
2021	7,05%	103.248
2022	8,46%	123.897
2023	10,54%	154.359
2024	11,44%	167.539
2025	12,78%	187.164
2026	13,55%	198.440
2027	13,71%	200.784
2028	6,49%	95.046
	98,28%	1.403.435

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 11 de dezembro de 2018, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas não autorizaram a dispensa da Companhia em cumprir os Índices Financeiros abaixo previstos na escritura de emissão das debêntures.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 31 de dezembro de 2018 seja igual ou superior a 1,15; e

(ii) A relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 31 de dezembro de 2018 seja de até 75/25.

A não autorização da dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros, resultou na reclassificação da dívida para o passivo circulante, conforme determinação das Normas Internacionais de Contabilidade.

Porém, em 12 de fevereiro de 2019, os Debenturistas aprovaram em assembleia a dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros do período base de 31 de dezembro de 2018 (Nota 25).

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 19 de junho de 2017, foi realizada a alteração do nome de um dos acionistas, passando de Ascendi International Holding B.V. para Lineas International Holding B.V.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita com arrecadação de pedágio	237.887	235.347
Receita de serviços de construção	69.793	44.133
Receitas acessórias	11.902	19.838
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(22.622)	(23.444)
	<u>296.960</u>	<u>275.874</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2018	31/12/2017
Com pessoal	(22.359)	(23.583)
Honorários da administração	(2.078)	(2.497)
Manutenção e conservação	(42.351)	(40.316)
Serviços de terceiros	(6.501)	(7.545)
Ônus variável da concessão	(3.825)	(3.917)
Seguros e garantias	(2.279)	(2.467)
Custo dos serviços de construção	(69.535)	(44.024)
Provisão para demandas judiciais	562	(611)
Provisão para manutenção em rodovias	(31.953)	(23.799)
Depreciação e amortização	(38.161)	(35.050)
Outros	(6.054)	(4.987)
	<u>(224.534)</u>	<u>(188.796)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(210.132)	(172.454)
Despesas gerais e administrativas	(14.402)	(16.342)
	<u>(224.534)</u>	<u>(188.796)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(165.149)	(146.709)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(12.822)	(14.026)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(4.382)	(2.055)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(89)
Juros sobre demais operações financeiras	(75)	(832)
Outras despesas financeiras	(4.791)	(3.655)
	<u>(187.221)</u>	<u>(167.366)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	12.802	23.981
Atualização de impostos a recuperar	498	1.820
Outras receitas financeiras	7.369	755
	<u>20.669</u>	<u>26.556</u>
Resultado financeiro	<u>(166.552)</u>	<u>(140.810)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários e encargos sociais	(18.341)	(18.016)
Benefícios previstos em lei	(2.802)	(2.516)
Benefícios adicionais	(2.520)	(2.376)
Plano de Participação nos Resultados	(774)	(3.172)
	<u>(24.437)</u>	<u>(26.080)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	<u>(58.844)</u>	<u>(35.527)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00194)</u>	<u>(0,00117)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2018, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 6,39% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2018, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 4,39% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2018, divulgada pelo IBGE.

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	7.428	9.285	11.143
Debêntures	Aumento do IPCA	158.411	171.051	183.690

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.903	6.128	7.354
Debêntures	Aumento do IPCA	104.552	112.893	121.235

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	6.933	5.200	3.466

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	4.576	3.432	2.288

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	16.873		16.873
Debêntures	1.348.182		1.348.182
Credor pela concessão	318		318
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)		116.068	116.068
Total	1.365.373	116.068	1.481.441

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	108.326	188.716
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	47.698	32.301
Contas a receber de clientes	19.305	20.066
Depósitos judiciais	29.690	25.316
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.348.182	1.338.875
Contas a pagar a fornecedores	16.729	22.011
Outras contas a pagar	1.785	2.026
Partes relacionadas - mútuo a pagar	116.068	103.246
Obrigações com o poder concedente	318	327

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa 18% (2017 - 23%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/12/2018	31/12/2017
Mútuos a pagar a partes relacionadas	116.068	103.246
Debêntures	1.348.182	1.338.875
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(47.698)	(32.301)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(108.326)	(188.716)
Dívida líquida	1.308.226	1.221.104
Total do patrimônio líquido	(32.164)	26.680
Total da capital	1.276.062	1.247.784
Índice de alavancagem financeira - %	102,52%	97,86%

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.407.298	727.334	1.404.789	880.300

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	61.384
	Responsabilidade civil geral	64.473
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	32.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	71.791
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.730

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	8.966	6.793

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

Em 12 de fevereiro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi aprovada os seguintes termos propostos:

- Prorrogação do prazo de 15 de fevereiro de 2019 para 31 de março de 2019 para que a Companhia cumpra com as obrigações por ela assumida em propostas anteriores apresentadas aos debenturistas e recomponha os saldos mínimos obrigatórios das contas de reserva;
- Dispensada previamente de cumprir os índices financeiros conforme definido na escritura de emissão de debêntures exclusivamente para o período findo em 31 de dezembro de 2018, desde que (a) o ICSD seja igual ou superior a 0,60 e (b) a relação entre a dívida financeira e o capital total seja de até 97/3;

Em 20 de março de 2019, a Companhia divulgou a rescisão do contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmadas pelos seus acionistas pelo motivo da não consumação da operação até o dia 31 de dezembro de 2018.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 27 de março de 2019, foi aprovada a prorrogação do prazo de 31 de março de 2019 para 30 de abril de 2019 para que a Companhia cumpra com as obrigações por ela assumida em propostas anteriores apresentadas aos debenturistas e recomponha os saldos mínimos obrigatórios das contas de reserva;

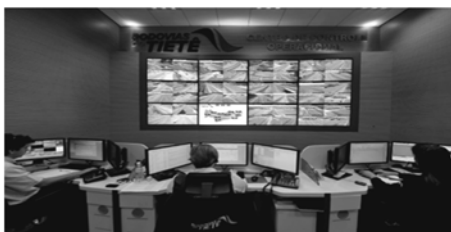
* * *



2018

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2018

28 de Março de 2019 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do ano de 2018.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26—Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnico, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS 1— Presentation of Financial Statements

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

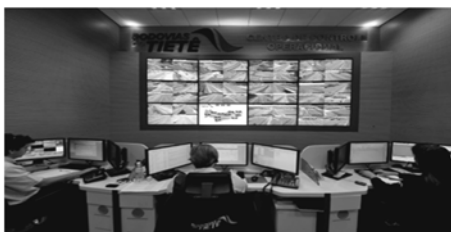
Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
 Diretor Administrativo, Financeiro e de
 Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

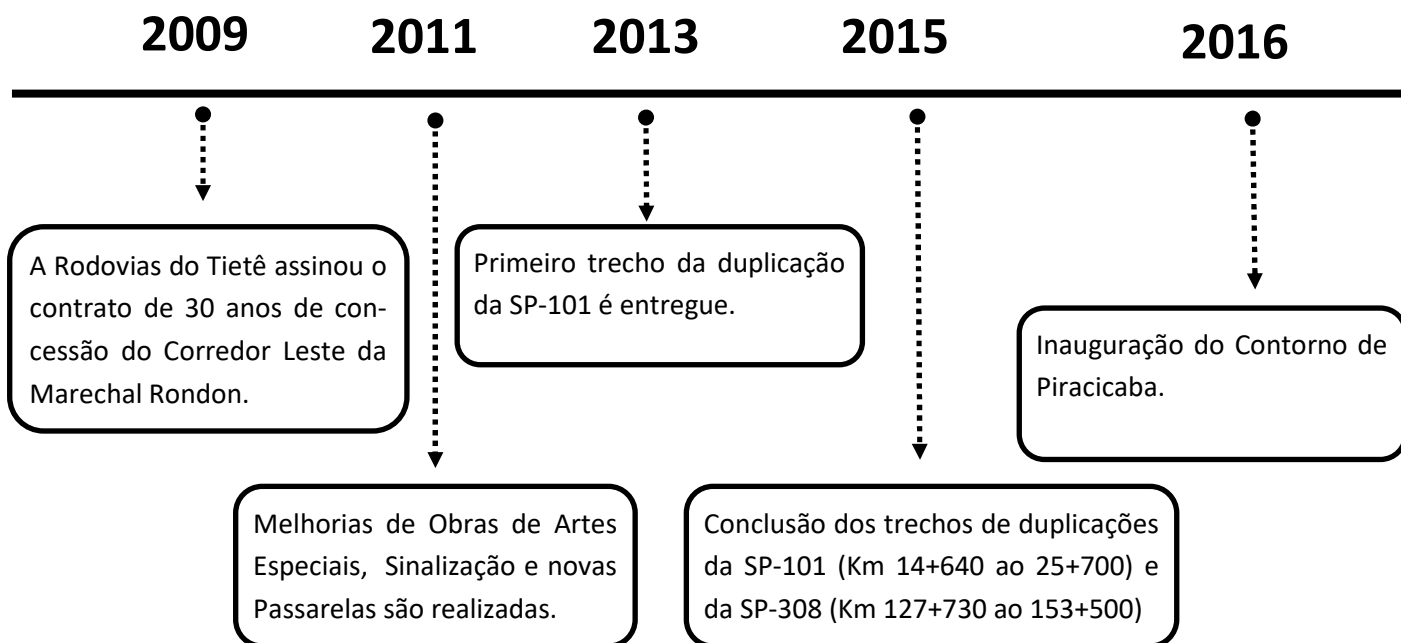


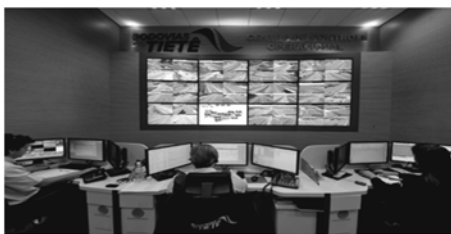
Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,1Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

✓ R\$ 227 milhões de receita líquida.



Tráfego

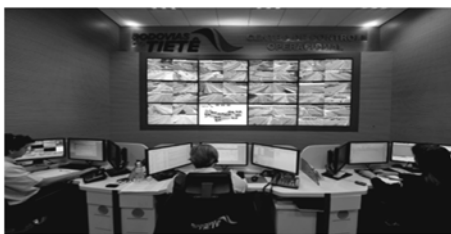
✓ Redução de 1,85% no tráfego pedagiao e redução de 4,95% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-101 x SP-113
- ✓ Alargamento de OAE
- ✓ Passarelas da SP-300





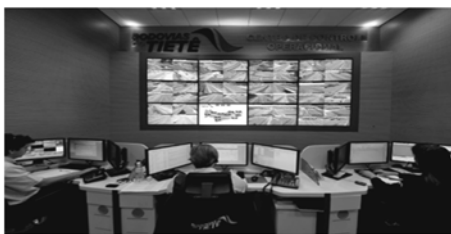
Sumário Executivo

A economia brasileira no ano de 2018 teve um crescimento desacelerado. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 6,5% a.a. em dezembro de 2018, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 3,75% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 28 de dezembro de 2018, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 ficasse 1,30% superior ao ano de 2017.

Durante o ano de 2018 houve redução de 1,85% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes também houve uma redução de 4,95%, quando comparado no mesmo período do ano anterior.

Essa redução deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetou diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas. A suspensão da cobrança de eixos suspensos passou a vigorar em 31 de maio de 2018. A suspensão da cobrança foi uma das reivindicações dos caminhoneiros que fez parte do acordo junto ao governo para suspender a greve.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram a duplicação da SP-101, a duplicação da SP-101 x SP-113, passarelas da SP-300 e alargamento de OAE.



Tráfego

No ano 2018 o volume de tráfego teve um queda de 1,85% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio caiu 2,05%, enquanto comerciais leves teve uma aumento de 4,07% e comerciais pesados uma queda de 7,59%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2018*	2017*	Variação
Passeio	19.601.772	20.012.419	-2,05%
Comercial Leve	3.533.093	3.394.816	4,07%
Comercial Pesado	2.604.440	2.818.229	-7,59%
Total	25.739.305	26.225.464	-1,85%

*Volume acumulado do exercício.

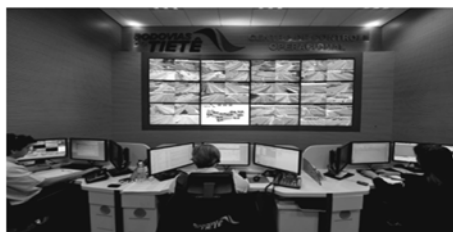
No ano de 2018 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve uma queda 4,95% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio caiu 2,17%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 1,27% e comerciais pesados uma queda de 11,29%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2018*	2017*	Variação
Passeio	19.281.431	19.709.321	-2,17%
Comercial Leve	8.581.589	8.473.914	1,27%
Comercial Pesado	15.074.720	16.992.704	-11,29%
Total	42.937.740	45.175.939	-4,95%

*Volume acumulado do exercício.

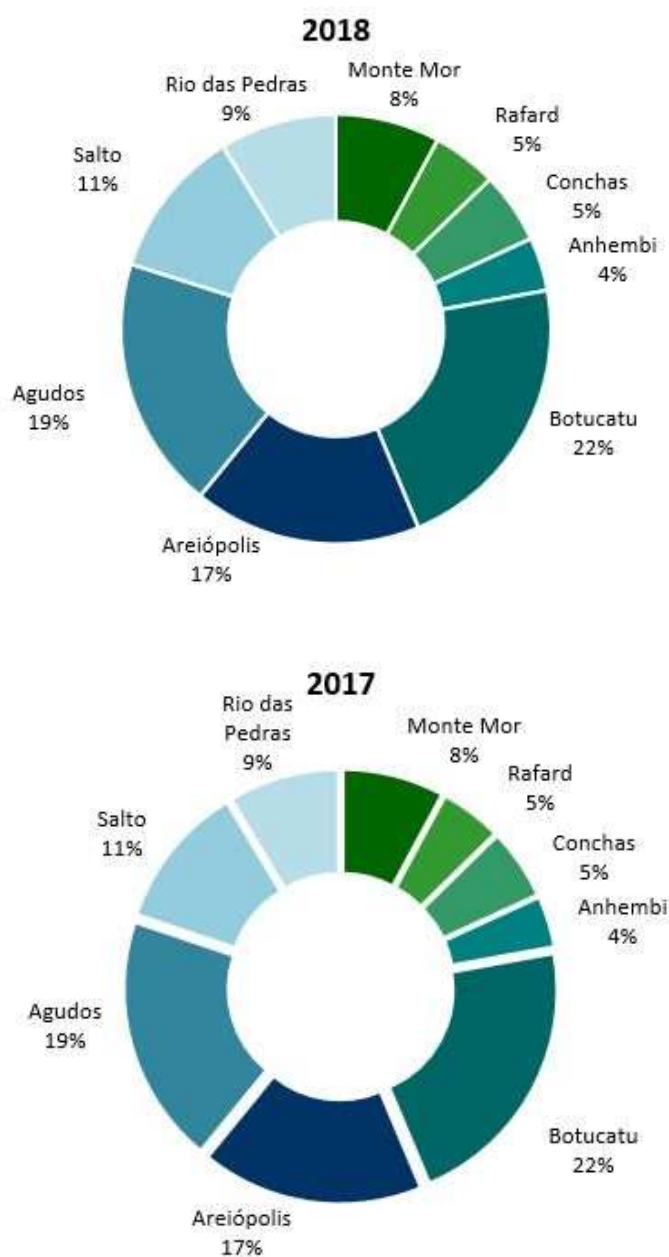
A redução deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetou diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas.

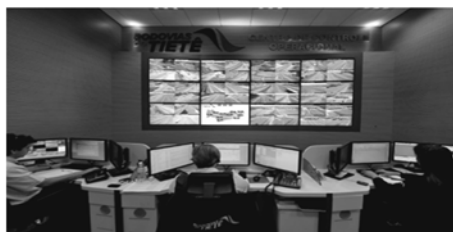


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.





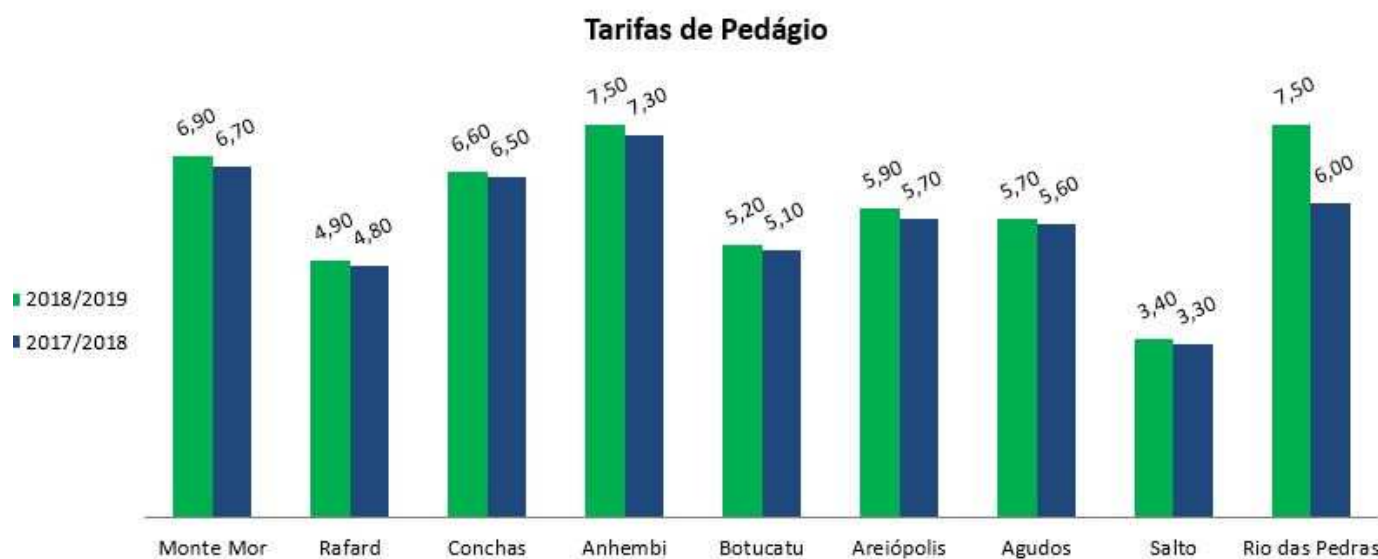
Tráfego

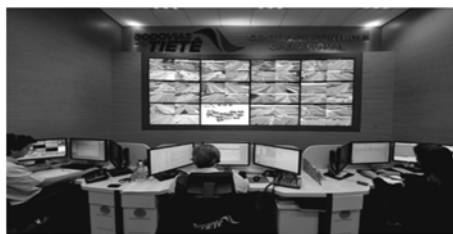
>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2018 houve reajuste das tarifas de pedágio em 2,86% e a reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Rio das Pedras em razão da conclusão do Contorno de Piracicaba na SP-308.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2018/2019 é de R\$ 5,96 contra R\$ 5,67 em 2017/2018.

Praça de pedágio	2018/2019	2017/2018
Monte Mor	6,90	6,70
Rafard	4,90	4,80
Conchas	6,60	6,50
Anhembi	7,50	7,30
Botucatu	5,20	5,10
Areiópolis	5,90	5,70
Agudos	5,70	5,60
Salto	3,40	3,30
Rio das Pedras	7,50	6,00
Tarifa Média	5,96	5,67





Receitas

Receitas (em R\$ mil)	2018*	2017*	Variação
Receitas de Pedágio	237.887	235.347	1,08%
Receitas Acessórias	11.902	19.838	-40,00%
Impostos sobre Receitas	(22.622)	(23.444)	-3,51%
Receitas Operacionais	227.167	231.741	-1,97%
Receitas de Construção	69.793	44.133	58,14%
TOTAL	296.960	275.874	7,64%

*Saldo acumulado do exercício.

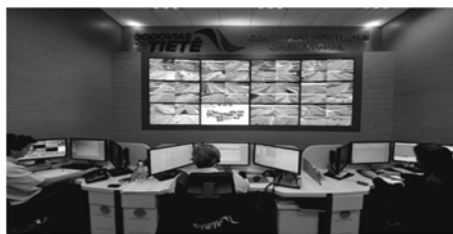
A Concessionária obteve, no ano de 2018, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 237.887 mil (R\$ 235.347 mil no ano de 2017) e arrecadou R\$ 11.902 mil (R\$ 19.838 mil no ano de 2017) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 22.622 mil no ano de 2018 (R\$ 23.444 mil no ano de 2017).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 69.793 mil de receita de construção contra R\$ 44.133 mil em 2017 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Saldo acumulado do exercício.



Custos e Despesas Operacionais

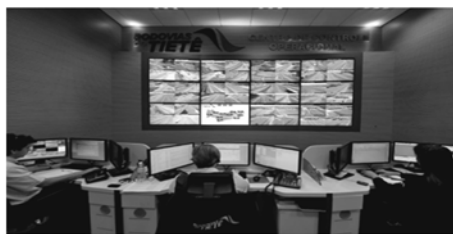
Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2018*	2017*	Variação
Com Pessoal	(22.359)	(23.583)	-5,39%
Honorários da Administração	(2.078)	(2.497)	-15,11%
Manutenção e conservação	(42.351)	(40.316)	5,05%
Serviço de terceiros	(6.501)	(7.545)	-13,84%
Ônus variável da concessão	(3.825)	(3.917)	-2,35%
Seguros e Garantias	(2.279)	(2.467)	-7,62%
Outros	(6.054)	(4.987)	21,40%
Subtotal	(85.447)	(85.312)	0,16%
Custo de serviços de construção	(69.535)	(44.024)	57,95%
Provisão para demandas judiciais	562	(611)	-191,98%
Provisão para manutenção em rodovias	(31.953)	(23.799)	34,26%
Depreciação e amortização	(38.161)	(35.050)	8,88%
Total	(224.534)	(188.796)	18,93%

*Saldo acumulado do exercício.

No ano de 2018, houve um aumento de 18,93% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 188.796 mil em 2017 para R\$ 224.534 mil em 2018. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Outros: Aumento em função do reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, indenizações a terceiros e gastos com publicações;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Aumento nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: Atualização dos processos judiciais com perda provável;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado no segundo semestre de 2019; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



EBITDA e MARGEM EBITDA

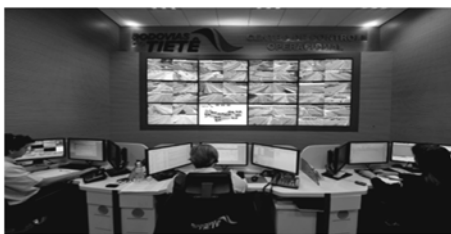
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2018*	2017*	Variação
Resultado Líquido do Período	(58.844)	(35.527)	65,63%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(30.107)	(15.945)	88,82%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	166.552	140.810	18,28%
(+/-) Depreciação e Amortização	38.161	35.050	8,88%
EBITDA	115.762	124.388	-6,93%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	31.953	23.799	34,26%
EBITDA AJUSTADO (a)	147.715	148.187	-0,32%
Receitas Operacionais (b)	227.167	231.741	-1,97%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	65,02%	63,95%	1,08 p.p

*Saldo acumulado do exercício.

No ano de 2018, houve uma redução de 0,32% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 148.187 mil no ano de 2017 para R\$ 147.715 mil no ano de 2018. Já a margem EBITDA ajustado teve um aumento de 1,08 p.p.

Além disso, houve um aumento de 8,88% na depreciação e amortização que passou de R\$ 35.050 mil no ano de 2017 para R\$ 38.161 mil no ano de 2018, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de 34,26% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2019.



Resultado Financeiro

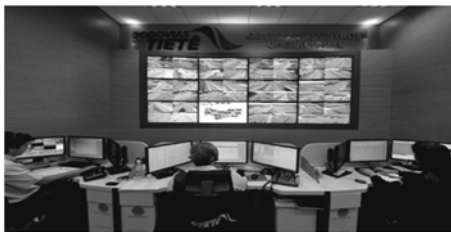
O resultado financeiro no ano de 2018, comparado ao mesmo período de 2017, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2018*	2017*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(165.149)	(146.709)	12,57%
Juros sobre Mútuo	(12.822)	(14.026)	-8,58%
Outras Despesas Financeiras	(9.250)	(6.631)	39,50%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(187.221)	(167.366)	11,86%
Receitas Financeiras	20.669	26.556	-22,17%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(166.552)	(140.810)	18,28%

*Saldo acumulado do exercício.

No ano de 2018 houve um aumento de 18,28% no resultado financeiro que passou de (R\$ 140.810) no ano de 2017 para (R\$ 166.552) mil no ano de 2018. As principais variações foram:

- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias e outras despesas financeiras relacionadas as debêntures.
- ⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

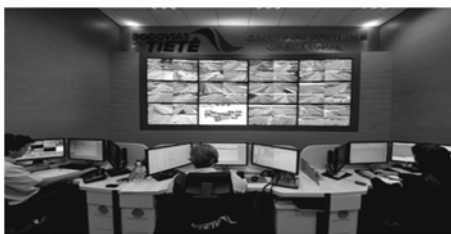
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados nove pagamentos de juros, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil, em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil, em 14 de junho de 2017, no montante de R\$ 54.157 mil, em 14 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 56.871 mil, em 14 de junho de 2018, no montante de R\$ 56.897 mil e em 17 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 56.882 mil. A primeira amortização do valor nominal ocorreu em 14 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 9.283 mil.



Debêntures - (continuação)

A segunda amortização do valor nominal ocorreu em 14 de junho de 2018 no montante de R\$ 15.174 e em 17 de dezembro de 2018, foi realizada a terceira amortização do valor nominal no montante de R\$ 35.855.

Em 11 de dezembro de 2018, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

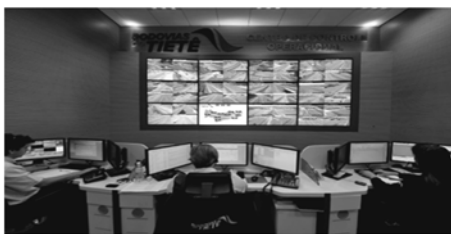
- A. autorização para a prorrogação do prazo de 15 de dezembro de 2018 para que a Companhia: (i) cumpra com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13 de dezembro de 2017, 30 de abril de 2018, 30 de maio de 2018, 28 de junho de 2018, 30 de julho de 2018, 30 de agosto de 2018 e 12 de novembro de 2018; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Contrato de Administração de Contas;
- B. Dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros estabelecidos nos Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão; e
- C. Utilização dos recursos depositados na Conta Reserva de Capex, Conta Reserva de Custos de O&M, na Conta Reserva de Insuficiência de ICSD e na Conta Reserva do Serviço da Dívida.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas aprovaram o item A prorrogando a data de cumprimento para 15 de fevereiro de 2019 e o item C limitando a Companhia na utilização de R\$ 35.000 mil, em relação ao item B, os Debenturistas não aprovaram a solicitação.

A não autorização da dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros, resultou na reclassificação da dívida para o passivo circulante, conforme determinação das Normas Internacionais de Contabilidade.

Porém, em 12 de fevereiro de 2019, os debenturistas aprovaram em assembleia a dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros do período base de 31 de dezembro de 2018.

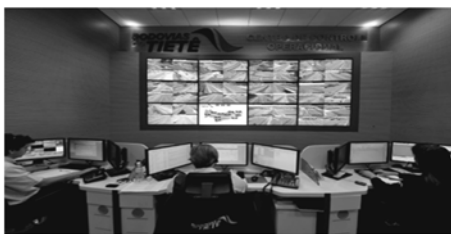
É convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada durante o exercício de 2019, sendo que, na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso, a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia, em garantia dada em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.



Debêntures - (continuação)

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86



Obras e Investimentos



Duplicação da SP-101

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como algumas intervenções de drenagem e de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25 e 41 também foram iniciadas e o custo incorrido até dezembro de 2018 foi de R\$ 622 mil.



Duplicação da SP-101 x SP-113

Duplicação de cerca de 1km de cada uma das rodovias (SP-101 e SP-113) para possibilitar a implantação de um novo entroncamento para as vias. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 5,253 milhões e o custo incorrido até dezembro de 2018 foi de R\$ 4,918 milhões.



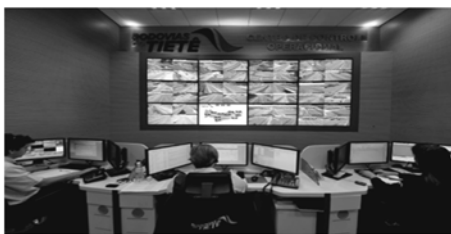
Passarelas da SP-300

Construção de 2 passarelas na SP-300: no km 250+200 e no km 271+000. Para a passarela do km 271+000 a montagem da estrutura metálica (lançamento da travessia) já foi realizado e para a passarela do km 250+000 os serviços ainda estão na fase da fundação e confecção da estrutura metálica. O custo incorrido até dezembro de 2018 foi de R\$ 1,866 milhões.



Alargamento de OAE

Alargamento da passagem inferior de duas Obras de Arte Especiais na SP-101 (km 43+700 e km 44+400). O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 3,002 milhões e o custo incorrido até dezembro de 2018 foi de R\$ 2,475 milhões.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



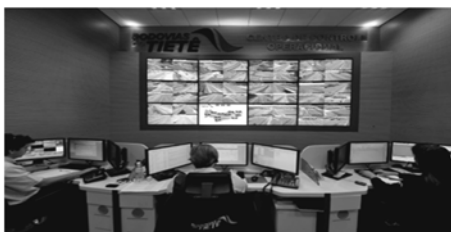
O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários são conscientizados pela Concessionária com o apoio da ARTESP, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares. O evento tem o apoio da ARTESP, e são escolhidos locais com grande fluxo de pessoas nos horários de pico. Esta atividade faz parte do Plano de Redução a Acidentes (PRA).

Sobre a Semana Nacional do Trânsito

Anualmente, entre os dias 18 e 25 de setembro, comemora-se a Semana Nacional do Trânsito (SNT), campanha que visa mobilizar a sociedade para um trânsito mais seguro. Em apoio à edição 2018, a Concessionária Rodovias do Tietê planejou mais de 10 ações, que foram realizadas entre os dias 18 e 25 de setembro, às margens das rodovias sob concessão e nos municípios limítrofes. Assim como em 2017, o tema desse ano propõe o envolvimento direto da sociedade nas ações e propõe uma reflexão sobre uma nova forma de encarar a mobilidade. Trata-se de um estímulo a todos os condutores, seja de caminhões, ônibus, vans, automóveis, motocicletas ou bicicletas, e aos pedestres e passageiros, a optarem por um trânsito mais seguro.

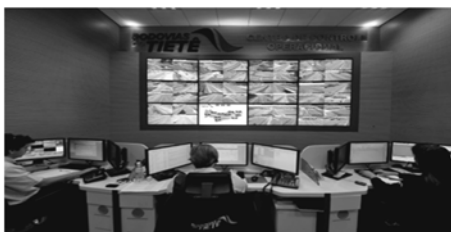
Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”

Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. Na ocasião, a concessionária disponibilizou gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e a distribuição de equipamentos como: antenas anti cerol e kit de adesivos refletivos para capacete. O evento contou com o apoio da Polícia Militar Rodoviária do 3º Batalhão, Demutran, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, JB Guinchos e veículos operacionais da Concessionária. Cerca de 100 motoqueiros foram atendidos. Esta atividade faz parte do Plano de Redução de Acidentes (PRA).



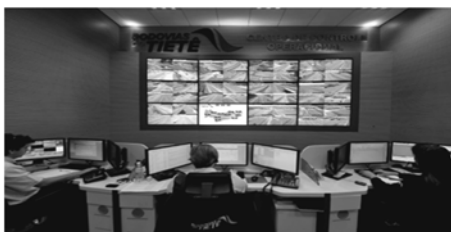
Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	47.698	32.301
Contas a receber (Nota 6)	19.305	20.066
Despesas Antecipadas	1.356	1.536
Impostos a recuperar (Nota 7)	3.023	10.570
Outros ativos	890	1.450
	72.272	65.923
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	108.326	188.716
Tributos a recuperar (Nota 7)	-	6.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	165.286	135.180
Despesas antecipadas	32	100
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	29.690	25.316
Outros ativos	3.907	4.740
Imobilizado (Nota 9)	8.448	9.722
Intangível (Nota 10)	1.224.008	1.188.950
	1.539.697	1.559.253
Total do ativo	1.611.969	1.625.176



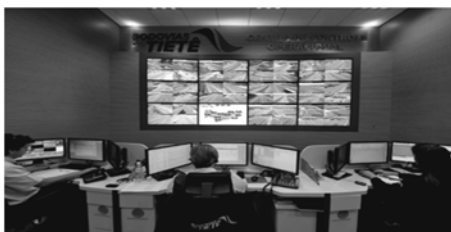
Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2018	2017
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	16.873	22.011
Debêntures (Nota 14)	1.348.182	51.137
Credor pela concessão	318	327
Obrigações tributárias	2.590	2.742
Obrigações trabalhistas	5.324	5.404
Provisões (Nota 13)	18.018	34.041
Outros passivos	228	241
	1.391.533	115.903
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	1.287.738
Provisões (Nota 13)	134.975	89.824
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	116.068	103.246
Outros passivos	1.557	1.785
	252.600	1.482.593
Total do passivo	1.644.133	1.598.496
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(335.742)	(276.898)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(32.164)	26.680
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.611.969	1.625.176



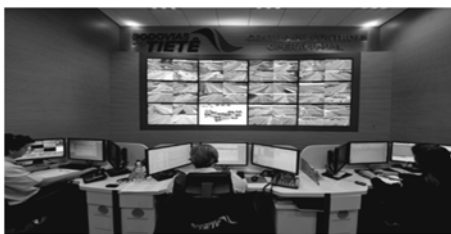
Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2018	2017
Receita operacional líquida (Nota 16)	296.960	275.874
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(210.133)	(172.454)
Lucro bruto	86.827	103.420
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(14.402)	(16.342)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.176	2.260
	(9.226)	(14.082)
Lucro operacional	77.601	89.338
Despesas financeiras (Nota 18)	(187.221)	(167.366)
Receitas financeiras (Nota 18)	20.669	26.556
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(166.552)	(140.810)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(88.951)	(51.472)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	30.107	15.945
Lucro (prejuízo) do período	(58.844)	(35.527)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00194)	(0,00117)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(58.844)	(35.527)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.107)	(15.945)
Depreciação e amortização	38.161	35.050
Rendimentos de aplicações financeiras	(10.452)	(23.476)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	30	186
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	165.149	146.709
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	12.822	14.026
Provisões para demandas judiciais	(1.395)	611
Provisões para manutenção em rodovias	31.953	23.799
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(1.682)	1.900
Variação monetária sobre provisão para investimentos	252	155
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	81	-
	145.968	147.488
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	680	(3.351)
Despesas antecipadas	248	272
Tributos a recuperar	14.076	8.409
Depósitos judiciais	(4.374)	(2.146)
Outros ativos	1.393	(1.084)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(5.138)	(2.868)
Credor pela concessão - ônus variável	(9)	(392)
Obrigações tributárias	(152)	(179)
Obrigações trabalhistas	(79)	2.108
Outros passivos	(241)	127
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	152.372	148.384
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(16.281)	(64.834)
Resgate de aplicações financeiras	107.123	134.475
Investimentos no ativo imobilizado	(130)	(228)
Investimentos no ativo intangível	(62.880)	(60.072)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	27.832	9.341
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	(51.029)	(9.283)
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	(113.779)	(117.821)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(164.808)	(127.104)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	15.397	30.621
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	32.301	1.680
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	47.698	32.301



Relacionamento com o Auditor

No ano de 2018, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as demonstrações financeiras de 2018.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Salto, 28 de Março de 2019.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Salto, 28 de Março de 2019.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

www.pwc.com.br

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

***Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2019
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado nas Notas 9 e 10 às demonstrações financeiras intermediárias, a Administração da Companhia não nos apresentou avaliação de indicação de ocorrência de redução no valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível que montam, em 30 de junho de 2019, R\$ 9.069 mil e R\$ 1.254.713 mil. No entanto, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, a Companhia deveria fazer revisões das evidências indicativas significativas de perda por desvalorização, desde o encerramento do exercício social mais recente, para avaliar se os ativos não financeiros estão ou não registrados por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*), e, na indicação de possível perda, um novo cálculo detalhado e específico deve ser efetuado baseado em projeções de resultados atualizadas. Devido à ausência da avaliação para indicação de perda do valor recuperável baseado em projeções de resultado atualizadas, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos registrados nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2019.

Conforme mencionado na Nota 8 às demonstrações financeiras intermediárias, em 30 de junho de 2019, a Companhia mantém créditos de tributos diferidos que montam a R\$ 189.213 mil para os quais a Administração estima a sua realização com lucros tributáveis futuros no período de doze anos, suportados pelas mesmas projeções de resultados futuros não atualizadas conforme mencionado no parágrafo anterior. Considerando que a Administração decidiu pela não atualização das referidas projeções, não nos foi possível concluir se os referidos créditos tributários registrados nas informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019 estão registrados pelo seu valor recuperável conforme requerido



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e norma internacional de contabilidade IAS 12 - *Income Taxes*.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para opinião com ressalvas", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Restrições de distribuição e uso

Nosso relatório de auditoria foi elaborado exclusivamente para atender o propósito de cumprimento da obrigação do Termo de Contrato de Concessão Rodoviária, firmado pela Companhia junto ao órgão regulador ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo, em conjunto com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo, podendo não ser adequado para outros propósitos. Assim, o mesmo não pode ser distribuído para ou usado por terceiros.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1)- "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba, 30 de agosto de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', written over the printed name.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rodrigo de Camargo', written over the printed name.

Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1

Índice

Balanco patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1.1 Contexto operacional	8
1.2 Base de preparação	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	9
3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	10
4 Caixa e equivalentes de caixa	10
5 Aplicações financeiras vinculadas	10
6 Contas a receber	11
7 Impostos a recuperar	11
8 Imposto de renda e contribuição social	12
9 Imobilizado	14
10 Intangível	15
11 Fornecedores e prestadores de serviços	16
12 Partes relacionadas	17
13 Provisões	17
14 Debêntures	20
15 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	22
16 Receita operacional líquida	23
17 Custos e despesas por natureza	23
18 Despesas e receitas financeiras	24
19 Benefícios a empregados	24
20 Resultado por ação	25
21 Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro	25
22 Valor justo dos ativos e passivos financeiros	29
23 Seguros	30
24 Informações complementares dos fluxos de caixa	30
25 Eventos subsequentes	30

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	30/06/2019	31/12/2018	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	17.915	47.698	Fornecedores (11)	22.419	16.873
Contas a receber (Nota 6)	17.724	19.305	Debêntures (Nota 14)	1.345.843	1.348.182
Despesas antecipadas	323	1.356	Credor pela concessão	300	318
Impostos a recuperar (Nota 7)	3.263	3.023	Obrigações tributárias	2.665	2.590
Outros ativos	2.287	890	Obrigações trabalhistas	4.176	5.324
Total do ativo circulante	41.512	72.272	Provisões (Nota 13)	62.652	18.018
			Outros passivos	228	228
Não circulante			Total do passivo circulante	1.438.283	1.391.533
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	62.798	108.326	Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	189.213	165.286	Debêntures (Nota 14)		
Despesas antecipadas	9	32	Provisões (Nota 13)	105.338	134.975
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	30.183	29.690	Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	122.960	116.068
Outros ativos	1.363	3.907	Outros passivos	1.444	1.557
	283.566	307.241	Total do passivo não circulante	229.742	252.600
Imobilizado (Nota 9)	9.069	8.448	Total do passivo	1.668.025	1.644.133
Intangível (Nota 10)	1.254.713	1.224.008			
Total do ativo não circulante	1.547.348	1.539.697	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Nota 15)		
			Capital social	303.578	303.578
			Prejuízos acumulados	(382.743)	(335.742)
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(79.165)	(32.164)
Total do ativo	1.588.860	1.611.969	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.588.860	1.611.969

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado
Semestres findos em
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2019	30/06/2018
Receita operacional líquida (Nota 16)	158.677	128.566
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(126.161)	(86.935)
Lucro bruto	32.516	41.631
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(6.494)	(8.371)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	5.110
	(6.478)	(3.261)
Lucro operacional	26.038	38.370
Despesas financeiras (Nota 18)	(101.960)	(100.681)
Receitas financeiras (Nota 18)	4.995	8.333
Despesas financeiras, líquidas	(96.965)	(92.348)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(70.927)	(53.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	23.926	18.317
Prejuízo do semestre	(47.001)	(35.661)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00155)	(0,00117)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em
Em milhares de reais

	30/06/2019	30/06/2018
Prejuízo do semestre	(47.001)	(35.661)
Total dos resultados abrangentes do semestre	<u>(47.001)</u>	<u>(35.661)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Semestres findos em

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em 1º de janeiro de 2018	303.578	(276.898)	26.680
Prejuízo do semestre		(35.661)	(35.661)
Em 30 de junho de 2018	<u>303.578</u>	<u>(312.559)</u>	<u>(8.981)</u>
Em 1º de janeiro de 2019	303.578	(335.742)	(32.164)
Prejuízo do semestre		(47.001)	(47.001)
Em 30 de junho de 2019	<u>303.578</u>	<u>(382.743)</u>	<u>(79.165)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em

Em milhares de reais

	30/06/2019	30/06/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(47.001)	(35.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.926)	(18.317)
Depreciação e amortização	21.955	18.989
Rendimento de aplicações financeiras	(3.271)	(6.166)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado		31
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	88.500	89.338
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	6.892	6.209
Provisão para demandas judiciais	(3.077)	1
Provisão para manutenção em rodovias	21.812	13.260
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	3.467	1.983
Variação monetária sobre provisão para investimentos	156	175
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(81)	
Variação no capital circulante		
Contas a receber	1.662	4.902
Despesas antecipadas	1.056	1.240
Tributos a recuperar	(240)	8.700
Depósitos judiciais	(493)	(2.554)
Outros ativos	1.147	(396)
Fornecedores	5.546	(4.500)
Credor pela concessão - ônus variável	(18)	(28)
Obrigações tributárias	75	(531)
Obrigações trabalhistas	(1.149)	1.297
Outros passivos	(114)	(128)
Provisão para manutenção	(7.360)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	65.538	77.844
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(47.000)	(16.281)
Resgate de aplicações financeiras	95.799	70.776
Aquisições de ativo imobilizado	(1.298)	(53)
Aquisições de ativo intangível	(48.607)	(21.230)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de investimento	(1.106)	33.212
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal sobre debêntures	(55.412)	(15.175)
Pagamento de juros sobre debêntures	(38.803)	(56.896)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(94.215)	(72.071)
Aumento de caixa (redução) e equivalentes de caixa líquidos	(29.783)	38.985
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	47.698	32.301
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	17.915	71.286

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do valor adicionado
Semestres findos em
Em milhares de reais

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas (Nota 16)		
Receitas de pedágio	115.973	114.056
Receita dos serviços de construção	48.633	21.211
Receitas acessórias	4.668	4.292
Outras receitas	16	26.936
	169.290	166.495
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção	(48.172)	(21.190)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48.842)	(62.742)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	(3.644)	(2.589)
Custo da concessão - ônus variável	(1.812)	(1.854)
Valor adicionado bruto	66.820	78.120
Depreciação e amortização	(21.955)	(18.989)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	44.865	59.131
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.996	8.333
Valor adicionado total a distribuir	49.861	67.464
Pessoal (Nota 19)		
Salários e remunerações	7.497	9.174
FGTS	621	667
Benefícios	2.444	2.628
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	(19.339)	(13.220)
Municipais	6.015	5.902
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	6.892	6.209
Juros e variações monetárias sobre debêntures	91.875	90.819
Juros sobre demais operações financeiras		75
Aluguéis	857	871
Remuneração de capital próprio		
Prejuízo do exercício	(47.001)	(35.661)
Distribuição do valor adicionado	49.861	67.464

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("CRT", "Concessionária" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP" ou "Poder Concedente"). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B desde 6 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2019, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.022 milhões (R\$ 3.006 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.071 milhões (R\$ 3.055 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresentou prejuízo no montante de (R\$ 47.001) (2018 - (R\$ 35.661)), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.396.771 (2018 - R\$ 1.319.261) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 79.165 (2018 - R\$ 32.164) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas. O capital circulante líquido representado acima está considerando a totalidade das debêntures classificadas no passivo circulante conforme determinação das normas internacionais de contabilidade, devido a não aprovação da dispensa de cumprimento dos Índices Financeiros assumidos pela Companhia na emissão das Debêntures.

A Companhia informa que continua envidando seus melhores esforços para a renegociação de sua dívida, permitindo adequar seu fluxo de caixa para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia tem planos de liquidar os passivos com o fluxo de caixa gerado pelas operações e, se necessário, por meio da utilização dos saldos de aplicações financeiras vinculadas.

É convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada durante o exercício de 2019, sendo que, na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso, a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia, em garantia dada em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de agosto de 2019.

1.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2019 foram elaboradas com propósito especial para atender cumprimento da obrigação do Termo de Contrato de Concessão Rodoviária, firmado pela Companhia junto ao órgão regulador ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2019 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

No interesse da tempestividade e por considerações de custos, bem como para evitar repetições de informações previamente divulgadas, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2019.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia avaliou que a nova norma não trouxe impactos às suas demonstrações contábeis.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Disponibilidades	316	1.043
Aplicação compromissada de debêntures (i)	<u>17.599</u>	<u>46.655</u>
	<u>17.915</u>	<u>47.698</u>

(i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independentemente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Não circulante	<u>62.798</u>	<u>108.326</u>
	<u>62.798</u>	<u>108.326</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI em 2019 e em 2018.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico a receber	12.277	11.882
Cartões de pedágio a receber	663	626
Receitas acessórias	3.815	6.063
Valores em trânsito	969	815
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(81)
	<u>17.724</u>	<u>19.305</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	3.263	3.023
	<u>3.263</u>	<u>3.023</u>
Circulante	3.263	3.023
	<u>3.263</u>	<u>3.023</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2019	31/12/2018
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	159.357	141.944
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	168	349
Provisão para participação nos lucros	147	569
Outras provisões	1.273	1.002
Provisão para manutenção de rodovias	54.055	47.963
Provisão para investimentos em rodovias	3.232	3.225
AVP Outorga	1.616	1.642
	219.848	196.694
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(30.635)	(31.408)
Líquido	189.213	165.286

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Em 30 de junho de 2019, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 468.697 (2018 - R\$ 417.482). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados nos seguintes exercícios sociais:

Ano	30/06/2019	31/12/2018
2024	525	2.880
2025	2.069	4.030
2026	246	2.529
2027	3.846	5.875
2028	13.897	12.394
2029	21.040	21.964
2030	21.403	21.829

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano	30/06/2019	31/12/2018
2031	27.454	26.142
2032	31.375	29.102
2033	22.427	19.196
2034	26.193	19.345
2035	18.738	
	<u>189.213</u>	<u>165.286</u>

O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(70.927)	(88.950)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>24.115</u>	<u>30.243</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(189)	(136)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	<u>23.926</u>	<u>30.107</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Aquisições	34	19	76				129
Depreciação	(131)	(260)	(281)	(426)		(305)	(1.403)
Saldo contábil, líquido	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	1.341	2.493	4.784	2.350	377	7.401	18.742
Depreciação acumulada	(663)	(1.118)	(4.313)	(2.038)		(2.166)	(10.298)
Saldo contábil, líquido	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Em 30 de junho de 2019							
Saldo inicial	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Aquisições		33	352	913			1.298
Depreciação	(67)	(128)	(146)	(183)		(153)	(677)
Saldo contábil, líquido	611	1.280	677	1.042	377	5.082	9.069
Em 30 de junho de 2019							
Custo	1.342	2.526	5.136	3.263	377	7.401	20.045
Depreciação acumulada	(731)	(1.246)	(4.459)	(2.221)		(2.319)	(10.976)
Saldo contábil, líquido	611	1.280	677	1.042	377	5.082	9.069
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 5.290 (2018 - R\$ 4.257).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Saldo inicial	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.952
Aquisições (vii)		35.613	1.503	33.625	1.105	71.933
Alienações		(30)				(30)
Transferências		23		(68)	45	
Amortização (vi)	(14.417)	(19.693)	(1.197)		(1.451)	(36.758)
Saldo contábil, líquido	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	542.244	755.578	58.471	64.159	8.392	1.428.844
Amortização acumulada	(79.696)	(100.520)	(18.970)		(5.650)	(204.836)
Saldo contábil, líquido	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Em 30 de junho de 2019						
Saldo inicial	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Aquisições (vii)		25.604	1.949	23.180	1.250	51.983
Alienações						
Transferências		18.862	12	(18.874)		
Amortização (vi)	(7.624)	(12.252)	(663)		(739)	(21.278)
Saldo contábil, líquido	454.924	687.272	40.799	68.465	3.253	1.254.713
Em 30 de junho de 2019						
Custo	542.244	800.044	60.432	68.465	9.642	1.480.827
Amortização acumulada	(87.320)	(112.772)	(19.633)		(6.389)	(226.114)
Saldo contábil, líquido	454.924	687.272	40.799	68.465	3.253	1.254.713

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica "Provisão para investimentos em rodovias".
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,32% em 30 de junho de 2019 (2018 - 3,07%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 3.375 (2018 - R\$ 8.966).

A Companhia realizou seu último teste de impairment no encerramento do exercício social de 2018, sendo que nos 6 primeiros meses de 2019, ainda que pudesse haver a possibilidade de existência de indicativos da eventual necessidade de sua revisão, decidiu manter a periodicidade anual, pois encontra-se em processo de renegociação dos termos e condições de suas debêntures e o resultado dela acarretará, no curto prazo, em alterações em seu custo de capital e em seu fluxo de caixa operacional.

O teste de impairment envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras.

Pelos motivos expostos acima, a Companhia optou por manter a periodicidade anual do teste de impairment, porém de forma extemporânea irá reavaliá-lo na revisão trimestral imediatamente posterior à conclusão da reestruturação de suas debêntures.

11. Fornecedores e prestadores de serviços

No semestre e exercício findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o total de fornecedores foi como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	14.868	8.648
Cauções e retenções contratuais (i)	7.551	8.225
	<u>22.419</u>	<u>16.873</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	30/06/2019	30/06/2018
Remuneração fixa	885	909
Remuneração variável	104	196
	<u>989</u>	<u>1.105</u>

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.872.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	30/06/2019	31/12/2018
AB Concessões S.A.	0,5% a.m. + CDI	Indeterminado	111.452	105.210
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m. + CDI	Indeterminado	11.508	10.858
			<u>122.960</u>	<u>116.068</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no exercício foram de R\$ 6.892 (Nota 18) (2018 - R\$ 12.822).

13. Provisões

	30/06/2019	31/12/2018
Provisão para demandas judiciais	1.858	4.935
Provisão para investimentos em rodovias	7.147	6.991
Provisão para manutenção em rodovias	<u>158.986</u>	<u>141.067</u>
	167.991	152.993
Circulante	62.652	18.018
Não circulante	<u>105.338</u>	<u>134.975</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 30 de junho de 2019 no montante de R\$ 0 (2018 - R\$ 63) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 30 de junho de 2019 no montante de R\$ 495 (2018 - R\$ 965) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2019, a Companhia possui o equivalente a R\$ 46.613 (2018 - R\$ 55.700) de causas trabalhistas, R\$ 39.660 (2018 - R\$ 35.257) de causas cíveis, e R\$ 175.715 (2018 - R\$ 119.770) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2019, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 30.183 (2018 - R\$ 29.690) incluem R\$ 17.078 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (2018 - R\$ 17.961). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 1.653 estão relacionados a discussões cíveis (2018 - R\$ 865), R\$ 520 relacionados a outros processos trabalhistas (2018 - R\$ 322), R\$ 4.848 relacionados a discussões tributárias (2018 - R\$ 4.496) e R\$ 7.390 relacionados a processos com a ARTESP (2018 - R\$ 6.046).

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2018	Provisão	Atualização Monetária	30/06/2019
Provisão para investimentos	6.991		156	7.147
	6.991		156	7.147
	31/12/2017	Provisão	Atualização Monetária	31/12/2017
Provisão para investimentos	6.739		252	6.991
	6.739		252	6.991

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
2019		3.941
2021		1.525
2022	7.147	1.525
	<u>7.147</u>	<u>6.991</u>

c) Provisão para manutenção em rodovias

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência (i)</u>	<u>Reversão</u>	<u>30/06/2019</u>
Provisão para manutenção	155.288	21.812		(7.360)	169.740
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.221)	3.467			(10.754)
	141.067	25.279		(7.360)	158.986
Circulante	16.048		46.604		62.652
Não circulante	125.019	25.279	(46.604)	(7.360)	96.334
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência (i)</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para manutenção	123.335	31.953			155.288
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.539)	(1.682)			(14.221)
	110.796	30.271			141.067
Circulante	32.142		(16.094)		16.048
Não circulante	78.654	30.271	16.094		125.019

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para o exercício de 2019 foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

	30/06/2019	31/12/2018
2019	62.652	16.048
2020	53.505	90.308
2021	39.625	32.376
2022	3.204	2.435
	158.986	141.167

14. Debêntures

a) Descrição da operação

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	30/06/2019	31/12/2018
Principal corrigido pelo IPCA	1.396.961	1.403.435
Remuneração (juros)	3.845	3.863
Custos com emissão	(54.963)	(59.115)
	1.345.843	1.348.182
Circulante	(1.345.843)	(1.348.182)
Não circulante		

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Movimentação das debêntures

31/12/2018	Juros no exercício	Pagamento de juros	Pagamento de principal	30/06/2019
1.348.182	91.876	(38.803)	(55.412)	1.345.843
31/12/2017	Juros no exercício	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2018
1.338.875	174.117	(111.316)	(51.030)	1.348.182

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2019	2,81%	40.963
2020	6,41%	93.442
2021	7,05%	102.771
2022	8,46%	123.326
2023	10,54%	153.647
2024	11,44%	166.767
2025	12,78%	186.300
2026	13,55%	197.525
2027	13,71%	199.857
2028	6,49%	94.608
	93,24%	1.359.205

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 05 de junho de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas não autorizaram a dispensa da Companhia em cumprir os Índices Financeiros abaixo previstos na escritura de emissão das debêntures.

(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 30 de junho de 2019 seja igual ou superior a 1,15; e

(ii) A relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 30 de junho de 2019 seja de até 75/25.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A não autorização da dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros, resultou na reclassificação da dívida para o passivo circulante, conforme determinação das Normas Internacionais de Contabilidade.

Porém, em 30 de julho de 2019, antes da emissão dessas demonstrações contábeis, os Debenturistas aprovaram em assembleia a dispensa do cumprimento dos Índices Financeiros do período base de 30 de junho de 2019 (Nota 25).

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 19 de junho de 2017, foi realizada a alteração do nome de um dos acionistas, passando de Ascendi International Holding B.V. para Lineas International Holding B.V.

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receita operacional líquida

	30/06/2019	30/06/2018
Receita com arrecadação de pedágio	115.973	114.056
Receita de serviços de construção	48.633	21.211
Receitas acessórias	4.668	4.292
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(10.597)	(10.993)
	<u>158.677</u>	<u>128.566</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	30/06/2019	30/06/2018
Com pessoal	(9.572)	(11.365)
Honorários da administração	(989)	(1.105)
Manutenção e conservação	(21.150)	(20.671)
Serviços de terceiros	(2.895)	(3.067)
Ônus variável da concessão	(1.812)	(1.854)
Seguros e garantias	(1.126)	(1.188)
Custo dos serviços de construção (i)	(48.172)	(21.190)
Provisão para demandas judiciais	533	
Provisão para manutenção em rodovias (ii)	(21.812)	(13.260)
Depreciação e amortização	(21.955)	(18.989)
Outros	(3.705)	(2.617)
	<u>(132.655)</u>	<u>(95.306)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(126.161)	(86.935)
Despesas gerais e administrativas	(6.494)	(8.371)
	<u>(132.655)</u>	<u>(95.306)</u>

- (i) Referem-se aos gastos com investimentos de ampliação nas rodovias da Companhia;
(ii) Implantação de novo cronograma de manutenção, conforme nota 13.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	30/06/2019	30/06/2018
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(88.500)	(89.338)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(6.892)	(6.209)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(3.644)	(2.589)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	
Juros sobre demais operações financeiras		(75)
Outras despesas financeiras	(2.923)	(2.470)
	<u>(101.960)</u>	<u>(100.681)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.294	7.001
Atualização de impostos a recuperar	87	368
Outras receitas financeiras	614	964
	<u>4.995</u>	<u>8.333</u>
Resultado financeiro	<u>(96.965)</u>	<u>(92.348)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	30/06/2019	30/06/2018
Salários e encargos sociais	(9.358)	(9.008)
Benefícios previstos em lei	(1.323)	(1.349)
Benefícios adicionais	(1.120)	(1.279)
Plano de Participação nos Resultados	1.240	(834)
	<u>(10.561)</u>	<u>(12.470)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	30/06/2019	30/06/2018
Numerador:		
Prejuízo do semestre	(47.001)	(35.661)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,00155)	(0,00117)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2018, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 6,40% ao ano, observada no fechamento de 30 de junho de 2019, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 3,37% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 30 de junho de 2019, divulgada pelo IBGE.

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	7.869	9.837	11.804
Debêntures	Aumento do IPCA	153.022	164.361	175.700

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	+25%	+50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	5.194	6.492	7.791
Debêntures	Aumento do IPCA	100.995	108.478	115.962

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	4.019	3.014	2.010

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	2.653	1.989	1.326

- (i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está registrado na rubrica "Contas a receber", no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está registrado na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e de "Aplicações financeiras vinculadas", no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2019 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	22.419			22.419
Debêntures		1.345.843		1.345.843
Credor pela concessão	300			300
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)			122.960	122.960
Total	22.719	1.345.843	122.960	1.491.522

Reestruturação da Dívida

A Companhia informa que continua envidando seus melhores esforços para a renegociação de sua dívida e a consequente adequação do fluxo de caixa para cumprir com suas obrigações. Na eventualidade de insucesso

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desta renegociação até dezembro de 2019, data de pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração, a Companhia não possuirá caixa livre suficiente para fazer face às suas obrigações, acarretando no vencimento antecipado das debêntures, conforme item 4.16.2 (a) da Escritura de Emissão.

Continuidade Operacional

A continuidade operacional da Companhia não será afetada caso haja vencimento antecipado das debêntures, pois a escritura de emissão possui mecanismos para destinação dos recursos oriundos do pedágio para o cumprimento das atividades operacionais. Além disso, as ações da Companhia estão cedidas como garantia aos debenturistas, conforme Contrato de Alienação Fiduciárias das Ações que caso executado acarretará em alterações societárias e não operacionais.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	62.798	108.326
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	17.915	47.698
Contas a receber de clientes	17.724	19.305
Depósitos judiciais	30.183	29.690
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.345.843	1.348.182
Contas a pagar a fornecedores	22.419	16.729
Outras contas a pagar	1.672	1.785
Partes relacionadas - mútuo a pagar	122.960	116.068
Obrigações com o poder concedente	300	318

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 30 de junho de 2019 representa 20% (2017 - 21%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	30/06/2019	31/12/2018
Mútuos a pagar a partes relacionadas	122.960	116.068
Debêntures	1.345.843	1.348.182
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(17.915)	(47.698)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(62.798)	(108.326)
Dívida líquida	1.388.090	1.308.226
Total do patrimônio líquido	(79.165)	(32.164)
Total da capital	1.308.925	1.276.062
Índice de alavancagem financeira - %	106,05%	102,52%

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	30 de junho de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.400.806	567.976	1.407.298	727.334

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	61.384
	Responsabilidade civil geral	64.473
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	32.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	71.791
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.730

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	30/06/2019	30/06/2018
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	3.375	1.481

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

Reajuste de Tarifa

Em 1 de julho de 2019, foi divulgado pelo Poder Concedente os novos valores das tarifas de pedágio das rodovias administradas pela Companhia, o reajuste foi de 4,658259% baseado no IPCA de maio de 2019.

Renovação do Seguro Garantia

A Companhia não obteve sucesso na renovação de seu seguro garantia, obrigatório pelo Contrato de Concessão. A negativa da Seguradora em renovar referido seguro, recebida pela Companhia em 25 de junho de 2019, deve-se à atual situação econômico-financeira da Concessionária e à reestruturação de suas debêntures ainda em andamento. A Companhia entrou com medidas judiciais contra a negativa e obteve êxito, tendo sido concedidos 90 dias adicionais aos da apólice, que passou a ter vencimento em 1 de outubro de 2019.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia informa que continua envidando seus melhores esforços para a renegociação de sua dívida e concomitantemente à sua aprovação terá as apólices renovadas com vencimento de 12 meses.

Assembleia Geral de Titulares de Debêntures

Em 24 de julho de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 30 de julho de 2019.

Em 30 de julho de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi solicitado a aprovação dos seguintes termos:

- A. Autorização para a prorrogação do prazo de 05 de junho de 2019 para que a Companhia: (i) cumpra com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13 de dezembro de 2017, 30 de abril de 2018, 30 de maio de 2018, 28 de junho de 2018, 30 de julho de 2018, 30 de agosto de 2018, 12 de novembro de 2018, 11 de dezembro de 2018, 12 de fevereiro de 2019, 27 de março de 2019, 26 de abril de 2019, 05 de junho de 2019 suspensa e retomada em 12 de junho de 2019, suspensa e retomada em 14 de junho de 2019, sobretudo a apresentação de nova proposta de reestruturação das Debêntures pela Companhia em termos aceitáveis aos Debenturistas; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Contrato de Administração de Contas;
- B. Autorização prévia para que a Companhia esteja dispensada de cumprir os Índices Financeiros;
- C. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- D. Em caso de apresentação de nova proposta para reestruturação das Debêntures pela Companhia, análise, discussão e aprovação de tal proposta pelos Debenturistas, podendo ser apresentada pelos Debenturistas presentes contraproposta que também será discutida.

Nesta AGDs, foram aprovados os itens A e B, mas o item A foi condicionada ao aceite da contraproposta apresentada pelos Debenturistas. Os demais itens não foram aprovados.

Abaixo os principais pontos da contraproposta apresentado pelos Debenturistas:

- Alongamento da dívida para 23 de abril de 2039;
- Alteração do Cronograma dos Vencimentos da Amortização;
- Redução da taxa de Remuneração de 8,00% para 1,50%;
- Alteração dos Pagamentos da Remuneração, de acordo com o novo cronograma;
- Exclusão do Índice Financeiro (Dívida Financeira e Capital Total);
- Aporte de Capital do Acionista; e
- Conversão do Mútuo em Capital Social.

* * *

WV

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

**Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2018
e relatório do auditor independente**

pwc





Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

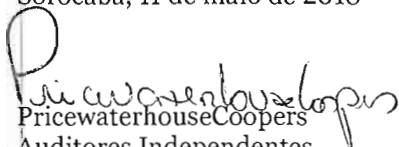
Conclusão sobre as informações intermediárias

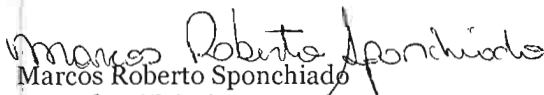
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

**Outros assuntos****Demonstração
do valor adicionado**

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Sorocaba, 11 de maio de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"


Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	
1. Contexto operacional.....	8
2. Base de preparação	9
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	12
4. Caixa e equivalentes de caixa	12
5. Aplicações financeiras vinculadas	12
6. Contas a receber.....	13
7. Impostos a recuperar.....	13
8. Imposto de renda e contribuição social.....	14
9. Imobilizado	17
10. Intangível	18
11. Fornecedores.....	19
12. Partes relacionadas	20
13. Provisões	21
14. Debêntures	24
15. Patrimônio líquido.....	26
16. Receita operacional líquida	27
17. Custos e despesas por natureza	28
18. Despesas e receitas financeiras	29
19. Benefícios a empregados	29
20. Resultado por ação	30
21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro.....	30
22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	34
23. Seguros	35
24. Informações complementares dos fluxos de caixa	36
25. Eventos subsequentes.....	36

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balanco patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	31/03/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	45.289	32.301	Fornecedores e prestadores de serviços (11)	17.761	22.011
Contas a receber (Nota 6)	15.804	20.066	Debêntures (Nota 14)	76.836	51.137
Despesas antecipadas	960	1.536	Credor pela concessão	380	327
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.998	10.570	Obrigações tributárias	2.808	2.742
Outros ativos	1.507	1.450	Obrigações trabalhistas	5.807	5.404
	73.558	65.923	Provisões (Nota 13)	49.875	34.041
			Outros passivos	232	241
Não circulante				153.699	115.903
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	208.143	188.716			
Impostos a recuperar (Nota 7)	413	6.529	Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	141.349	135.180	Debêntures (Nota 14)	1.300.987	1.287.738
Despesas antecipadas	91	100	Provisões (Nota 13)	78.289	89.824
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	25.844	25.316	Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	106.392	103.246
Outros ativos	4.741	4.740	Outros passivos	1.728	1.785
Imobilizado (Nota 9)	9.370	9.722		1.487.396	1.482.593
Intangível (Nota 10)	1.192.245	1.188.950			
	1.582.196	1.559.253	Total do passivo	1.641.095	1.598.496
			Patrimônio líquido (Nota 15)		
			Capital social	303.578	303.578
			Prejuízos acumulados	(288.919)	(276.898)
			Total do patrimônio líquido	14.659	26.680
Total do ativo	1.655.754	1.625.176	Total do passivo e patrimônio líquido	1.655.754	1.625.176

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional líquida (Nota 16)	66.184	60.344
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(40.987)	(38.561)
Lucro bruto	25.197	21.783
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(4.076)	(4.423)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.955	125
Lucro operacional	25.076	17.485
Despesas financeiras (Nota 18)	(47.197)	(46.662)
Receitas financeiras (Nota 18)	3.931	8.741
Despesas financeiras, líquidas	(43.266)	(37.921)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(18.190)	(20.436)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	6.169	6.743
Prejuízo do período	(12.021)	(13.693)
Prejuízo básico e diluído por ação – em R\$ (Nota 20)	(0,000396)	(0,000451)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais

	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízo do período	(12.021)	(13.693)
Total dos resultados abrangentes do período	(12.021)	(13.693)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2017	303.578	(241.371)	62.207
Prejuízo do período		(13.693)	(13.693)
Em 31 de março de 2017	<u>303.578</u>	<u>(255.064)</u>	<u>48.514</u>
Em 1º de janeiro de 2018	303.578	(276.898)	26.680
Prejuízo do período		(12.021)	(12.021)
Em 31 de março de 2018	<u>303.578</u>	<u>(288.919)</u>	<u>14.659</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
 Períodos findos em 31 de março
 Em milhares de reais

	31/03/2018	31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(12.021)	(13.693)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.169)	(6.743)
Depreciação e amortização	9.486	7.122
Rendimentos de aplicações financeiras	(3.146)	(7.938)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	31	
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	41.100	41.369
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	3.146	3.904
Provisões para demandas judiciais	1	
Provisões para manutenção em rodovias	3.033	6.085
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.218	630
Variação monetária sobre provisão para investimentos	47	47
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	4.262	(1.298)
Despesas antecipadas	585	440
Impostos a recuperar	6.688	2.601
Depósitos judiciais	(528)	(902)
Outros ativos	(57)	(4.012)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(4.250)	(9.099)
Credor pela concessão - ônus variável	53	(411)
Obrigações tributárias	66	(482)
Obrigações trabalhistas	403	(25)
Outros passivos	(66)	(239)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.882	17.356
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(16.281)	
Aquisições de ativo imobilizado	(21)	(21)
Aquisições de ativo intangível	(12.129)	(10.328)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(28.431)	(10.349)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	(2.463)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.463)	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	12.988	7.007
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	32.301	1.680
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	45.289	8.687

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas (Nota 16)		
Receitas de pedágio	58.045	54.619
Receita dos serviços de construção	11.771	8.806
Receitas acessórias	2.175	2.059
Outras receitas	16.161	10.239
	88.152	75.723
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços de construção	(11.770)	(8.772)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.760)	(30.048)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	(1.470)	(677)
Custo da concessão – ônus variável	(962)	(851)
Valor adicionado bruto	44.190	35.375
Depreciação e amortização	(9.486)	(7.122)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	34.704	28.253
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.931	8.741
Valor adicionado total a distribuir	38.635	36.994
Pessoal (Nota 19)		
Salários e remunerações	(4.343)	(4.614)
FGTS	(307)	(260)
Benefícios	(1.357)	(1.175)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	3.463	4.453
Municipais	(3.106)	(2.927)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(3.146)	(3.904)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	(41.411)	(41.369)
Juros sobre demais operações financeiras	(38)	(439)
Aluguéis	(411)	(452)
Prejuízo do período	(12.021)	(13.693)
Total do valor distribuído	(38.635)	(36.994)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de março de 2018, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.115 milhões (R\$3.099 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2.127 milhões (R\$ 3.111 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou prejuízo no montante de (R\$ 12.021) (31 de março de 2017 – (R\$ 13.693)), um capital circulante líquido negativo de (R\$ 80.141) (2017 – (R\$ 49.980)) e patrimônio líquido em R\$ 14.659 (2017 - R\$ 26.680) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional - (continuação)

Em 31 de julho de 2017, a Companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta da Administração para a sua reestruturação financeira (“Proposta da Administração”), a fim de readequar o perfil de endividamento ao seu fluxo de caixa (“Plano Financeiro”).

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Em 29 de setembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou a suspensão da assembleia por 60 dias, ou seja, até a data de 28 de novembro de 2017.

A AGD de 28 de novembro de 2017 não foi realizada, sendo que foi realizada uma outra AGD no dia 13 de dezembro de 2017 a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou por não aceitar a reestruturação, nos termos da Proposta da Administração. Na mesma AGD a Companhia assumiu a obrigação de apresentar aos debenturistas até o dia 30 de abril de 2018, uma nova proposta de reestruturação das Debêntures, com a finalidade de readequar o endividamento da Companhia ao seu fluxo de caixa.

É convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada durante o primeiro semestre de 2018, sendo que, na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso, a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia, em garantia dada em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 11 de maio de 2018.

2. Base de preparação

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação – (continuação)

2.1 Base de preparação e apresentação – (continuação)

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2018.

Normas, alterações e interpretações de normas

No trimestre findo em 31 de março de 2018 não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.6 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as demonstrações financeiras intermediárias do referido período.

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação – (continuação)

2.3 Pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Até 31 de dezembro de 2017 a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia poderia ser feita entre as seguintes categorias: i) Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ii) Investimentos mantidos até o vencimento; iii) Empréstimos e recebíveis; e iv) Ativos financeiros disponíveis para venda.

Com o advento do CPC 48 – Instrumentos financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação passou a ser admitida em três diferentes categorias, quais sejam: i) Custo amortizado; ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e iii) Valor justo por meio do resultado.

A Companhia efetuou uma avaliação dos impactos das mudanças da norma, e concluiu que seus ativos financeiros, anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis, passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

	Classificação	
	Até 31 de dezembro de 2017	A partir de 1º de janeiro de 2018
Ativos conforme balanço patrimonial		
Aplicações financeiras	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (*)
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)

(*) não há impacto na classificação e/ou mensuração.

(**) sob o ponto de vista prático, não houve qualquer impacto na mensuração desses ativos financeiros decorrente desta alteração, uma vez que seus ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis já estavam registrados ao custo amortizado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Disponibilidades	751	2.043
Aplicação compromissada de debêntures (i)	<u>44.538</u>	<u>30.258</u>
	<u>45.289</u>	<u>32.301</u>

- (i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Não circulante	<u>208.143</u>	<u>188.716</u>
	<u>208.143</u>	<u>188.716</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras intermediárias. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico a receber	12.137	12.422
Cartões de pedágio a receber	740	497
Receitas acessórias	1.974	6.013
Valores em trânsito	<u>953</u>	<u>1.134</u>
	<u>15.804</u>	<u>20.066</u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro e 2017. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

7. Impostos a recuperar

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>10.411</u>	<u>17.099</u>
	<u>10.411</u>	<u>17.099</u>
Circulante	9.998	10.570
Não circulante	<u>413</u>	<u>6.529</u>
	<u>10.411</u>	<u>17.099</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2018	31/12/2017
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	127.548	123.548
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	540	540
Provisão para participação nos lucros	803	661
Outras provisões	1.007	793
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Provisão para manutenção de rodovias	39.116	37.671
Provisão para investimentos em rodovias	3.219	3.225
AVP Outorga	1.682	1.694
	<u>173.915</u>	<u>168.132</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização – curva de tráfego	<u>(32.566)</u>	<u>(32.952)</u>
Líquido	<u>141.349</u>	<u>135.180</u>

- (i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos – (continuação)

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Em 31 de março de 2018, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 375.140 (R\$ 363.376 em 31 de dezembro de 2017). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de março de 2018 nos seguintes exercícios sociais:

	31/03/2018
2028	6.109
2029	14.983
2030	16.323
2031	22.462
2032	27.259
2033	20.325
2034	25.392
2035	8.496
	<u>141.349</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos – (continuação)

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(18.190)	(20.436)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	6.185	6.948
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(16)	(205)
Imposto de renda e contribuição social diferido do período	6.169	6.743
Alíquota efetiva	34%	33%

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Aquisições	102	22	81			23	228
Alienações							
Depreciação	(126)	(258)	(443)	(433)		(305)	(1.565)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	1.307	2.474	4.708	2.350	377	7.401	18.617
Depreciação acumulada	(532)	(858)	(4.032)	(1.612)		(1.861)	(8.895)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Em 31 de março de 2018							
Saldo inicial	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Aquisições	1	13	7				21
Alienações							
Depreciação	(33)	(70)	(87)	(107)		(76)	(373)
Saldo contábil, líquido	743	1.559	596	631	377	5.464	9.370
Em 31 de março de 2018							
Custo	1.308	2.487	4.715	2.350	377	7.401	18.638
Depreciação acumulada	(565)	(928)	(4.119)	(1.719)		(1.937)	(9.268)
Saldo contábil, líquido	743	1.559	596	631	377	5.464	9.370
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 4.257 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 3.336).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

	Direito de Outorga da Concessão (i)	Obras e Serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Saldo inicial	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Aquisições (vii)		49.809	656	17.530	657	68.652
Alienações		(186)				(186)
Transferências		4.850	2.302	(7.152)		
Amortização (vi)	(13.659)	(17.477)	(1.103)		(1.246)	(33.485)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	542.244	719.885	56.968	30.602	7.242	1.356.941
Amortização acumulada	(65.279)	(80.740)	(17.773)		(4.199)	(167.991)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Em 31 de março de 2018						
Saldo inicial	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Aquisições (vii)		8.293	180	3.735	232	12.440
Alienações		(32)				(32)
Transferências						
Amortização (vi)	(3.646)	(4.840)	(300)		(327)	(9.113)
Saldo contábil, líquido	473.319	642.566	39.075	34.337	2.948	1.192.245
Em 31 de março de 2018						
Custo	542.244	728.232	57.148	34.337	7.474	1.369.435
Amortização acumulada	(68.925)	(85.666)	(18.073)		(4.526)	(177.190)
Saldo contábil, líquido	473.319	642.566	39.075	34.337	2.948	1.192.245

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível – (continuação)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,07% em 2018 (2,82% em 2017), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No período findo em 31 de março de 2018, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 311 (R\$ 6.793 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

No período findo em 31 de março de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o total de fornecedores foi como segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	7.837	11.783
Cauções e retenções contratuais (i)	9.924	10.228
	<u>17.761</u>	<u>22.011</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração fixa (1)	590	503
Remuneração variável (2)	98	150
	<u>688</u>	<u>653</u>

(1) Incluem salários da Administração, FGTS, férias e 13º salário.

(2) Referem-se a participações no resultado do exercício de 2015 paga no ano de 2017 (Nota 19) e a participações provisionadas no resultado de 2018.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.800.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	31/03/2018	31/12/2017
AB Concessões S.A.	0,5% a.m. + CDI	Indeterminado	96.437	93.588
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m. + CDI	Indeterminado	9.955	9.658
			<u>106.392</u>	<u>103.246</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no período foram de R\$ 3.146 (Nota 18) (no exercício de 2017 – R\$ 14.026).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	31/03/2018	31/12/2017
Provisão para demandas judiciais	6.331	6.330
Provisão para investimentos em rodovias	6.786	6.739
Provisão para manutenção em rodovias	115.047	110.796
	128.164	123.865
Circulante	49.875	34.041
Não circulante	78.289	89.824

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de março de 2018 no montante de R\$ 225 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2017) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de março de 2018 no montante de R\$ 6.106 (R\$ 6.105 em 31 de dezembro de 2017) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 31 de março de 2018, a Companhia possui o equivalente a R\$ 41.913 (R\$ 45.637 em 31 de dezembro de 2017) de causas trabalhistas, R\$ 97.650 (R\$ 98.020 em 31 de dezembro de 2017) de causas cíveis, e R\$ 90.310 (R\$ 86.907 em 31 de dezembro de 2017) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 31 de março de 2018, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 25.844 (R\$ 25.316 em 31 de dezembro de 2017) incluem R\$ 16.706 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (R\$ 16.706 em 31 de dezembro de 2017). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 753 estão relacionados a discussões cíveis (R\$ 417 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 546 relacionados a outros processos trabalhistas (R\$ 527 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 3.425 relacionados a discussões tributárias (R\$ 3.252 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 4.414 relacionados a processos com a ARTESP (R\$ 4.414 em 31 de dezembro de 2017).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões - (continuação)

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos nos trimestres foi como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/03/2018</u>
Provisão para investimentos	6.739		47	6.786
	<u>6.739</u>		<u>47</u>	<u>6.786</u>

	<u>31/12/2016</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para investimentos	4.797	1.797	145	6.739
	<u>4.797</u>	<u>1.797</u>	<u>145</u>	<u>6.739</u>

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2018</u>
2018	1.912
2019	1.900
2021	1.471
2022	1.503
	<u>6.786</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões – (continuação)

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2017	Adição	Transferência (i)	31/03/2018
Provisão para manutenção	123.335	3.033		126.368
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.539)	1.218		(11.321)
	110.796	4.251		115.047
Circulante	32.142		15.820	47.963
Não circulante	78.654	4.251	(15.820)	67.084

	31/12/2016	Adição	Transferência (i)	31/12/2017
Provisão para manutenção	99.536	23.799		123.335
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.439)	1.900		(12.539)
	85.097	25.699		110.796
Circulante			32.142	32.142
Não circulante	85.097	25.599	(32.142)	78.654

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para início no primeiro semestre de 2018 foram transferidos para curto prazo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões – (continuação)

c) Provisão para manutenção em rodovias – (continuação)

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/03/2018</u>
2018	47.963
2019	38.801
2020	24.285
2021	3.998
	<u>115.047</u>

14. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não convertíveis</u>	<u>Principal R\$</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.416.518	1.400.505
Remuneração (juros)	27.110	4.284
Custos com emissão	(65.805)	(65.914)
	<u>1.377.823</u>	<u>1.338.875</u>
Circulante	<u>(76.836)</u>	<u>(51.137)</u>
Não circulante	<u>1.300.987</u>	<u>1.287.738</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures – (continuação)

c) Movimentação das debêntures:

31/12/2017	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/03/2018
1.338.875	41.411	(2.463)			1.377.823
31/12/2016	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2017
1.312.477	153.502	(8.484)	(109.337)	(9.283)	1.338.875

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2018	3,51%	50.050
2019	5,40%	77.000
2020	6,41%	91.402
2021	7,05%	100.528
2022	8,46%	120.634
2023	10,54%	150.293
2024	11,44%	163.126
2025	12,78%	182.234
2026	13,55%	193.213
2027	13,71%	195.495
2028	6,49%	92.543
	99,34%	1.416.518

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 os indicadores propostos na assembleia geral de debenturistas (AGD) em 13 de dezembro de 2017 foram cumpridos pela Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures - (continuação)

d) Cláusulas restritivas e garantias – (continuação)

Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)

Em 13 de dezembro de 2017 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 seja de até 94/6.

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14 de dezembro 2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 30 de Abril de 2018. O Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 31 de março de 2018 foi recomposto em R\$ 15.000.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 19 de junho de 2017, foi realizada a alteração do nome de um dos acionistas, passando de Ascendi International Holding B.V. para Lineas International Holding. B.V.

Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Patrimônio líquido – (continuação)

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do período alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

16. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de período, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada é de 3,65%, em média, das aquisições de materiais faturados diretamente para a Companhia e empregados nos ativos que geram receitas.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receita operacional líquida – (continuação)

	31/03/2018	31/03/2017
Receita com arrecadação de pedágio	58.045	54.619
Receita de serviços de construção	11.771	8.806
Receitas acessórias	2.175	2.059
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(5.807)	(5.140)
	<u>66.184</u>	<u>60.344</u>

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/03/2018	31/03/2017
Com pessoal	(5.319)	(5.396)
Honorários da administração	(688)	(653)
Manutenção e conservação	(10.017)	(10.051)
Serviços de terceiros	(1.799)	(1.883)
Ônus variável da concessão	(962)	(851)
Seguros e garantias	(596)	(633)
Custo dos serviços de construção	(11.170)	(8.772)
Provisão para manutenção em rodovias	(3.033)	(6.085)
Depreciação e amortização	(9.486)	(7.122)
Outros	(1.393)	(1.538)
	<u>(45.063)</u>	<u>(42.984)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(40.987)	(38.561)
Despesas gerais e administrativas	(4.076)	(4.023)
	<u>(45.063)</u>	<u>(42.984)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	31/03/2018	31/03/2017
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(41.100)	(41.369)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(3.146)	(3.904)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(1.470)	(677)
Juros sobre demais operações financeiras	(38)	(439)
Outras despesas financeiras	(1.443)	(273)
	(47.197)	(46.662)
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.439	7.959
Atualização de impostos a recuperar	235	696
Outras receitas financeiras	257	86
	3.931	8.741
Resultado financeiro	(43.266)	(37.921)

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	31/03/2018	31/03/2017
Salários e encargos sociais	(4.233)	(4.203)
Benefícios previstos em lei	(710)	(594)
Benefícios adicionais (i)	(647)	(581)
Plano de Participação nos Resultados (ii)	(417)	(671)
	(6.007)	(6.049)

(i) Referem-se a assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

(ii) Referem-se a participações no resultado do exercício de 2015 paga no ano de 2017 e a participações provisionadas no resultado de 2018.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	31/03/2018	31/03/2017
Numerador:		
Prejuízo do período	(12.021)	(13.693)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,000396)	(0,000451)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

a) Risco de mercado - (continuação)

Risco de taxa de juros – (continuação)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de março de 2018, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 6,39% ao ano, observada no fechamento de 31 de março de 2018, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 2,68% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de março de 2018, divulgada pelo IBGE.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	6.798	8.498	10.198
Debêntures	Aumento do IPCA	147.151	156.383	165.614
Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.487	5.609	6.730
Debêntures	Aumento do IPCA	97.120	103.213	109.305
Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	13.300	9.975	6.650
Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	8.778	6.584	4.389

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2018 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	17.761			17.761
Debêntures		76.836	1.300.987	1.377.823
Credor pela concessão	380			380
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)			106.392	106.392
Total	18.141	76.836	1.407.379	1.502.356

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
Aplicações financeiras	208.143	188.716
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	45.289	32.301
Contas a receber	15.804	20.066
Depósitos judiciais	25.844	25.316
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.377.823	1.338.875
Contas a pagar a fornecedores	17.761	22.011
Outras contas a pagar	1.960	2.026
Partes relacionadas - mútuo a pagar	106.392	103.246
Obrigações com o poder concedente	380	327

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de março de 2018 representa 19,13% (31 de dezembro de 2017 - 23%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/03/2018	31/12/2017
Mútuos a pagar a partes relacionadas	106.392	103.246
Debêntures	1.377.823	1.338.875
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.289)	(32.301)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(208.143)	(188.716)
Dívida líquida	1.230.783	1.221.104
Total do patrimônio líquido	14.659	26.680
Total da capital	1.245.442	1.247.784
Índice de alavancagem financeira - %	98,82%	97,86%

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de março de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.443.627	1.057.453	1.404.789	880.300

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros – (continuação)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	105.307
	Responsabilidade civil geral	34.935
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	311	

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2018 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures onde foi não foi aprovada a nova proposta apresentada em 5 de abril de 2018 bem como a proposta reapresentada em 24 de abril de 2018 a fim de readequar o perfil de endividamento à sua estrutura de capital.

Nessa mesma Assembleia foi aprovada a prorrogação do prazo para apresentação e aprovação pelos debenturistas de uma nova proposta de readequação da dívida e para a recomposição do saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida na sua totalidade até o dia 30 de maio de 2018.



1T18

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Março 2018

11 de Maio de 2018 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2018.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 31 de Março de 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Principais Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 19
Demonstrações Financeiras	Página 20
Relacionamento com o Auditor	Página 24

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

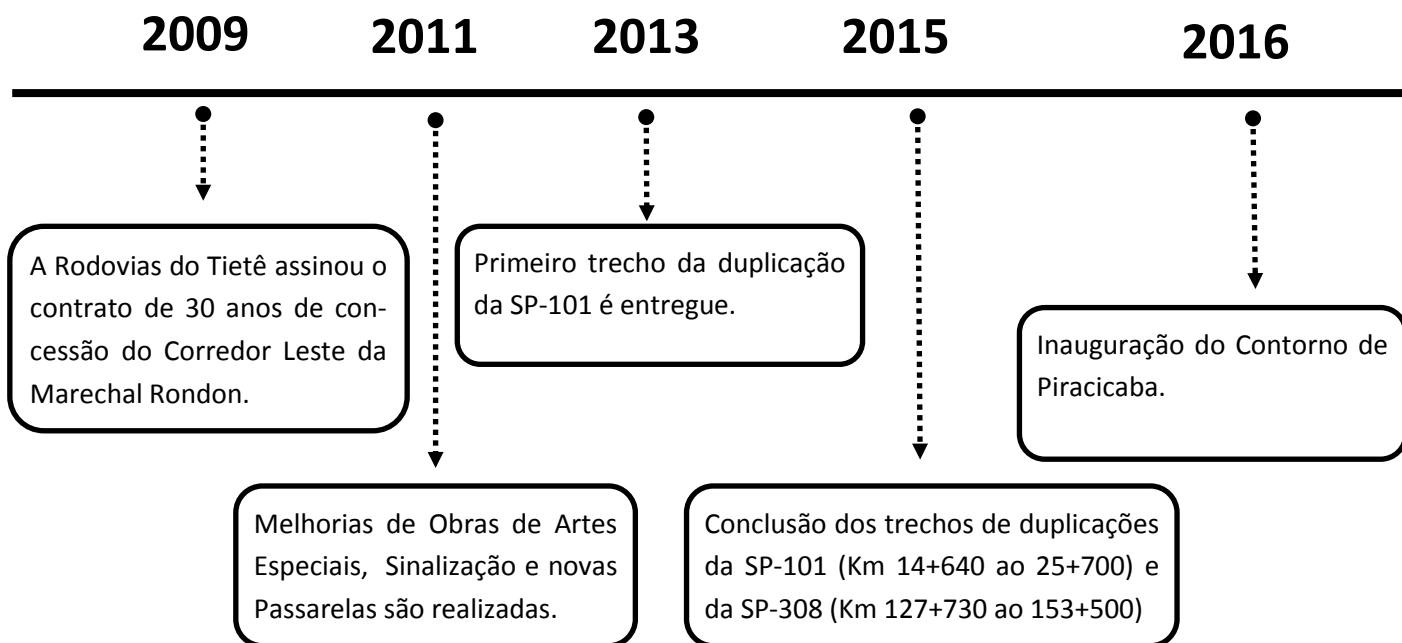


Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,1Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

✓ R\$ 54 milhões de receita líquida.



Tráfego

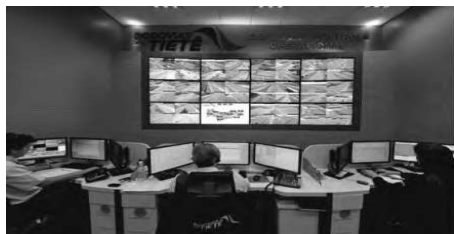
✓ Aumento de 1,02% no tráfego pedagiao e aumento de 1,69% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Melhorias de dispositivos - SP-300;
- ✓ Recuperação de Pavimento - SP-308;
- ✓ Recuperação do Dispositivo do km 177+700 da SP-300;
- ✓ Recapeamento das Rodovias Vicinais; e
- ✓ Duplicação da SP-101 x SP-113.





Sumário Executivo

A economia brasileira no primeiro trimestre de 2018 continua fortemente apresentando sinais de recuperação e crescimento. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 6,5% a.a. em março de 2018, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 2,68% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 29 de março de 2018, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 ficasse 3% superior ao ano de 2017. O crescimento do PIB, segundo o IBGE, é efeito do agronegócio, que vem crescendo pela supersafra de grãos (soja e milho). O setor de serviços também impulsionou o crescimento do PIB através das atividades imobiliárias e pelo transporte.

No primeiro trimestre de 2018 houve um crescimento de 1,02% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, esse crescimento deve-se, principalmente pelo crescimento econômico do país. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes houve um crescimento de 1,69%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

As principais obras realizadas foram as melhorias nos dispositivos da SP-300, a recuperação do pavimento da SP-308, recapeamento do dispositivo do km 171+700 da SP-300, recapeamento de vicinais e duplicação da SP-101 x SP-113.



Tráfego

No primeiro trimestre de 2018 o volume de tráfego teve um acréscimo de 1,02% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 0,90%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 1,20% e comerciais pesados cresceram em 4,85%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2018*	2017*	Variação
Passeio	4.885.481	4.841.968	0,90%
Comercial Leve	801.824	811.574	-1,20%
Comercial Pesado	660.954	630.369	4,85%
Total	6.348.259	6.283.911	1,02%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2018 o volume de tráfego de eixos equivalentes cresceu 1,69% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio cresceu 0,78%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 1,33% e comerciais pesados cresceram em 4,46%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2018*	2017*	Variação
Passeio	4.804.456	4.767.179	0,78%
Comercial Leve	1.997.505	2.024.457	-1,33%
Comercial Pesado	3.925.514	3.758.044	4,46%
Total	10.727.475	10.549.680	1,69%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

Este crescimento é resultado da retomada do crescimento econômico do país.

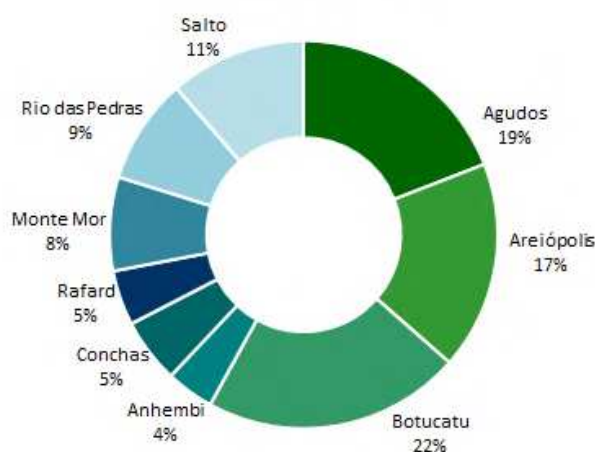


Tráfego

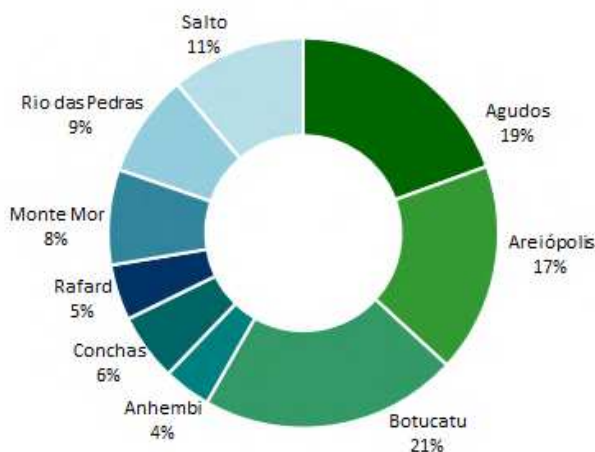
>> Tráfego por praça

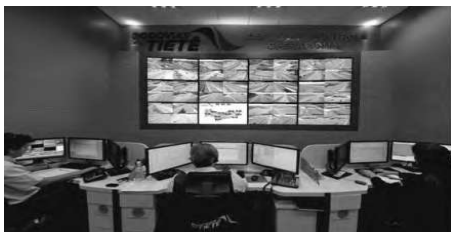
O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.

1º Trimestre 2018



1º Trimestre 2017





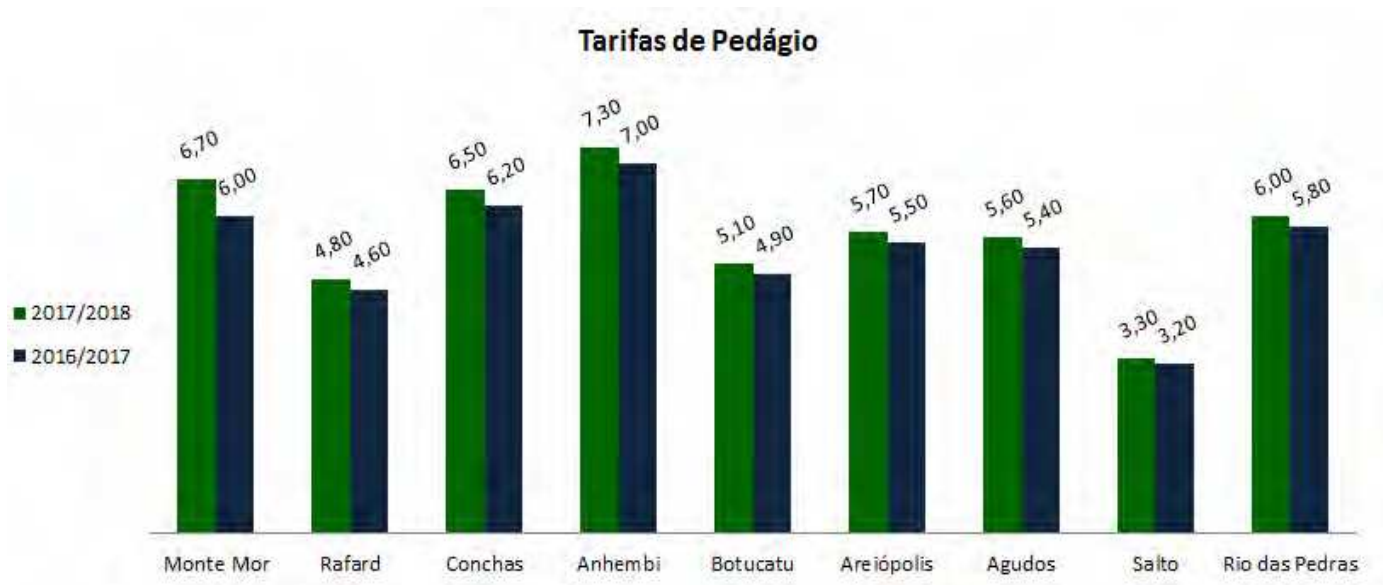
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2017 houve reajuste das tarifas de pedágio em 3,6% e a reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Monte Mor em razão da duplicação do trecho rodoviário entre o km 14+640 e o km 25+700 da rodovia SP 101.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2017/2018 é de R\$ 5,67 contra R\$ 5,40 em 2016/2017.

Praça de pedágio	2017/2018	2016/2017
Monte Mor	R\$ 6,70	R\$ 6,00
Rafard	R\$ 4,80	R\$ 4,60
Conchas	R\$ 6,50	R\$ 6,20
Anhembi	R\$ 7,30	R\$ 7,00
Botucatu	R\$ 5,10	R\$ 4,90
Areiópolis	R\$ 5,70	R\$ 5,50
Agudos	R\$ 5,60	R\$ 5,40
Salto	R\$ 3,30	R\$ 3,20
Rio das Pedras	R\$ 6,00	R\$ 5,80
Tarifa Média	R\$ 5,67	R\$ 5,40





Receitas

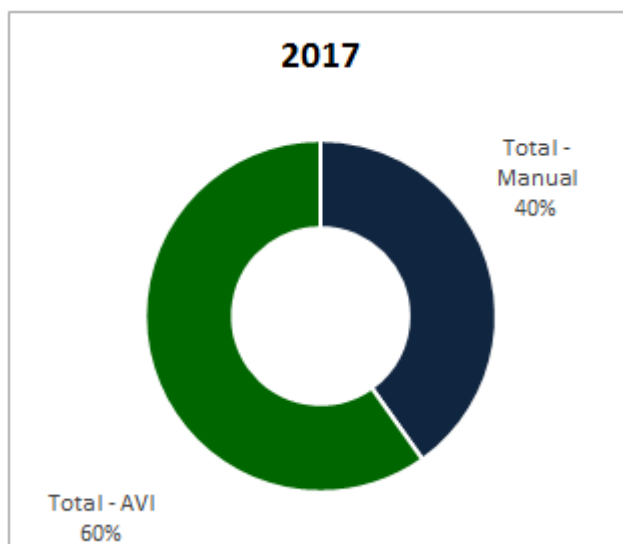
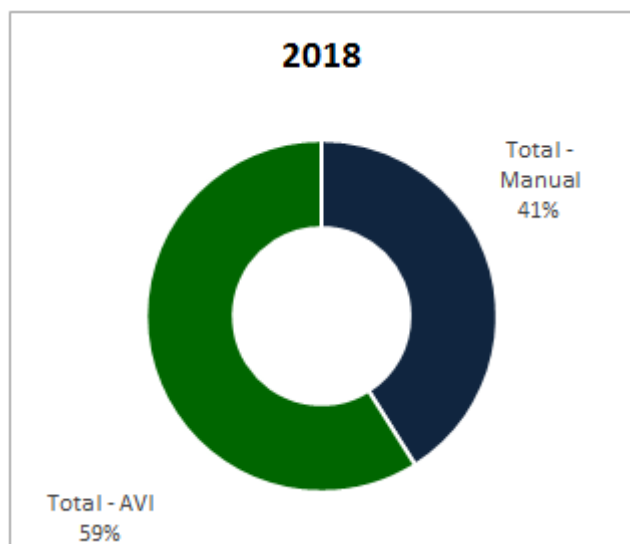
Receitas (em R\$ mil)	2018*	2017*	Variação
Receitas de Pedágio	58.045	54.619	6,27%
Receitas Acessórias	2.175	2.059	5,63%
Impostos sobre Receitas	(5.807)	(5.140)	12,98%
Receitas Operacionais	54.413	51.538	5,58%
Receitas de Construção	11.771	8.806	33,67%
TOTAL	66.184	60.344	9,68%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

A Concessionária obteve, no primeiro trimestre de 2018, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 58.045 mil (R\$ 54.619 mil no mesmo período de 2017) e arrecadou R\$ 2.175 mil no primeiro trimestre de 2018 (R\$ 2.059 mil no mesmo período de 2017) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 5.807 mil no primeiro trimestre de 2018 (R\$ 5.140 mil no mesmo período do ano anterior).

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 11.771 mil de receita de construção contra R\$ 8.806 mil no mesmo período do ano anterior com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2018*	2017*	Variação
Com Pessoal	(5.319)	(5.396)	-1,43%
Honorários da Administração	(688)	(653)	5,36%
Manutenção e conservação	(10.017)	(10.051)	-0,34%
Serviço de terceiros	(1.799)	(1.883)	-4,46%
Ônus variável da concessão	(962)	(851)	13,04%
Seguros e Garantias	(596)	(633)	-5,85%
Outros	(1.393)	(1.538)	-9,43%
Subtotal	(20.774)	(21.005)	-1,10%
Custo de serviços de construção	(11.170)	(8.772)	34,18%
Provisão para manutenção em rodovias	(3.033)	(6.085)	-50,16%
Depreciação e amortização	(9.486)	(7.122)	33,19%
Total	(45.063)	(42.984)	4,84%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2018, houve um aumento de 4,84% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 42.984 mil em 2017 para R\$ 45.063 mil em 2018. As principais variações foram:

- ⇒ Honorários da administração: Aumento das provisões e dos encargos sobre férias;
- ⇒ Serviços de terceiros: Redução nos contratos de transporte de colaboradores;
- ⇒ Ônus variável da concessão: Aumento em função do reajuste das tarifas de pedágio em 01/07/2017 e também aumento nas receitas acessórias;
- ⇒ Outros: Redução em função de autuação administrativa pelo órgão regulador ARTESP registrada no primeiro trimestre de 2017;
- ⇒ Custo de serviços de construção: Aumento nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2018*	2017*	Variação
Resultado Líquido do Período	(12.021)	(13.693)	-12,21%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(6.169)	(6.743)	-8,51%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	43.266	37.921	14,10%
(+/-) Depreciação e Amortização	9.486	7.122	33,19%
EBITDA	34.562	24.607	40,46%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	3.033	6.085	-50,16%
EBITDA AJUSTADO (a)	37.595	30.692	22,49%
Receitas Operacionais (b)	54.413	51.538	5,58%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	69,09%	59,55%	9,54 p.p

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2018, houve um aumento de 22,49% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 30.692 mil no primeiro trimestre de 2017 para R\$ 37.595 mil no mesmo período de 2018. Já a margem EBITDA ajustado teve um aumento de 9,54 p.p.

Além disso, houve um aumento de 33,19% na depreciação e amortização que passou de R\$ 7.122 mil no primeiro trimestre de 2017 para R\$ 9.486 mil no mesmo período de 2018, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de -50,16% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro do primeiro trimestre de 2018, comparado ao mesmo período de 2017, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2018*	2017*	Variação
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(41.100)	(41.369)	-0,65%
Juros sobre Mútuo	(3.146)	(3.904)	-19,42%
Outras Despesas Financeiras	(2.951)	(1.389)	112,46%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(47.197)	(46.662)	1,15%
Receitas Financeiras	3.931	8.741	-55,03%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(43.266)	(37.921)	14,10%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Março.

No primeiro trimestre de 2018 houve um aumento de 14,10% no resultado financeiro que passou de (R\$ 37.921) no primeiro trimestre de 2017 para (R\$ 43.266) mil no mesmo período de 2018. As principais variações foram:

- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias e dos custos de transação com as debêntures.
- ⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados nove pagamentos de juros, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil, em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil, em 14 de junho de 2017, no montante de R\$ 54.157 mil e em 14 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 56.871 mil. A primeira amortização do valor nominal ocorreu em 14 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 9.283 mil.



Debêntures - (continuação)

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Ainda na mesma AGD, foram aprovados os seguintes condicionantes, a vigorar para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 :

- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Em 12 de Junho de 2017 foi realizada nova assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 30 de junho de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 30 de junho de 2017 seja de até 93/7.

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14/06/2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 29 de Setembro de 2017, na qual foi cumprida pela Companhia.



Debêntures - (continuação)

Em 31 de julho, a Companhia divulgou na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, uma proposta da Administração para a sua reestruturação financeira (“Proposta da Administração”), a fim de readequar o perfil de endividamento ao seu fluxo de caixa (“Plano Financeiro”).

Alterações propostas:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Exclusão de índices financeiros;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.

Em 29 de setembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou a suspensão da assembleia por 60 dias, ou seja, até a data de 28 de novembro de 2017.

Em 13 de dezembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (“AGD”) a fim de aprovar o referido Plano Financeiro, onde a maioria dos debenturistas presentes votou por não aceitar a reestruturação, nos termos da Proposta da Administração.

Ainda na mesma AGD, os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo.

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 31 de dezembro de 2017 para que seja igual ou superior a 0,60; e
- ii) Que a relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 31 de dezembro de 2017 seja de até 94/6.

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 14 de dezembro 2017, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 30 de Abril de 2018.



Debêntures - (continuação)

Em 30 de abril de 2018 foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures onde foi não foi aprovada a nova proposta apresentada em 5 de abril de 2018 bem como a proposta reapresentada em 24 de abril de 2018 a fim de readequar o perfil de endividamento à sua estrutura de capital. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a prorrogação do prazo para apresentação e aprovação pelos debenturistas de uma nova proposta de readequação da dívida e para a recomposição do saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida na sua totalidade até o dia 30 de maio de 2018.

Na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso é convicção da Administração que a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia em garantia dada em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,47	91,15/8,85



Obras e Investimentos



Melhorias de Dispositivos - SP-300

Conclusão de melhorias de 20 dispositivos na SP-300. O custo total incorrido até março de 2018 foi de R\$ 9,4 milhões.

Recuperação de Pavimento - SP-308



Houve restauro do pavimento da rodovia SP-308, entre os quilômetros 127 ao 153, no sentido Norte. A obra em questão passou pela fresagem da faixa 02, ao longo dos 25 quilômetros. Para isso foi necessário executar um desvio de todo o tráfego para a pista Sul em segmentos de 5 km, proporcionando, excelentes condições de segurança tanto para o usuário como para os profissionais de obra. A terceira e última etapa da obra de recuperação de pavimento (referente ao trecho do km 132 ao km 137) foi pausada com expectativa de retomada em abril de 2018. O custo total estimado da obra é de R\$ 20,4 milhões e o custo incorrido até março de 2018 foi de R\$ 8,9 milhões.



Recapeamento do Dispositivo do km 171+700 da SP-300

Conclusão de melhoria de dispositivos na SP-300, foi executado o recapeamento de aproximadamente 1 km no dispositivo (etapa final da implantação do dispositivo, que foi realizada pela concessionária em 2015) . O custo total incorrido até março de 2018 foi de R\$ 785 mil.



Obras e Investimentos



Recapeamento das Rodovias Vicinais

Melhoria de 5 vicinais, sendo elas IDT-085/101, MOR-137/101, MOR-293/101, BTC-353/300 e PRD-010/300. Três vicinais estão concluídas e as demais estão em fase de finalização. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 9,8 milhões e o custo incorrido até março de 2018 foi de R\$ 9,2 milhões.



Duplicação da SP-101 x SP-113

Duplicação de cerca de 1km de cada uma das rodovias (SP-101 e SP-113) para possibilitar a implantação de um novo entroncamento para as vias. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 5 milhões e o custo já incorrido até março de 2018 foi de R\$ 955 mil.



Responsabilidade Socioambiental



Café na Passarela

O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários são conscientizados pela Concessionária com o apoio da ARTESP, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares. O evento tem o apoio da ARTESP, e são escolhidos locais com grande fluxo de pessoas nos horários de pico. Esta atividade faz parte do Plano de Redução a Acidentes (PRA).

Projeto #Escola



O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, onde os alunos podem entender que a Concessionária Rodovias do Tietê cuida de todos da família no momento da viagem, seja ela de carro, caminhão, ônibus ou motocicleta. A Concessionária apresenta seu trabalho e depois mostra a estrutura da empresa passando também pelo CCO – Centro de Controle de Operações onde os estudantes conhecem como é feito o monitoramento do tráfego. A visita é finalizada com um simulado de atendimento de acidentes com uma ambulância da Concessionária. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto, Capivari e Rafard foram beneficiadas com o programa.



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	45.289	32.301
Contas a receber (Nota 6)	15.804	20.066
Despesas Antecipadas	960	1.536
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.998	10.570
Outros ativos	1.507	1.450
	73.558	65.923
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	208.143	188.716
Tributos a recuperar (Nota 7)	413	6.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	141.349	135.180
Despesas antecipadas	91	100
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	25.844	25.316
Outros ativos	4.741	4.740
Imobilizado (Nota 9)	9.370	9.722
Intangível (Nota 10)	1.192.245	1.188.950
	1.582.196	1.559.253
Total do ativo	1.655.754	1.625.176



Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	17.761	22.011
Debêntures (Nota 14)	76.836	51.137
Credor pela concessão	380	327
Obrigações tributárias	2.808	2.742
Obrigações trabalhistas	5.807	5.404
Provisões (Nota 13)	49.875	34.041
Outros passivos	232	241
	153.699	115.903
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	1.300.987	1.287.738
Provisões (Nota 13)	78.289	89.824
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	106.392	103.246
Outros passivos	1.728	1.785
	1.487.396	1.482.593
Total do passivo	1.641.095	1.598.496
Patrimônio líquido (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(288.919)	(276.898)
Total do patrimônio líquido	14.659	26.680
Total do passivo e patrimônio líquido	1.655.754	1.625.176



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional líquida (Nota 16)	66.184	60.344
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(40.987)	(38.561)
Lucro bruto	25.197	21.783
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(4.076)	(4.423)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.955	125
	(121)	(4.298)
Lucro operacional	25.076	17.485
Despesas financeiras (Nota 18)	(47.197)	(46.662)
Receitas financeiras (Nota 18)	3.931	8.741
	(43.266)	(37.921)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.190)	(20.436)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	6.169	6.743
Prejuízo do período	(12.021)	(13.693)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00040)	(0,00045)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	31/03/2018	31/03/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(12.021)	(13.693)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.169)	(6.743)
Depreciação e amortização	9.486	7.122
Rendimentos de aplicações financeiras	(3.146)	(7.938)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	32	-
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	41.100	41.369
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	3.146	3.904
Provisões para demandas judiciais	1	-
Provisões para manutenção em rodovias	3.033	6.085
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.218	630
Variação monetária sobre provisão para investimentos	47	47
	36.727	30.783
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	4.262	(1.298)
Despesas antecipadas	585	440
Tributos a recuperar	6.687	2.601
Depósitos judiciais	(528)	(902)
Outros ativos	(57)	(4.012)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(4.250)	(9.099)
Credor pela concessão - ônus variável	53	(411)
Obrigações tributárias	66	(482)
Obrigações trabalhistas	403	(25)
Outros passivos	(66)	(239)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.882	17.356
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(16.281)	-
Investimentos no ativo imobilizado	(21)	(21)
Investimentos no ativo intangível	(12.129)	(10.328)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de investimento	(28.431)	(10.349)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	(2.463)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(2.463)	-
Aumento (diminuição) líquido do caixa e equivalente de caixa	12.988	7.007
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.301	1.680
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	45.289	8.687



Relacionamento com o Auditor

No primeiro trimestre de 2018, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas ao primeiro trimestre de 2018.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ Mil)

	31/08/2019	% A.V.	31/12/2018	% A.V.	% A.H.
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	21.818	48,0%	47.698	66,0%	-54,3%
Aplicações financeiras vinculadas	-	0,0%	-	0,0%	
Contas a receber	18.243	40,2%	19.305	26,7%	-5,5%
Despesas antecipadas	841	1,9%	1.356	1,9%	-38,0%
Impostos a recuperar	1.325	2,9%	3.023	4,2%	-56,2%
Outros ativos	3.208	7,1%	889	1,2%	260,7%
Total do Ativo Circulante	45.435	100,0%	72.272	100,0%	-37,1%
Não Circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	63.119	4,0%	108.326	7,0%	-41,7%
Impostos a recuperar	-	0,0%	0	0,0%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	192.775	12,3%	165.286	10,7%	16,6%
Despesas antecipadas	8	0,0%	32	0,0%	-74,3%
Depósitos Judiciais	30.587	1,9%	29.690	1,9%	0,0%
Outros ativos	1.363	0,1%	3.907	0,3%	0,0%
Imobilizado	8.985	0,6%	8.448	0,5%	6,4%
Intangível	1.274.576	81,1%	1.224.008	79,5%	4,1%
Total do Ativo não Circulante	1.571.413	100,0%	1.539.698	100,0%	2,1%
Total do Ativo	1.616.848		1.611.970		0,3%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e prestadores de serviços	24.761	11,7%	16.873	1,2%	46,8%
Debêntures	96.918	45,9%	1.348.182	96,9%	-92,8%
Credor pela concessão	381	0,2%	318	0,0%	19,9%
Obrigações tributárias	3.016	1,4%	2.590	0,2%	16,5%
Obrigações trabalhistas	4.685	2,2%	5.324	0,4%	-12,0%
Provisões	81.007	38,4%	18.018	1,3%	349,6%
Outros passivos	209	0,1%	228	0,0%	-8,3%
Total do Passivo Circulante	210.978	100,0%	1.391.533	100,0%	-84,8%
Não Circulante					
Provisões	91.893	6,2%	134.975	53,4%	-31,9%
Debêntures	1.273.323	85,3%	(0)	0,0%	
Mútuos a pagar a partes relacionadas	125.346	8,4%	116.068	45,9%	8,0%
Outros passivos	1.425	0,1%	1.557	0,6%	-8,5%
Total do Passivo não Circulante	1.491.986	100,0%	252.601	100,0%	490,6%
Total do Passivo	1.702.964		1.644.134		3,6%
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)					
Capital Social Subscrito	303.578	-352,5%	303.578	-943,8%	0,0%
Prejuízos Acumulados	(389.694)	453%	(335.742)	1044%	16,1%
Total do Patrimônio Líquido	(86.116)	100,0%	(32.164)	100,0%	167,7%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.616.848		1.611.970		0,3%

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em R\$ Mil)

	31/08/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(53.952)	(58.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.489)	(30.107)
Depreciação e amortização	28.997	38.161
Rendimentos de aplicações financeiras	(3.933)	(10.452)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	22	31
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	109.693	165.149
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	9.278	12.822
Provisões para demandas judiciais	(3.077)	(1.936)
Provisões para manutenção em rodovias	28.214	31.953
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	5.020	(1.682)
Reversão de provisão para manutenção	(10.427)	-
Provisões para Investimentos	-	-
Variação monetária sobre provisão para investimentos	177	252
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	47	-
	82.570	145.347
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	1.015	761
Despesas antecipadas	539	247
Tributos a recuperar	1.698	14.075
Depósitos Judiciais	(897)	(4.374)
Outros ativos	226	1.395
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	7.889	(5.139)
Credor pela concessão - ônus variável	63	(9)
Obrigações tributárias	426	(152)
Obrigações trabalhistas	(639)	(80)
Outros passivos	(152)	300
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	92.738	152.373
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(47.000)	(16.281)
Resgate de aplicações financeiras	96.140	107.123
Investimentos no ativo imobilizado	(1.467)	(130)
Investimentos no ativo intangível	(72.077)	(62.880)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(24.404)	27.832
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	(38.803)	(51.029)
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	(55.412)	(113.779)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(94.215)	(164.807)
Acréscimo (decréscimo) líquido do caixa e equivalente de caixa	(25.880)	15.397
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	47.698	32.301
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	21.818	47.698

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em R\$ Mil)

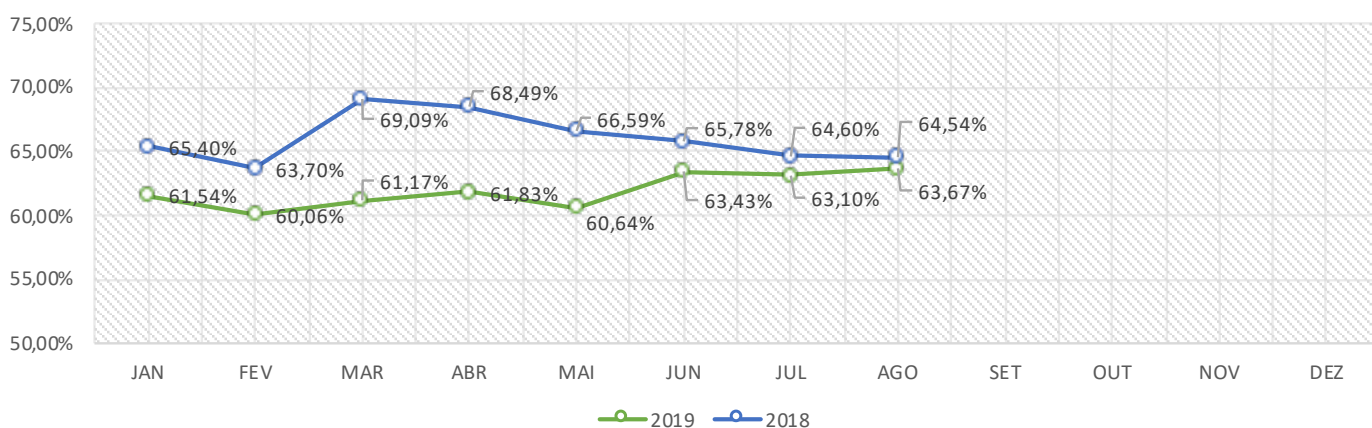
	31/08/2019		31/08/2018	
Receitas				
Receitas de pedágio	159.208		155.797	
Receita dos serviços de construção	73.250		39.159	
Receitas acessórias	9.431		8.703	
Outras Receitas	499		5.176	
	242.388		208.836	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços de construção	(72.593)		(39.078)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(64.471)		(58.784)	
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	(5.219)		(3.088)	
Custo da concessão – ônus variável	(2.531)		(2.546)	
	(144.814)		(103.496)	
Depreciação e amortização	(28.997)		(25.346)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(28.997)		(25.346)	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.942		10.625	
	5.942		10.625	
Valor adicionado total a distribuir	74.518		90.619	
Pessoal				
Salários e remunerações	(10.582)	14,20%	(12.540)	13,84%
FGTS	(788)	1,06%	(853)	0,94%
Benefícios	(3.263)	4,38%	(3.551)	3,92%
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (incluindo IOF)	21.130	-28,36%	17.062	-18,83%
Municipais	(8.291)	11,13%	(8.089)	8,93%
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(9.278)	12,45%	(8.344)	9,21%
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	(116.272)	156,03%	(120.456)	132,93%
Juros sobre demais operações financeiras	(0)	0,00%	(75)	0,08%
Aluguéis	(1.126)	1,51%	(1.153)	1,27%
Prejuízo do período	53.952	-72,40%	47.380	-52,29%
Total do valor distribuído	(74.518)		(90.619)	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)

	31/08/2019	31/08/2018	% A.H.
Receita operacional líquida	227.244	188.522	20,5%
Custos dos serviços prestados	(177.526)	(130.794)	35,7%
Lucro bruto	49.718	57.728	-13,9%
Despesas e receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	(9.381)	(10.158)	-7,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	499	5.176	-90,4%
	(8.882)	(4.982)	78,3%
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	40.836	52.746	-22,6%
Despesas financeiras	(128.218)	(134.987)	-5,0%
Receitas financeiras	5.942	10.625	-44,1%
	(122.276)	(124.362)	-1,7%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(81.440)	(71.616)	13,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.489	24.235	13,4%
Prejuízo do período	(53.952)	(47.380)	13,9%
Prejuízo básico e diluído pro ação- em R\$	-0,00178	-0,00156	13,9%

EBITDA e MARGEM EBITDA (em R\$ Mil)

	31/08/2019	31/08/2018	% A.H.
Resultado Líquido do Período	(53.952)	(47.380)	13,9%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(27.489)	(24.235)	13,4%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	122.276	124.362	-1,7%
(+/-) Depreciação e Amortização	28.997	25.346	14,4%
EBTIDA	69.833	78.092	-10,6%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	28.214	18.312	54,1%
EBITDA AJUSTADO (a)	98.046	96.404	1,7%
Receitas Operacionais (b)	153.994	149.362	3,1%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	63,67%	64,54%	-1,4%



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em R\$ Mil)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em 1º de janeiro de 2018	303.578	(276.898)	26.680
Prejuízo do período		(47.380)	(47.380)
Em 31 de agosto de 2018	303.578	(324.278)	(20.700)
Em 1º de janeiro de 2019	303.578	(335.742)	(32.164)
Prejuízo do período		(53.952)	(53.952)
Em 31 de agosto de 2019	303.578	(389.694)	(86.116)